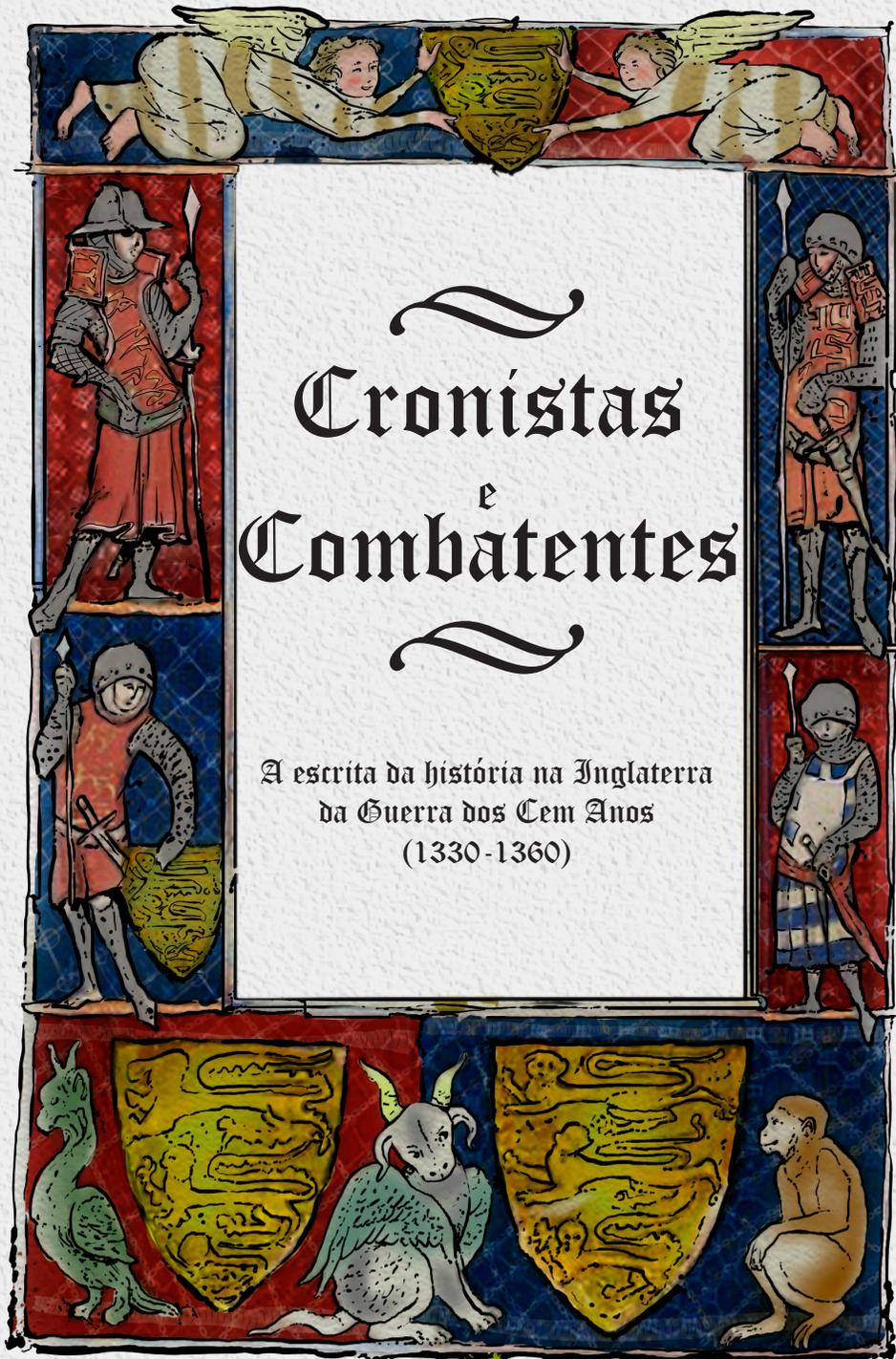


Fernando Pereira dos Santos



~
Cronistas
e
Combatentes
~

A escrita da história na Inglaterra
da Guerra dos Cem Anos
(1330-1360)



Edufac

Fernando Pereira dos Santos

~
Cronistas
e
Combatentes
~

A escrita da história na Inglaterra
da Guerra dos Cem Anos
(1330-1360)



Edufac



**CRONISTAS E COMBATENTES: A ESCRITA DA HISTÓRIA NA
INGLATERRA DA GUERRA DOS CEM ANOS (1330-1360)**

ISBN 978-85-8236-099-6

Copyright © Edufac 2019.

Fernando Pereira dos Santos

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

Coordenador Geral

Antonio de Queiroz Mesquita

Conselho Editorial

Antonio de Queiroz Mesquita (Pres.), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Raimundo Alves Neto, Humberto Issao Sueyoshi, João Silva Lima, José Porfiro da Silva (Vice-Pres.), Lucas Araújo Carvalho, Manoel Limeira de Lima Júnior Almeida, Mário Luis Villarruel da Silva, Mônica da Silva Nunes, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Yuri Karaccas de Carvalho

Coordenadora Comercial

Ormifran Pessoa Cavalcante

Editora de Publicações

Jocília Oliveira da Silva

Projeto Gráfico

Antonio de Queiroz Mesquita

Design Editorial

Hannah Lydia Pontes Faria da Silva

Rogério da Silva Correia

Capa

Bruno Afonso Sousa da Silva

Ilustração da Capa

<https://digital.bodleian.ox.ac.uk/inquire/p/9c6e9c9b-8672-426e-85ed-b826adda8733>

Revisão de Texto

Fernanda Cristina Campos / Luminum Text

Fotografia do Autor (contra-cap)

Eleonora Barbosa Sandoval Marran

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e Santos, Fernando Pereira dos
Cronistas e combatentes: a escrita da história na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360)/ Fernando Pereira dos Santos. - Rio Branco: Edufac, 2019.
193 p. : il.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-8236-099-6
1. Guerra dos Cem Anos. 2. Civilização Medieval - História. 3. Idade Média - História. I. Título

CDD 22. ed. 940.1

Biblioteca Maria do Socorro de O. Cordeiro - CRB 11/667

Fernando Pereira dos Santos

CRONISTAS E COMBATENTES:

A escrita da história na Inglaterra da
Guerra dos Cem Anos
(1330-1360)



Aos meus pais, Valdir e Maria.

AGRADECIMENTOS

À Professora Susani Silveira Lemos França, pela dedicação, profissionalismo e comprometimento com que vem oferecendo sua orientação desde os primórdios de minha trajetória acadêmica no campo da História, expresso aqui minha mais sincera gratidão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp, cujos proventos auxiliaram na produção da minha pesquisa.

Aos professores Chris Given-Wilson (University of Saint Andrews, Escócia) e Andy King (University of Southampton, Inglaterra), pela presteza e solicitude com a qual atenderam minhas inquirições.

Aos membros da banca de defesa, Professora Doutora Adriana Maria de Souza Zierer (Uema) e Professora Doutora Maria Cristina Correia Leandro Pereira (USP), bem como ao membro da banca de qualificação, Professor Yllan de Mattos Oliveira (Unesp/Franca), pela leitura minuciosa do texto e ponderações valiosas para a versão final desta obra.

Aos que ficaram: aos meus tios Joel Tavares e Maria Cardoso, e à minha irmã Gláucia Pereira, meus sinceros agradecimentos pelos auxílios prestados durante o último quinquênio. Sem vosso suporte, a existência da presente obra não seria possível.

À Magda Semprini, cuja resiliência perdura durante a travessia de mares revoltos, e tem se mantido firme apesar das intempéries.

Aos que se foram: aos meus pais, cuja memória persiste através das virtudes desde muito cedo cultivadas. A ambos, meus mais sinceros agradecimentos.



Aos jovens ela investe o conhecimento dos mais velhos; os mais velhos constatam que sua experiência por ela é multiplicada; os homens comuns ela transforma em líderes; homens nascidos para comandar são estimulados pela imortalidade da fama que ela confere ao iniciarem nobres empreitadas; guerreiros são encorajados pela glória póstuma que ela promete ao arriscarem suas vidas [...]. De forma geral, as boas virtudes da História são tão exaltadas que alguns têm sido estimulados por elas a se tornarem fundadores de Estados, outros a introduzirem leis que contribuam com a segurança do bem comum, e outros a realizarem descobertas científicas e práticas através das quais todos os homens têm se beneficiado.

(Políbio)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17

CAPÍTULO 1

23 ORDENAR O PASSADO EM VERSO E PROSA

1.1 DA PRETENSÃO À VERDADE E SEUS CONTORNOS NA ESCRITA CRONÍSTICA	23
1.2 A HISTÓRIA ENTRE O VERSO E A PROSA	26
1.3 DA ORDEM DO PASSADO À ORDEM DO RELATO	34
1.4 A HISTÓRIA SOBRE E PARA O REINO INGLÊS	49

CAPÍTULO 2

59 ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NOBILIÁRQUICA

2.1 OS CRONISTAS: TESTEMUNHAS EM AÇÃO	59
2.2 AS CRÔNICAS E AS REGRAS DE SEU FAZER.....	79
2.3 DIFUSÃO DA HISTÓRIA: ENTRE A ORALIDADE, ESCRITA E LEITURA	93

CAPÍTULO 3

113 GUERRA EM PALAVRAS

3.1 A TÓPICA DA GUERRA E A BUSCA PELO BEM COMUM	113
3.2 A CONSTRUÇÃO DE UM <i>CASUS BELL</i> NA NARRATIVA CRONÍSTICA	129
3.3 O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO ACERCA DE UM REI IDEAL	153

CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS.....	177
FONTES CRONÍSTICAS	177
FONTES AUXILIARES.....	177
OBRAS DE REFERÊNCIA.....	181

PREFÁCIO

Em meados do século XIII, o monge inglês beneditino Matthew Paris (1200 – 1259), célebre cronista da Abadia de St Albans, engrossando o coro dos exaltadores das virtudes da história, que viriam a se tornar comuns no seu tempo, responde àqueles céticos que questionavam o valor de tão nobre saber e punham em causa a relevância “de se confiar à escrita a vida e a morte dos homens, e os acontecimentos diversos que ocorrem no mundo”. Em resposta a esses descrentes da “necessidade de consignar e tornar duráveis para a posteridade tantas coisas prodigiosas”, ele apela àquele que ficou conhecido na Idade Média como o Filósofo, Aristóteles, para defender o caráter natural da história. O filósofo grego ensinara que “a natureza colocou no coração de todo homem o desejo de conhecer. O homem sem instrução, sem memória das coisas passadas, cai na estupidez, que é o quinhão dos animais” (*Chronica Majora*. Matthew Paris). É desse universo em que a história é louvada como uma espécie de dádiva divina, um traço distintivo das criaturas humanas, que trata o livro que o leitor tem em mãos.

Fernando Pereira dos Santos, com rigor e habilidade, esmiúça, por um lado, as configurações específicas de um saber, por outro, o seu papel no contexto de uma série de célebres conflitos envolvendo a Inglaterra, a França e a Escócia entre os séculos XIV e XV. Considerando um período em que o fazer histórico não só avança pelo mundo da corte, como ganha força em língua vernácula, o autor explora os elos desse saber com seus antecedentes, em especial a sua dívida para com o preceito ciceroniano da história *magistra vitae*, que articulava preservação de feitos passados e aperfeiçoamento dos homens. Sem perder de vista as raízes unificadoras da história para além do território inglês e dos séculos em foco, o estudo tem, sobretudo, o mérito de investigar as configurações que assumiu em um momento histórico específico.

O leitor terá, ao longo das páginas que se seguem, a oportunidade de observar como um conjunto de tópicos, que garantia a aceitação do gênero por seus vínculos com uma longa tradição, se redefine e se adapta a um jogo presente, deixando ver mais a Inglaterra trecentista e seus con-

flitos com os vizinhos, do que as marcas de uma história universal que aos poucos se desidrata diante da demanda crescente por histórias locais. Se a afirmação da verdade, por exemplo, é sabidamente uma marca registrada do gênero, uma moeda corrente, ela é examinada no estudo a partir das novas combinações que a sustentam. No domínio da forma, os ensinamentos clássicos da concisão, clareza, arte e ordenação cronológica são retomados e conciliados com o crescente prestígio da prosa em detrimento do verso. A prosa pareceu, então, mais apta a incorporar as fontes administrativas que se fizeram necessárias para historiar esse momento de formação dos estados nacionais e de complexificação da governação, bem como para garantir um ordenamento cronológico mais preciso dos acontecimentos do reino. No domínio do conteúdo, por sua vez, a tópica da guerra e os meandros das batalhas realçam uma nobreza inteiramente ocupada com feitos em prol de sua honra, e dão a ver, igualmente, as táticas comezinhas postas em prática no âmbito da guerra pelos ingleses, como cercos, incêndios ou execução de inimigos. As crônicas de Jean le Bel, de Geoffrey le Baker e de Thomas Gray, composições atreladas a eixos geográficos com suas respectivas particularidades – uma Flandres alinhada aos objetivos marciais dos ingleses, passando pela região central da ilha até chegar à fronteira com a Escócia, respectivamente –, são assim esmiuçadas por Pereira dos Santos, que lança luz sobre seus atributos internos, bem como sobre os seus diálogos mútuos e os seus entrecruzamentos com o pensamento greco-romano e cristão. O trabalho traz à tona, pois, a ambição partilhada nesse território de constituir uma “comunidade do reino”, em que as diferenças regionais gradativamente dão lugar a uma Coroa que se apresenta como protetora do território e de todo povo inglês contra as agressões e ameaças externas.

Nessa Inglaterra de Eduardo III (r. 1327 – 1377), os leigos – e já não apenas os eclesiásticos – veem nas crônicas um caminho fértil para difundir seus valores e ideais. Desprovidos do amparo real, como ocorria em outros reinos cristãos preocupados com a processo de afirmação do poder régio, esses homens dispuseram-se a narrar conflitos, mas acabaram por deixar ver nas entrelinhas das suas narrativas as configurações de uma sociedade que reconhecia crescentemente o valor da memória escrita. Assim, o estudo dedica-se a realçar a comunhão daqueles preceitos e as configurações

que assumiram no panorama bélico traçado por aqueles que foram, ao mesmo tempo, cronistas e combatentes.

No tocante às matérias narradas, o grande deslocamento que se observa nesse conjunto de relatos, a despeito das passagens sobre os embates, é a ênfase nas discussões sobre a legalidade do conflito que envolveu, por um lado, Eduardo III, por outro, Felipe VI (r. 1328 – 1350) e seu sucessor, João II (r. 1350 – 1364) da França. Da força das armas à força das palavras, assistimos ao crescente protagonismo dos contadores de história e vemos um novo palco de disputas, as crônicas de um e outro lado do conflito. As questões jurídicas assumem crucial importância ao lado das descrições dos feitos bélicos efetivos, mostrando as muitas faces assumidas por uma guerra que, então, se voltava para a afirmação de soberanias regionais. Por isso mesmo, é possível dizer que a história dessas próprias narrativas compostas por homens versados no exercício das armas e a história dos eventos são igualmente objeto do estudo.

Os leitores terão a oportunidade de ver, nesse século em que a moral cavaleiresca ainda ditava as regras, cronistas provenientes da alta nobreza ou dos círculos cortesãos colocarem em cena o rei, os cavaleiros, os senhores e a gente comum em conflitos envolvendo ingleses, franceses e escoceses; conflitos em que a defesa do bem comum não oculta a busca da honra e de ganhos materiais. Um cortejo de ações memoráveis aparece assim ao lado de outras menos louváveis, configuradoras todas estas de uma série de embates notabilizados para a posteridade.

Prof.^a Dra. Susani Silveira Lemos França

Livre-Docente em História Medieval
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS - Unesp/Franca)

APRESENTAÇÃO



As virtudes dos homens glorificados apresentam-se como seus grandes méritos, assim como sua tendência a despertar o amor de pessoas apartadas de si: dessa forma, os inferiores tomam como modelo as virtudes de seus superiores ao venerarem suas grandes ações, cujas práticas não podem aspirar. Não obstante, contribui para a glória dos personagens exultados que eles realizem o bem, e que se beneficiem da afeição de seus inferiores. Doravante, príncipes, a vós são devidas nossas boas ações; para vós compomos tudo o que é válido de recordação; pois vossos esforços nos estimulam a fazê-los viver para sempre em nossos escritos, em troca dos perigos a que se expõem para garantir nossa tranquilidade [...]¹.

Em sua “Crônica sobre os reis da Inglaterra” (*Chronicle on the kings of England*), William of Malmesbury² (c. 1095/96 – c. 1146) enfatiza o papel de destaque da elite guerreira como protetora por excelência da comunidade do reino. Registrar tais ações seria necessário para que, juntamente com seus feitos, não fossem obliterados de uma geração para outra, permanecendo vivos nos domínios da memória. Durante a época dos conflitos

1 MALMESBURY, W. **Chronicle of the kings of England**: from the earliest period to the reign of king Stephen. With notes and illustrations by J. A. Giles. London: H.G. Bohn, 1847, p. 1. Todas as traduções são de nossa autoria.

2 Na tentativa de estabelecermos uma sistematização tanto toponímica como de nomenclatura dos indivíduos citados na presente obra, optamos por manter tais designações como se encontram nas fontes empregadas na pesquisa, apontando, através de notas de rodapé, para correspondentes em Língua Portuguesa quando julgarmos necessário. Ao passo que algumas regiões dispensam comentários posteriores, como *London, England* e *Edinburgh*, e que serão traduzidas sem maiores problemas para seus correspondentes, ou seja, Londres, Inglaterra e Edimburgo, respectivamente; regiões com nomes pouco usuais e que figurem esporadicamente, como Northumberland, terão seus nomes mantidos, porém apontados em nota o seu correspondente, isto é, “Nortúmbria”. No caso de nomes próprios, optamos por versões em português apenas para pensadores de ampla difusão no medievo, mantendo inalterados, porém, todos os outros que figuram nos textos estudados segundo a modernização para o inglês proposta pelos seus editores e tradutores. Dessa forma, figurarão designações como Tomás de Aquino, Alberto Magno, Egídio Romano, Ptolomeu de Lucca e Vegécio, por exemplo, paralelamente a William Oliphant, John of Doncaster e Richard of Bury. Quanto aos monarcas, aqueles terão seus nomes mantidos segundo a aceção moderna de seus idiomas de origem, muito embora, em sua primeira aparição, tenhamos optado por indicar, quando houver, a tradução consagrada de seus nomes. Vale ressaltar também que os nomes dos cronistas responsáveis pelas fontes aqui empregadas, isto é, Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, serão mantidos inalterados, pois não são conhecidos equivalentes em Língua Portuguesa.

abarcados pela Guerra dos Cem Anos³, a escrita da história no reino da Inglaterra não foi realizada de forma perene. O modo de refletir sobre o passado e o presente manteve-se fortemente ligado às tradições que deram coesão e sentido à atividade de registrar o passado. Desse modo, é relevante a proposição levantada por Étienne Gilson de que não cabe perguntar se os medievos teriam consciência sobre tais mudanças, mas sim “como elas mudam, de onde vêm, aonde vão, em que ponto elas próprias se situam na linha que liga o passado ao futuro”⁴.

A investigação acerca da escrita da história naquele momento – e talvez sobre esta atividade em qualquer outro período – deve considerar não apenas as possíveis especificidades da época em que foi realizada, como também exercer a tentativa de traçar aspectos sobre os saberes que concorriam para tornar relevantes determinadas formas do registro em detrimento de outras, pois desse modo torna-se possível perceber quais os princípios partilhados por indivíduos sem qualquer contato entre si⁵.

Na presente obra, interrogar-nos-emos acerca do papel da história e de como ela foi escrita na segunda metade do século XIV, mais especificamente entre meados das décadas de 1340 a 1360, momento marcado pelos intermitentes, porém duradouros, conflitos da dinastia Plantageneta contra escoceses, franceses e seus respectivos aliados, no que se pode denominar, em linhas gerais, como a primeira fase da Guerra dos Cem Anos. Para tanto, empregamos como documentação as crônicas escritas por dois homens de formação religiosa, mas com fortes laços com o mundo secular: Jean le Bel (c. 1290 – 1360), originário de Liège, em Flandres, região que, mesmo sob o domínio da Coroa francesa, possuía fortes ligações comerciais e culturais com os ingleses; e Geoffrey le Baker (? – 1358?), cujos rastros documentais permitem ligá-lo a Swinbrooke, em Oxfordshire, localizada na parte meridional da Inglaterra. A esses dois escritores soma-se a crônica de

3 A nomenclatura “Guerra dos Cem Anos” foi cunhada pela historiografia francesa no início do século XIX para designar os conflitos ocorridos entre Inglaterra e França durante a primeira metade do século XIV e a segunda metade do século XV, mas que engloba também outros reinos e territórios da Europa ocidental, como Castela, Navarra, Portugal, Escócia, Flandres e o Sacro Império Romano Germânico. Doravante, empregaremos tal designação com o intuito de referir-nos a tais conflitos. FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971, p. 1.

4 GILSON, E. A idade média e a história. In: _____. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Edward Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 476.

5 GUREVITCH, A. I. **As categorias da cultura medieval**. Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

Thomas Gray (1310? – 1369), cavaleiro que durante boa parte de sua vida foi condestável do castelo de Norham, ao extremo norte do reino, e ativo participante das contendas contra franceses e, principalmente, escoceses.

O recorte para a seleção dos documentos analisados se dá pelos seguintes parâmetros: a ênfase dada ao conflito por cronistas interessados nos relatos daqueles que, de algum modo, participaram ativamente das contendas, ou seja, não se restringiram apenas a registrar através de leituras de outros textos diversos, mas sim em supostamente relatar o que viram e ouviram de homens diretamente engajados no combate aos inimigos; sua própria participação nos eventos bélicos que descrevem, pois acreditamos que sua perspectiva poderia destacar certas características que apenas aqueles presentes nos conflitos poderiam oferecer ao testemunharem suas agruras; e, finalmente, a perspectiva favorável aos “ingleses”, ou seja, por que razão aparentemente demonstram-se simpáticos às empreitadas do rei e da nobreza daquele reino, ou ao menos em relação a nobreza local aos quais estavam ligados?

Colocando em diálogo os registros cronísticos tomados como fontes de nossa investigação, recorreremos a um *corpus* documental auxiliar produzido sob a égide do conflito, visando pôr em foco questões relacionadas a aspectos legais, administrativos e “políticos” que tais crônicas lançam, mas que as ultrapassam de alguma forma. Dentre nossos principais questionamentos, estão: a importância dada à guerra naquelas narrativas; o papel exercido por aqueles cronistas no contexto em questão; o lugar de onde escrevem; o que julgam digno de lembrança para integrar as histórias que escreveram; e a forma como é construído o discurso historiográfico naquele momento. Desse modo, trataremos não apenas das concepções do fazer histórico e das funções herdadas dos tempos de outrora e reinterpretadas constantemente pelos períodos posteriores, mas também dos lugares sociais ocupados por eles e suas obras. Refletiremos sobre quem foram, por quais razões escreveram e a relação de suas narrativas com outros textos cronísticos empregados para relatarem os tempos pretéritos. O alvo é, portanto, interrogar em que medida o seu fazer está inserido em uma rede de saberes de seu próprio tempo, uma vez que os usos do passado e da memória pelos historiadores não estão dissociados de propósitos presentes.

Nosso intuito é o de compreender as finalidades e os contornos de tal produção historiográfica, a partir da hipótese de que ela não está dissociada da investigação acerca dos múltiplos interesses de determinados grupos no conflito, e nem mesmo da compreensão dos valores da escrita e da memória histórica nesse momento. Quais seriam, portanto, os elementos centrais em comum que permeavam a composição de crônicas inglesas? Além disso, haveriam interesses específicos na produção daqueles textos? Qual a importância do que é registrado e a quem se destinam tais registros? Quem, afinal, se ocupava com tal incumbência e por quais razões tal empreitada fora realizada? Tais questionamentos estão intimamente ligados entre si, de forma que cabe desdobrar se elementos ligados à manutenção do status quo encontram-se presentes no entendimento sobre o fazer da história no período. Em suma, interessa-nos avaliar quais possíveis conjuntos de ideias permitem a elaboração de discursos cronísticos nas décadas abarcadas por esta obra, tempos aqueles de engajamento em conflitos para a comunidade do reino em um sentido amplo, e inquirimo-nos, portanto, quais são as características delineadoras daqueles relatos.

Logo, uma de nossas metas é o questionamento acerca das ideias que ganham destaque e importância para esses homens, e por isso merecem registro. Essa interrogação desdobrar-se-á no exame da recorrência de determinados elementos, como: a enumeração dos mortos, a descrição de feitos bélicos creditados como bravios ou pusilânimes em campo de batalha, o uso da cópia integral de documentação oficial lado a lado com informações provindas da oralidade, a depreciação do inimigo e, em certos casos, também de alguns membros da nobreza do próprio reino. Em suma, importa-nos interrogar: por que esses princípios são entendidos como válidos de registro e críveis para pelo menos uma parcela daquela sociedade?

Tais questões encontram-se diluídas nos capítulos desta obra, além de uma outra que transparece em todos os escritos de cunho histórico medievais: a “pretensão à veracidade”. Para tanto, trataremos também da alternância entre o uso da prosa e do verso, bem como dos esquemas de divisão temporal, pois nesses aspectos localizam-se as formas de organização e seleção do conteúdo narrado. A hipótese é que tais esquemas nos permitirão conjecturar sobre as condições e funções destinadas à escrita da história naquele momento. A preocupação em estabelecer o registro mais

verdadeiro possível, a seleção de temas a figurarem nas narrativas, bem como os mecanismos em comum entre eles, podem ter influenciado diretamente para o resultado final apresentado ao público-alvo. Uma vez que, de alguma maneira, todos estão ligados ao século, torna-se fundamental observarmos seus elementos estruturantes, pois podem apontar indícios de valores históricos então partilhados.

Junto a tais questionamentos, será importante ponderarmos acerca do crescimento da escrita e da disseminação de informações, ou melhor, da circulação de textos oficiais⁶. Não basta dizermos que o público-alvo daqueles textos restringe-se à nobreza, mas interessa-nos refletir em que patamar a escrita e a oralidade, segundo a perspectiva dos cronistas, igualmente gozam de credibilidade como testemunho fiável dos eventos ali descritos.

Além disso, outro questionamento se mostra incontornável: tendo em conta que a guerra contra inimigos externos era um elemento perene e, portanto, presente nas várias formas de relações entre os súditos de Edward III, seria possível inferirmos que o deslocamento de um público-alvo, antes notadamente clerical, para um interessado na prática e nos desdobramentos do conflito, tenha colaborado para a supracitada seleção e abordagem de temas que figuram naqueles textos? Nesse sentido, qual o papel que os saberes cavaleirescos e a associação com o rei Artur e seus cavaleiros, presente em escritos diversos (não apenas cronísticos), exerce sobre aqueles que realizam o registro da história? Durante o século XIV, o desejo de emulação dos feitos de cavalaria de outrora impulsionou tanto a produção como a tradução e retomada de manuais e de outros textos de diversos pensadores, como Cícero, Vegécio, Salústio, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Geoffrey of Monmouth⁷, que foram lidos dentro de um contexto em que a busca pelo agir de modo honorífico e a preocupação em ter tais ações registradas foram traços fundamentais. Não podemos nos esquecer de que os cronistas participaram do conflito e, portanto, fizeram parte de uma “rede de contatos” onde se falava, se escrevia e, efetivamente, se vivia

6 Para os fins do presente estudo, tal designação abarca todos aqueles textos produzidos para garantir a veracidade do relato de ações que descrevem em níveis locais, como cartulários e *indentures*, assim como aqueles com circulação (ou ao menos a pretensão) de atingir um público mais amplo, como as *parliament rolls* e *statutes of the realm*, e também aqueles que relatam eventos (mas não necessariamente produzidos) nas zonas de conflitos.

7 Godofredo de Monmouth.

a guerra, fosse no campo de batalha, fosse com as preocupações administrativas cotidianas voltadas para seu bom andamento.

Assim, até que ponto essa conjugação entre o conhecimento empírico do fazer bélico com aqueles que efetivamente o realizavam desempenhou um papel relevante nos textos cronísticos em questão? Não obstante, uma outra interrogação se coloca: uma vez que os cronistas não foram homens deslocados do mundo sobre o qual escreveram, seria possível observar em suas narrativas a influência das lentas transformações que se colocam aos ingleses durante a segunda metade do século XIV? No campo bélico, observou-se a adaptação de táticas marciais aprendidas a duras penas nos conflitos de décadas anteriores contra escoceses e galeses, e que fazem frente de forma eficiente à poderosa cavalaria francesa. No campo dos poderes, ocorre a diminuição gradual da nobiliarquia na participação do conflito, e daí surgem oportunidades para que homens inferiores, como aqueles citados por Malmesbury, ganhem destaque e riqueza atuando como mercenários. No campo do conhecimento, as muralhas monásticas, que por tanto tempo atuaram como bastiões na defesa daqueles santuários da elaboração e preservação de manuscritos, aos poucos começaram a ruir como lugar por excelência da produção escrita.

Teriam, portanto, os conflitos contra escoceses e franceses provocado mudanças sentidas não apenas no cotidiano dos habitantes daqueles três reinos, mas também alterações nos modos de conceber a história, em seus desígnios e em seu fazer? Doravante, nossa tentativa será a de mapear essas possíveis transformações, observar como se configuraram, em suma, interrogar como se desdobrou a escrita da história de cunho laico na Inglaterra trecentista.



ORDENAR O PASSADO EM VERSO E PROSA

1.1 DA PRETENSÃO À VERDADE E SEUS CONTORNOS NA ESCRITA CRONÍSTICA

No prólogo de “Flores da História” (*Flores Historiarum*), escrita na segunda metade do século XIII, o monge beneditino Matthew Paris (1200 – 1259) sintetiza a utilidade da composição histórica:



Acreditamos ser apropriado demonstrarmos as principais contingências dos tempos e as sucessões de eventos desde o início do mundo até a hora presente [...] para a instrução de eras vindouras, pois assim aquele que lê atentamente poderá [...] reunir um conhecimento completo acerca dos fatos relatados. Mas o que devemos replicar para certos ouvintes néscios que [...] dizem: “Qual é a ocasião mais oportuna para confiar à escrita as vidas e mortes dos homens, bem como dos diferentes eventos que se sucedem à humanidade? Por que perpetuar através de registros escritos a memória de prodígios no Céu e na Terra [...]?” Deixai-os saber que as boas vidas e modos virtuosos dos homens de antigamente são registrados para servirem como modelos para a imitação das eras subsequentes, [...] e assim o ajuntamento de tais eventos é legado em livros, para que, se em qualquer tempo acontecimentos similares vierem a ocorrer, os pecadores que julgarem de algum modo terem incorrido a ira divina possam fugir em direção ao arrependimento, e assim, agradecer a Deus. Aqueles homens [que realizam tais perguntas] não devem ser ouvidos, pois dizem que livros de crônicas, especialmente os elaborados pelos cristãos, devem ser negligenciados. [Mas saibam que], através do estudo de tais obras, um inquiridor diligente está apto a descobrir através de sua memória, a entender através de sua inteligência, e

a demonstrar, com eloquência, tudo o que é necessário para a vida humana e sua segurança⁸.

No tempo do monge cronista, a atividade de registrar o passado não estava dissociada da função clerical, na qual os eventos mundanos são explicados primordialmente a partir de um viés religioso. A história, juntamente com outros saberes, quando elaborada na forma escrita, era realizada por um pequeno grupo de pessoas e sua circulação, em parte, acabava por estar circunscrita às muralhas do claustro monástico. Na Inglaterra trecentista, entretanto, mais especificamente no reinado de Edward III⁹ (1327 – 1377), um grande número de crônicas foram compostas e compiladas, não mais apenas por indivíduos de rigorosa formação monástica, como Matthew Paris, mas também pelos chamados *secular clerks*¹⁰. Assim, apesar de ainda fortemente amparada em finalidades religiosas, a escrita da história não mais era produzida exclusivamente por homens que tinham recebido votos monásticos, passando agora também para as mãos de leigos ou de religiosos de vida secular. Tal deslocamento demanda uma atenção mais detida sobre os modos como se configuram os relatos que vieram a ser escritos, bem como sobre as possíveis razões que teriam levado leigos a se dedicarem à escrita da história, pois interrogamo-nos em grande parte acerca dos elementos que imputavam veracidade àqueles textos. É necessário, entretanto, frisar que nosso escopo não é perceber possíveis modificações ou permanências em relação a escritos monásticos, tanto de outrora quanto coevos, mas sim destacar as características da historiografia realizada para além dos mosteiros.

Seria impossível aqui analisarmos os diversos escritos históricos da segunda metade do século XIV na Inglaterra, afinal, há um número significativo de textos compostos naquele momento. Por esse motivo, resolvemos restringir nosso objetivo ao escrutínio de crônicas compostas entre meados da década de 1340 até finais da década de 1360, período em que esta atividade foi impulsionada, primordialmente, pela guerra empreendida por

8 WESTMINSTER, M. **The flowers of history**: especially such as relate to the affairs of Britain, from the beginning of the world to the year 1307. Translated by C. D. Yonge. London: H. G. Bohn, 1853, p. 1-2.

9 Eduardo III.

10 Embora fizessem parte de uma ordem religiosa, os chamados *secular clerks*, ou clérigos seculares, não viviam sob as regras monásticas como o clero regular, e por isso mesmo desempenhavam atividades voltadas ao público em geral, normalmente aquelas de cunho administrativo. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 253.

Edward III (r.1327 – 1377) contra escoceses e franceses. É bem verdade que a composição histórica produzida naquele momento não se limita à escrita crônística, porém, indivíduos que se envolveram direta ou indiretamente naquela atividade nos anos em questão realizaram, com finalidades diversas, o registro, segundo alegam, daquilo a que acederam, ou que ouviram, ou que leram, e que denominaram “crônica”. Portanto, destacamos os relatos de alguns daqueles homens que estiveram de alguma forma ligados aos conflitos, pois, a partir de suas narrativas, questionamo-nos, no presente capítulo, sobre quais são os elementos que as organizam, na tentativa de torná-las críveis, ou seja, quais são os eixos que constituem uma escrita aceita como verdadeira no momento em que foi composta.

O clérigo Walter de Milemete, na introdução de seu *speculum* “Sobre a nobreza, sabedoria e a prudência dos reis” (*De nobilitatibus, sapientiis, et prudentiis regum*), dedicado ao monarca Edward III, destacava que “[...] um bom trabalho não pode ser iniciado sem que Cristo seja considerado sua fundação”, por isso, reforçando uma tópica da história no seu tempo, ele rogava para que pudesse ser considerado merecedor e estivesse “[...] apto a compreender as questões morais da raça humana, especialmente dos reis, e abreviá-las na forma escrita para uma compreensão proveitosa”¹¹. A ênfase colocada na presença dos desígnios divinos é uma das marcas mais significativas na escrita da história do século XIV, porém, tal produção não se apresenta de forma linear, mas entrecortada pela utilização, adaptação e ressignificação das referências cristãs e dos textos legados do mundo greco-romano.

Dentre os pensadores que encontram grande difusão pela Idade Média e que exercem influência significativa sobre a historiografia do período, Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.) encontra lugar de destaque. Em “Sobre o orador”¹² (*De Oratore*), são apontados os pressupostos a conduzi-rem a escrita da história: concisão, fluência, clareza e domínio na maneira de expressão, além da pretensão ao relato verdadeiro dos acontecimen-

11 MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 25-27.

12 CICERUS, M. T. **De oratore.** With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942.

tos, no qual o historiador não devia ousar dizer nada além da verdade¹³, e deve ser corajoso para dizê-la por completo¹⁴. Além da preocupação com o conteúdo, a forma não deve ser negligenciada, pois a natureza do tema [a ser relatado] demanda arranjo cronológico, juntamente com leitura de acontecimentos meritórios¹⁵.

No século XIV, a afirmação de um discurso verdadeiro é igualmente um lugar comum nos escritos ali realizados. Quando se tratou de escrever sobre os feitos e ações de pessoas poderosas, era necessário evitar “[...] mentiras grosseiras baseadas em boatos [*gossips*] [...] ao invés de conhecimento verdadeiro”, como afirmaram os monges responsáveis pela continuação da “*Crônica da abadia de Dieulacres*”, em Staffordshire, no limiar daquele período analisado. Afinal de contas, implicações de falseamento poderiam gerar atribuições tanto aos seus escritores como aos homens que figuravam no corpo do relato, como veremos mais adiante.

No caso das crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, a busca pela veracidade segue, como em composições similares, certas convenções, porém, doravante, enfatizamos duas delas por se apresentarem de modo mais incisivo nas três narrativas: primeiramente, destacaremos a dicotomia da relação entre os usos da prosa e do verso, para, em sequência, discorrermos acerca da ordenação cronológica dos eventos narrados.

1.2 A HISTÓRIA ENTRE O VERSO E A PROSA

Em “Da Invenção” (*De Inventione*), Cícero define a *narratio* como uma exposição de eventos que ocorreram ou supõe-se que tenham ocorrido¹⁶, lidando com as pessoas, suas conversações e atitudes mentais¹⁷. O pensador também aborda as questões relativas aos eventos, em que são definidas a *fabula*, que trata de acontecimentos que não são verdadeiros e

13 CICERUS, M. T. **De oratore**. With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942, p. 237.

14 *Ibid.*, p. 243.

15 *Ibid.*, p. 245.

16 MURPHY, J. J. **Rhetoric in the middle ages**: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance. Berkeley: University of California Press, 1974, p. 12.

17 *Ibid.*, p. 13.

não têm verossimilhança; a *historia*, ou o registro de eventos que ocorreram em tempos remotos à nossa era; e o *argumentum*, ou a ficção narrativa que pode ter ocorrido¹⁸. Esse tipo de divisão encontra ecos em tratados de retórica, como o *Parisiana Poetria*, de John of Garland¹⁹ (c. 1190 - c. 1270), que associa a *fabula* a eventos que não são verdadeiros, o *argumentum* a eventos fictícios que podem ter acontecido, como no caso das comédias, e a *historia*, que relata eventos ocorridos no passado, mas faz um adendo em relação a Cícero: “para escrever de forma correta a história, o poeta deve incluir, nesta ordem, proposição, invocação e narração, sendo também desejável um epílogo, por meio do qual a mente do ouvinte compreende o que está por vir”²⁰. Dessa forma, emerge uma hierarquia entre *historia*, *argumentum* e *fabula*, ligada à estruturação do modo de narrar, a qual se aprofunda com a passagem da escrita da história do verso para a prosa.

O verso dominara formas de composições históricas em tempos anteriores, como nas sagas islandesas e composições dos escaldos (*skalds*), dentre elas as do escandinavo Gunnlaugr Ormstunga (Língua de Serpente), famoso pelos versos compostos na corte do monarca inglês Aethelred II (978 - 1016)²¹. Porém, é difícil precisar como e em que medida a passagem do verso para a prosa ocorreu, pois não envolveu apenas mudanças estéticas na formação do texto, mas também fatores externos, que influenciaram tal intercâmbio. Na França do século XIII, por exemplo, essa passagem se manifesta através da disseminação da capacidade de leitura entre a nobreza laica, que passou a considerar que o conhecimento sobre os tempos passados não era mais construído apenas pela recitação de versos nas cortes, e a leitura privada de textos em prosa ganha destaque de modo decisivo. Consequentemente, os mecanismos literários que eram empregados anteriormente não seriam mais concebidos como adequados por seus leitores,

18 MURPHY, J. J. **Rhetoric in the middle ages**: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance. Berkeley: University of California Press, 1974, p. 12.

19 João de Garlandia.

20 GARLAND, J. **The parisiana poetria**. Edited and translated by Traugott Lawler. New Haven: Yale University Press, 1974.

21 LAVELLE, R. **Aethelred II**: king of the English 978-1016. Stroud, Gloucestershire; Charleston, SC: Tempus Publishing, 2002, p. 8.

de forma que a prosa passou a ser o modo de exposição por excelência para atestar a veracidade da narrativa²².

No caso inglês, a alteração do verso para a prosa ocorre lentamente, seja pelo crescente entendimento sobre a veracidade imputada à última forma²³, seja pela burocratização do reino, cuja produção documental é direcionada para fins administrativos e também é realizada nesse formato²⁴. A escrita em prosa não necessariamente abarca apenas os textos compostos em latim, mas também em vernáculo e em anglo-normando, e assim é possível que a ela se tenha atribuído um caráter mais objetivo e passível de melhor entendimento por indivíduos que dominavam apenas os rudimentos da escrita e leitura, não havendo necessidade de uma interpretação subjetiva, como nos escritos em verso. Sua incorporação às narrativas dos três cronistas aqui trabalhados confere-lhes o peso necessário para que não sejam refutadas, tornando, portanto, essa documentação oficial mais um dos elementos que auxiliaram na construção do texto sobre o tempo presente, entendido como verdadeiro. Se aqueles cronistas, isto é, Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, exerceram atividades múltiplas, como a de administradores de terras e bens, esse formato acabou por ser aceito como o mais probo, e não é de se estranhar, portanto, que a escrita cronística lentamente tenha ganhado os mesmos contornos, cuja objetividade rumo ao relato sem falsidades liga-se à sua forma. O documento oficial, que em muitas situações serve como parâmetro para o relato do que ocorreu em locais onde o cronista não estivera (como as diversas zonas de conflitos), ou para decisões jurídico-administrativas concernentes a todo o reino, carrega consigo, em última instância, a autoridade do nobre que autoriza sua circulação, garantindo-lhe, desse modo, uma autenticidade que não é contestada pelos cronistas.

Uma grande quantidade de documentos decorrentes de relações comerciais, bélicas e administrativas são integrados às crônicas, não sendo

22 SPIEGEL, G. Forging the past: the language of historical truth in Middle Ages. **The History Teacher**, Long Beach, v. 17, n. 2, p. 267-278, fev. 1984.

23 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 143.

24 É possível atentar para muitas compilações modernas de documentos para fins administrativos produzidas no reino inglês durante o século XIV, onde não são observados escritos senão em prosa. Dentre tais conjuntos de textos, destacamos as *Parliament Rolls*, publicadas no século XIX; os *English Historical Documents*, que reúnem documentos que vão de 1327 a 1485; ou mesmo a obra *Anglo-Scottish relations*, com documentação abrangente ao período de 1174 a 1328.

novidade tal inserção, mas sim o nível com o qual é realizada, isto é, a ponto de narrativas, como aquela atribuída ao Anônimo de Canterbury, realizarem cópias integrais de documentos parlamentares e de tratados pertinentes a tréguas com os inimigos franceses para explicitarem pontos abordados²⁵. Esse uso constante da documentação na historiografia, produzida tanto por eclesiásticos como por leigos, é um dos elementos que justificariam o uso da prosa e não mais majoritariamente do verso. Sua permanência é um índice sobre os parâmetros constituídos para a escrita histórica e, se por um lado, ambas as formas convivem durante o século XIV, por outro, não o fazem de forma pacífica, pois os adeptos da prosa censuram aqueles que optam pelo verso por julgarem que não correspondem suas pretensões ao que a história deveria almejar. Homens como Peter of Langtoft, Thomas of Castleford, Robert Mannyng e o heraldista do cavaleiro *Sir* John Chandos escreveram seus textos em verso. Este último aponta, como objetivo de sua empreitada, que:



Em tempos de outrora, entendia-se que aqueles que modelavam belos poemas eram estimados como autores, [...] e todos aqueles que possuem a habilidade para tal preferiram registrá-los em livros, para que após sua morte seus verdadeiros registros fossem mantidos [...]. Por tal razão, incitado por minha vontade, desejo pôr em prática meu intento de fazer e registrar poemas dos tempos presentes e passados²⁶.

Em seguida, o heraldista informa ao seu leitor que ambiciona registrar os feitos de Edward, o Príncipe Negro, comparando sua bravura à de Júlio César e Artur, e iniciando seu texto em verso. Uma das vantagens para essa forma de escrita era que, dentro do jogo de signos que compunham o manuscrito medieval, ela ajudava a viabilizar a memorização e a recitação. O monge Fortunaciano de Aquiléia, no século IV, apontara em sua arte da retórica que, para o exercício da memória, deve-se começar

25 **CHRONICON** *anonymi cantuariensis*: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. Trataremos desta questão mais detalhadamente no capítulo 2.

26 **THE LIFE of the black prince**: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910. p. 135-136.

memorizando poemas, depois orações e materiais mais complexos, como escritos legais²⁷. Os escritores pagãos esperavam que seus livros fossem lidos em voz alta, prática que começa a ser retomada de forma mais intensa por volta do século XII. Desde o início de sua composição, o escritor tinha expectativas sobre como seu texto repercutiria, e dirigia-se à sua audiência, como leitores e/ou ouvintes, de forma intercambiável²⁸. Tal tipo de narrativa era aceitável no século XIV, porém despertava antagonismos. Um dos fatores sobre os quais repousava a autoridade das crônicas latinas era o uso consistente da prosa, uma forma literária associada à tradição historiográfica romana, com um padrão de precisão factual e seriedade referencial. Dito de outro modo, embora a prosa não seja diretamente mencionada por parte dos autores romanos, a “ordem cronológica da narrativa”, tão cara a autores como Cícero, aparece para historiadores de períodos posteriores naturalmente mais congruente com a prosa do que com a poesia²⁹.

No século XIV, Jean le Bel foi um daqueles cronistas que viram na escrita versificada um falseamento do que teria ocorrido, devendo, portanto, ser evitada por aqueles que estivessem preocupados com o registro verdadeiro dos acontecimentos:



Aquele desejoso em conhecer e ouvir a verdadeira história do nobre e valente rei Edward [...] deveria ler esse pequeno livro que inicie, e ignorar o grande livro em verso o qual vi e li, que alguma alma imaginativa forjou em rimas, cheia de parvoíces e extravagante invenção: sua primeira parte [...] está desordenada com erros e mentiras. Depois disso há uma mescla entre verdade e falsidade, com um bom tanto de artifícios e repetições para ornamentar o verso, e tal abundância de façanhas são atribuídas a certos cavaleiros e a outras pessoas de tal modo que testam a credulidade [da narrativa], beirando o impossível. Tal história versificada é fantasiosa e dificilmente agradará as pessoas de juízo e razão; pois ao escrever de forma tão extravagante,

27 CARRUTHERS, M. J. **The book of memory**: a study of memory in medieval culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 86.

28 SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974, p. 12.

29 MILADA, B. **Medieval historiography and discourse**: toward a topography of textuality. New York: P. Lang, 1990, p. 30-31.

[...] os feitos de armas de certos cavaleiros [...] serão diminuídos, pois seus verdadeiros feitos gozarão de menos credibilidade, [...] e é por isso que se torna essencial falar com tanta precisão e exatidão quanto forem possíveis. Sob meu ponto de vista, trata-se de uma história de tal nobreza e seus feitos valorosos, [e por isso] merece ser eminentemente registrada com toda a veracidade possível, de acordo com informações confiáveis dadas a mim³⁰.

O cronista estabelece que sua narrativa poderia vir a ser verossímil por afrontar uma outra escrita em verso³¹ sobre os mesmos eventos, justamente pelo fato de que a poesia não carrega consigo a autoridade imputada aos escritos em prosa. Jean le Bel foi um homem amplamente ligado ao século, e sua rejeição à escrita em verso deve estar ligada ao seu apreço por relatos em prosa que, aparentemente, carregavam uma maior carga de credibilidade. Consequentemente, é provável que sua preferência pela prosa não esteja dissociada de seu contato com outros tipos de documentação, pois ele foi um indivíduo pertencente à nobreza terratenente, e sua proximidade com a leitura e produção de documentos sob aquela forma, concernentes à administração de suas posses, pode ter feito com que os entendesse, de forma consciente ou não, como mais respeitáveis.

Outros contemporâneos àqueles cronistas parecem partilhar da opinião de que a prosa se aproxima mais da verdade do que o verso. O primeiro tradutor da *Polychronicon*, John of Trevisa (1342 - 1402), aponta que em sua versão prosaica ela seria muito mais clara de se conhecer e entender do que na versão em rima³². Isso não significa, entretanto, que a prosa tenha predominado como a forma por excelência e retentora da verdade, pois, se é reprovada por alguns, ela continua a ser aceita e empregada por outros. No contexto inglês, a escrita versificada da história encontra sobrevida pelo menos até o século XV, onde obras como os

30 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 21.

31 Ibid., p. 21. Tal livro em verso, se em algum momento chegou a existir, não deixou qualquer traço que sirva para identificá-lo nos dias atuais. Entretanto, o responsável pela atual edição da crônica aponta para a descoberta, no século XIX, de um manuscrito fragmentado que contém uma história em versos contemporânea aos eventos narrados por Jean le Bel. Além disso, é registrada a existência, naquele momento, de três poemas que relatavam os eventos nos reinos de Philippe VI e Jean II, mas que não nos foram legados.

32 WALDRON, R. Trevisa's original prefaces on translation: a critical edition. In: KENNEDY, E.; WALDRON, R.; WITTIG, J. (Eds.). **Medieval English studies presented to George Kane**. Wolfeboro, N.H.: D.S. Brewer, 1988, p. 293.

“Versos sobre os reis da Inglaterra” (*Verses on the Kings of England*), de John Lydgate, encontram ampla popularidade. É possível, portanto, que o verso tenha persistido como meio de composição histórica, talvez em parte pela propensão à memorização, como destacamos anteriormente, mas, seja como for, o fato é que os três cronistas optam pela prosa em suas narrativas.

Se os seus escritos não são laureados de amontoados de tolices características das histórias em verso³³, como julga Jean le Bel, o que então caracteriza o emprego da prosa como verdadeira, para além de sua suposta maior fidelidade aos eventos? Em tempos anteriores, os épicos em verso atendiam as expectativas das comunidades às quais estavam destinados, pois tinham uma função comemorativa e traziam à tona a memória de homens destacados do grupo, ou seja, faziam parte de atos de autoafirmação e identificação de uma comunidade³⁴. Para os cronistas em questão, a narrativa de eventos torna-se digna de estima quando lhe são atribuídos feitos que, de algum modo, contribuem para a boa fama de homens do presente e de seus antepassados próximos. Anteriormente, Artur e/ou Rolando poderiam cavalgar contra as hostes de seus inimigos e saírem ilesos, mas serem mortos devido a pecados que teriam cometido, o que indica uma perspectiva religiosa integrada na composição daqueles escritos. No século XIV, os relatos de mortes heroicas não são em verso, porque não se trata da narrativa de indivíduos entendidos como excepcionais, pertencentes, por exemplo, aos “Nove Valorosos” (*Nine Worthies*)³⁵, mas sim de homens pertencentes à nobreza, que realizam feitos bravios de difícil (mas não impossível) repetição, exemplificando um modelo de conduta ideal esperado pelos homens do presente.

Desse modo, é possível que os escritos em verso fossem vistos como exagerados e distassem do que se acreditava que realmente aconteceu ou, como aponta Jean Froissart³⁶, era necessário “[...] que os fatos fossem nota-

33 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 22.

34 FLEISCHMAN, S. On the representation of history and fiction in the Middle Ages. **History and Theory**: Studies in the Philosophy of History, Middletown, v. 22, n. 3, p. 283, out. 1983.

35 KEEN, M. Chivalry, heralds, and history. In: DAVIES, R.H.C.; WALLACE-HADRILL, J.M. (Ed.). **The writing of history in the middle ages**: essays presented to Richard William Southern. Oxford: Clarendon Press, 1981, p. 403.

36 João Froissart.

velmente registrados, vistos e conhecidos nos tempos presentes e vindouros, [...] bem como ordenados e relatados em prosa segundo a verdadeira informação obtida a partir de homens de estima”³⁷. Em suma, não devemos afirmar que, no século XIV, as crônicas em prosa são um produto final pertencente a uma longa evolução histórica rumo a um texto que pudesse ser entendido como ideal. Longe de ser uma forma literária isolada e acabada, a crônica está conectada a outras formas de narrativa, e a própria escrita em prosa não assegura por si só sua veracidade, nem tampouco a escrita em verso está associada inteiramente ao falseamento.

No âmbito desta discussão, podemos mencionar o exemplo do pleito à descendência direta do rei Artur, tão asseverada pelos monarcas ingleses. Popularizada inicialmente pelos escritos em prosa de Geoffrey of Monmouth (1100 - 1155), em sua “História dos Reis da Bretanha” (*Historia Regum Britanniae*), ela fora desacreditada por seu contemporâneo William of Newburgh (c. 1136 - c. 1198), que a ataca devido as impossibilidades apresentadas por sua cronologia, assim como por ser implausível que Artur tenha conquistado todos aqueles reinos e mesmo assim passar despercebido por outros historiadores³⁸. Parece certo, entretanto, que os escritos sobre Artur continuaram a ser citados tanto por crônicas em prosa como em verso ao longo do século XIV, impulsionados alta popularidade alcançada pelos romances de cavalaria e da difusão dos saberes cavaleirescos entre a nobiliarquia. Todavia, mesmo escrita inicialmente em prosa, a veracidade de Artur como personagem histórico é colocada em dúvida pelo contemporâneo de Monmouth, enquanto os feitos do Príncipe Negro, escritos em verso na segunda metade do século XIV, não o são, provavelmente em decorrência de convenções literárias daquele tempo que as tornaram aceitáveis e críveis, ao menos para o grupo de homens que comporiam a audiência esperada daquele texto³⁹.

Nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, estão inseridas convenções como a crença na fidedignidade da existência e an-

37 FROISSART, J. **Crônicas**. Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenech. Madrid: Ediciones Siruela, 1988, p. 3.

38 OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005, p. 120.

39 COOTE, L. A. **Prophecy and public affairs in later medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2000, p. 43 – 82.

cestralidade de Artur, e também no uso da prosa como o formato autêntico de relato elaborado por aqueles homens. A escolha pela realização das crônicas em prosa foi significativa naquele momento para sua aceitação como verdadeiras, pois era um elemento partilhado com os textos sagrados e que dispunham de autoridade, não podendo ser refutados sem colocarem em cheque a credibilidade daqueles que forneciam os relatos para sua elaboração. De qualquer forma, todas aquelas crônicas, compostas em locais diversos do reino e provavelmente sem qualquer contato entre seus cronistas, foram escritas em prosa, indicando que se aquela forma não é necessariamente relacionada ao relato verdadeiro, ao menos aponta para um sobrepujamento, ou para uma forte concorrência sobre a escrita prosaica, como o modo de configuração por excelência da escrita histórica daquele momento.

Para além deste emprego paralelo das duas formas, onde a prosa vai ganhando terreno sobre o verso na aferição da veracidade das crônicas do século XIV, sua ordenação temporal é um segundo elemento que visaria garantir seu não falseamento. Cabe, portanto, examinarmos tal questão mais detidamente a seguir.

1.3 DA ORDEM DO PASSADO À ORDEM DO RELATO

A forma de ordenação dos escritos segundo uma cronologia mais ou menos específica não é uma questão tão banal como pode parecer à primeira vista. A partir de uma tradição que contava com o elenco de fatos em anais e até mesmo em esquemas de relação causal e cíclica, isto é, através de uma ação outra seria desencadeada, levando a outras ações e assim por diante, os cronistas aparentemente encontraram uma fiabilidade pretendida e incontestável. Suas narrativas sobre os tempos diversos seguem certos padrões de outrora, elaborados ao longo de vários séculos por pagãos e posteriormente por cristãos, porém, além de reafirmar persistências, cabe interrogarmos em que medida se realiza a cronologia da história no tempo dos cronistas propostos, ou, em outras palavras, interrogar-nos-emos sobre qual é a esquematização dos eventos empregada por aqueles homens.

Partimos dessa questão para refletirmos sobre a relação entre os ordenamentos textuais. Um primeiro aspecto que nos chama a atenção é a distinção entre o que poderia ser delimitado como crônica e história, designações que se apresentaram de forma justaposta a partir do século XII. Os chamados *chronographus* e *historiographus*, homens dedicados à escrita do passado, raramente eram entendidos ou mesmo se denominavam “autores” de suas narrativas, no sentido de uma responsabilidade individual por sua produção. De modo geral, as crônicas eram, por assim dizer, “produtos coletivos” elaborados e continuados sem a anuência de um único indivíduo, e observá-las como textos de “autoria” individual seria imputar-lhes um caráter anacrônico sobre sua concepção e utilidade. No momento abarcado, parece ter havido uma clara distinção entre aqueles com funções relacionadas à produção de textos e manuscritos. O escriba (*scribe*) era encarregado de copiar, mas não acrescentar nenhuma informação; o copista (*compiler*) mesclava e rearranjava os pensamentos de outros; o comentador (*commentator*) realizava uma leitura contemporânea sobre textos já consagrados; enquanto que o autor (*auctor*) produzia um ou mais textos aos quais estavam inerentes à utilidade (*worth*) e verdade, concebidos através da graça divina e normalmente reforçados por comentários patrísticos⁴⁰. Uma vez que, de maneira geral, cronistas do período descreviam sua atividade a partir de verbos como “compilar” (*compilare*), “reunir” (*colligere*), “selecionar” (*excerpere*), “abreviar” (*breviare*) e “redigir” (*redigere*)⁴¹, abordar suas narrativas dentro de apenas uma dessas funções nos daria uma compreensão incompleta das mesmas, pois aqueles homens exerceram simultaneamente atividades de escribas, copistas e comentadores. Além disso, obras de diversas naturezas, como as *gestae*, *deeds*, espelhos de príncipes, hagiografias e histórias universais, indicam a disparidade no modo de conceber o objeto para os homens do período. Devemos notar que, se antes dos séculos XIII e XIV a crônica fora um “gênero menor”, nesse momento ela se apresentou como a principal forma de erudição histórica, isto é, ambas fundem-se em um único gênero, autônomo, que preza pela cronologia. Assim, as crônicas deixam de ser apenas mais uma das modalidades de registro histórico para

40 CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008, p. 20.

41 SPIEGEL, G. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L.; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002, p. 80.

serem alçadas à modalidade por excelência, o que não exclui, entretanto, a possibilidade de outras formas de escrita.

Seja como for, é possível perceber concepções variadas na distinção entre crônica e história, e ao longo do século passado a historiografia aponta para dificuldades na delimitação de características que abarquem um conjunto de textos que nem sempre partilharam similaridades. No início do século XX, a definição ganhou amplitude, contemplando que em uma crônica medieval estariam incluídas todas as narrativas escritas com o propósito de transmitir informações sobre o passado, e que seus compositores empregavam os termos anais, crônicas e histórias de forma absolutamente indiscriminada⁴². Com o passar das décadas, outros estudos dedicados à cronística destacaram essa mesma dificuldade em especificar características precisas e fronteiras estanques, talvez justamente em razão da multiplicidade de textos categorizados como crônicas. De forma geral, as definições que foram sendo apresentadas convergem no que diz respeito ao seu caráter cronológico e à função de manter a perenidade⁴³, em que o conjunto de informações ali dispostas incorporam elementos de uma forma de concepção do mundo cristão com a pretensão de transmitir a verdade sobre o que narram, isto é, sobre os eventos do passado ou contemporâneos aos seus escritos⁴⁴. No que diz respeito especificamente à cronística inglesa, a convivência entre história e crônica é notável⁴⁵, a ponto de não haver uma demarcação nítida entre ambas⁴⁶.

Se as balizas entre crônica e história não são, portanto, claras e consensuais, cabe-nos atentar para a forma que tomam, pois, na inquisição de seus parâmetros organizacionais, encontramos elementos que podem ter sido elementares em sua aceitação de credibilidade para aquela sociedade. O registro da história estava situado em uma rede de saberes que basicamente se organizava segundo três finalidades: o estudo sobre os ensina-

42 TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922, p. 8-9.

43 VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995, p. 14.

44 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. XIX.

45 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. XI.

46 Id. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-130, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

mentos divinos, sobre a esquematização da vida social do homem e sobre a natureza que o cercava. Nesse cenário, para a disciplina histórica é designado um papel secundário nas universidades, alocada para a assistência ao estudo das artes liberais (*Trivium*), porquanto, à Gramática, à Retórica e à Dialética⁴⁷. De modo geral, ao estudante era ensinado o conteúdo de história pagã e bíblica como conhecimento puramente complementar à Gramática e à Retórica, em que o entendimento de exemplos do passado auxiliaria no melhor domínio de técnicas de escrita e de convencimento, pois buscavam-se exemplos em autoridades que não poderiam ser refutadas⁴⁸.

Antes, porém, dessa delimitação dada à história no ambiente universitário, homens ao longo do medievo se questionaram sobre suas funções e sobre os limites entre o que se designava como crônica e história. Gervase of Canterbury⁴⁹ (c. 1141 - c. 1210) expressou que a história tem por fundamento “[...] dizer a verdade, persuadir aqueles que a ouvem ou leem e informá-los dos feitos [*deeds*], costumes e vidas daqueles que por ela são descritos”, ao passo que as crônicas “[...] narram brevemente os feitos [*deeds*] dos reis e príncipes que aconteceram em tempos passados, além de registrarem quaisquer portentos, milagres e outros eventos”⁵⁰. Ele notara ainda que nem sempre os autores⁵¹ de tais textos se deixavam confinar nos limites do gênero por eles escolhido, ou seja, sob seu ponto de vista, não haveria uma rigidez esquemática que desse um corpo mais ou menos estável àquele tipo de narrativa.

A abordagem sobre a questão do papel da história, da disciplina histórica e dos cronistas, através do questionamento acerca do que era assim entendido pelos coetâneos, pode vir a fornecer indícios que permitam ao

47 ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991, p. 17.

48 SMALLLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974, p. 18.

49 Gervásio de Canterbury.

50 GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951, p. 2.

51 Doravante, empregaremos o termo “autores” sob sua acepção moderna, ou seja, a de responsável pela elaboração e produção de um trabalho textual, não devendo ser confundido com os termos *auctor* e *auctoritas*, em que *auctor* relacionava-se a alguém responsável por um texto de grande importância e difusão, não devendo apenas ser lido como também respeitado e acreditado; enquanto que seus escritos continham, em um sentido mais geral, *auctoritas*, isto é, conotações de sagacidade e verdade e, em um sentido mais restrito, referia-se a trechos ou citações do trabalho do *auctor*. Cf. MINNIS, A. **Medieval theory of authorship**: scholastic literary attitudes in the later middle ages. Aldershot: Scholar Press, 2010, p. 10.

menos uma aproximação sobre o fazer daqueles cronistas ingleses do século XIV e dos modos como organizavam seus escritos. A *historia*, ou sua narrativa, lidava com os *res gestae*, ou seja, a narrativa de “eventos reais”, que os distinguiam da ficção⁵² (cada vez mais atribuída ao verso, como vimos anteriormente) e lidavam com fatos que ocorreram no passado⁵³. Essa é uma esquematização ideal acerca da função histórica que esteve presente em um grande número de crônicas, fornecendo-lhes certo grau de coesão. De qualquer modo, a distinção entre história e ficção deve ser encarada de forma cautelosa, uma vez que tal dicotomia é delineada de acordo com o público-alvo daqueles textos, isto é, mesmo narrativas que podiam ter sido “inventadas” e modificadas com a finalidade de serem entendidas como verdadeiras, não eram necessariamente fictícias, no sentido de que contavam com a cumplicidade de sua audiência para assim entendê-las e perpetuá-las.

No século XIV, a palavra história relacionou-se com os feitos ocorridos no passado, ao passo que “crônica” remeteu-se a uma espécie de gênero para relatar esse passado, mas que, em certos momentos, aparelhou-se à história, devido a sua ocorrência sinonímica com aquela. Para Thomas Gray, aparentemente há uma distinção entre tais termos, e, no prólogo de sua *Scalacronica*, sugere:



Aquele desejoso em conhecer como a ilha da Grã-Bretanha [...] foi originalmente povoada, por qual raça [*gent*]⁵⁴, sua origem e a processão da linhagem de reis [...] o será capaz de fazê-lo em parte através desta história [*estoir*], uma vez que esta crônica [*cronicle*] registrou

52 O termo ficção é datado em língua inglesa por volta de 1375 – 1425, enquanto que em outras regiões da Europa, como França e Alemanha, seu registro remonta aos séculos XI, XII e XIII. Ele pode ser *a priori* delimitado como aquilo que não é entendido como verdadeiro para o período em questão, ou seja, aquilo sobre o qual se fala e/ ou escreve, mas que não se enquadra nos parâmetros de credibilidade vigentes naquele momento. MATHESON, L. M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J. T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources: using historical sources to discover medieval Europe**. London: Routledge, 2012, p. 25.

53 GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 13-14, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterramicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

54 Mantivemos o termo original em anglo-normando dado que nossa tradução foi realizada a partir da versão inglesa.

tais coisas, do modo como foi relatado em vários livros, em latim e em vernáculo⁵⁵.

Desse modo, é provável que, para o cavaleiro, história e eventos do passado pudessem ser entendidos como acepções parelhas, ao passo que a crônica era a forma instituída desses registros. Ainda que seu texto lide com informações sobre tempos distantes e, em suas últimas seções, com eventos contemporâneos, com os quais lidaremos mais adiante, a escolha por denominar sua narrativa como “crônica” a distingue de outras formas de registro que, de certo modo, também pretensamente cumpriam com essa função. De qualquer forma, não é possível dizer que a Thomas Gray e a seus congêneres houvesse uma delimitação clara sobre os papéis da crônica e da história. Uma vez que os cronistas ligados ao século não sentiram a necessidade de estabelecer uma delimitação mais precisa do seu fazer, é possível inferir que história e crônica eram empregadas como sinônimos que abarcavam uma mesma atividade, da qual resultava um produto voltado para questões específicas do momento em que viviam. Entretanto, não podemos ignorar que o apontamento da cronologia, melhor dizendo, a divisão dos eventos que aqueles escritos relatam de maneira uniforme, é um dos pilares para atestar sua veracidade.

Tais modos de ordenação da história pelos cronistas aqui relevados fazem-se, sem dúvida, em diálogo com referências do passado. Um dos modelos mais lembrados e repetidos foi elaborado por Isidoro de Sevilla (560 - 636), na obra *Etimologias*, destinada à reunião de saberes legados pelos antigos e que veio a definir a história como um ramo acessório à Gramática, pois tudo o que é válido de registro é confiado à escrita. O arcebispo manifesta-se não apenas acerca de sua utilidade, onde muitos sábios expuseram os feitos passados da humanidade em histórias para a instrução dos contemporâneos, pois, através dela, os diversos povos são capazes de realizar a contagem definitiva sobre estações e anos, assim como de investigar muitas questões indispensáveis através da sucessão de cônsules e reis. Essa ordenação em anos, que permitiria um melhor conhecimento sobre o passado, estaria diretamente ligada, portanto, à função da história e dos anais, onde a primeira relata eventos dos tempos presentes, e o segundo

55 GRAY, T. *The Scalacronica*: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 1.

se refere aos anos anteriores a era de seus escritores⁵⁶. Cassiodoro (c. 485 - c. 585), por sua vez, define que a função dos historiadores é recontar o movimento inconstante dos eventos e a história instável dos reinos com esplendor eloquente, porém cauteloso, ao passo que aos cronistas é atribuída uma limitada competência de registrar as sombras das histórias e concisos lembretes dos tempos anteriores⁵⁷. Essa divisão da história em reinados, ou mesmo anos, era anterior ao tempo de Isidoro. A concepção de uma história cíclica da era clássica dá lugar à cristã e linear, destinada a um fim máximo, a Cidade de Deus; e a ressurreição de Cristo não é apenas um meio para se chegar até ela, mas é a própria finalidade da história⁵⁸.

Assim, além da divisão entre os anos anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo, dois grandes modelos foram sugeridos e amplamente copiados durante todo o medievo: o das quatro monarquias⁵⁹, proveniente da Bíblia, e o das seis eras por Santo Agostinho. Sobre o plano que interessa a esta obra, isto é, o da escrita da história na Inglaterra trecentista, o modelo das seis eras de Santo Agostinho é empregado com mais frequência e, por isso, merece um breve detalhamento.

As seis eras, de modo geral, correspondiam da gênese ao dilúvio; de Noé a Abraão; de Abraão a Davi; de Davi ao cativo na Babilônia; do cativo ao nascimento de Cristo; da morte de Cristo à sua segunda ressurreição, que seguiria ao fim do mundo e à Eternidade. Esse modelo é copiado e readaptado, entre outros, por Beda, o Venerável (c. 672/673 - 735), cuja “História Eclesiástica do Povo Inglês” (*Historia ecclesiastica gentis Anglorum*) é um dos textos de conteúdo histórico que encontra ecos nos cronistas ingleses. O monge empregou e difundiu o uso das seis eras de Santo Agostinho, porém, com duas particularidades em relação aos escritos do bispo de Hipona. A primeira é a subdivisão de cada era em três movimentos interligados, que se moviam em um ritmo de ascensão, apogeu e queda, com a expectativa de que uma nova ascensão viria novamente

56 SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 67

57 FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005, p. 89.

58 PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder: the rise and decline of the christian view of history**. Berkeley, Ca: University of California Press, 1964.

59 SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974, p. 32-34.; GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. 116.

ao início da era subsequente. Simultaneamente, cada uma das Eras recebia uma comparação com uma das sete idades da vida do homem, indo da infância à decrepitude, até alcançar o descanso eterno.

O modelo da divisão temporal desenvolvido por Beda é utilizado de forma mais ou menos contínua até meados do século XII, período favorável à sistematização em oposição à especulação histórica. Ali, o pensamento sobre a escrita da história baseou-se na justificativa de que o tempo, lugar e “circunstâncias históricas” poderiam ser relegados a segundo plano na busca pela verdade sobre a natureza do homem e do universo. Desse modo, textos originários de períodos e “meios culturais” diversos poderiam ser organizados para atestarem a verdade da argumentação proposta, relegando a um segundo plano o que poderia ser modernamente denominado como seu “contexto”. Essa espécie de tácito acordo para ignorar a história foi, portanto, condição para que as sumas (*summae*) teológicas, legais e científicas dos séculos XII e XIII fossem criadas e aceitas⁶⁰.

Essa preocupação com a sistematização do tempo transparece nas obras de cronistas ingleses, como Henry of Huntington (1088 - 1157), que subdivide, na “História dos Ingleses” (*Historia Anglorum*), a história da ilha em cinco períodos, aos quais denomina como os das cinco “pragas”: dos romanos; dos pictos e escoceses; dos anglo-saxões; dos dinamarqueses; e dos normandos. Além dele, William of Malmesbury (c. 1095/96 - 1143), na “Crônica dos Reis Ingleses” (*Gesta Rerum Anglorum*), adotou tal esquematização, mas com alterações no que concerne aos períodos anteriores à chegada dos normandos, em 1066⁶¹.

Uma das crônicas de maior circulação na Inglaterra do século XIV, a *Polychronicon*, de Ranulf Hidgen (c. 1299 - c. 1360), apresentou contornos similares aos de seus predecessores na esquematização temporal, ao menos no âmbito da subdivisão da história em eras. Empregada como referência para cronistas diversos, dentre eles Thomas Gray, essa obra de grande difusão e popularidade se destacou pela erudição que expressou, não apenas pela inclusão de um grande número de autoridades, como Plínio, Suetônio, Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha, Beda e Geoffrey of Monmouth,

60 SOUTHERN, R. **History and historians**: selected papers by R. W. Southern. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004, p. 32-34.

61 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 118-119.

mas também pela divisão intencional que realiza de sua obra⁶². Conforme consta em sua introdução, o cronista justificou que, “[...] por essa crônica apresentar conteúdo e feitos de tempos diversos”, ele decide denominá-la *Polychronicon*, isto é, “[...] a crônica de muitos tempos”, e pondera sobre a partição de sua obra em sete livros, segundo o exemplo do Criador, “que fez todas as coisas sob o número de seis [dias] e descansou no sétimo”. O primeiro livro, assim, descreve os lugares do mundo, e os outros seis os eventos ocorridos de acordo com o número das seis eras⁶³.

Tais modelos não são destacados em um primeiro momento nas crônicas de Jean le Bel e Geoffrey le Baker. Contudo, isso não elimina a possibilidade de que, mesmo indiretamente, estivessem entre seu repertório de referências, afinal, os cronistas podem ter acedido a tais saberes devido ao seu bom nível de instrução e também pela necessidade de obterem conhecimentos sobre os anos que antecedem as histórias de suas narrativas.

Das crônicas trabalhadas, a do cavaleiro Thomas Gray, único dentre os três cronistas que não teve quaisquer laços com uma formação monástica, é a que curiosamente pauta a divisão de seu texto de forma mais evidente. No prólogo da *Scalacronica*, o cronista elucidou que seu intento de escrevê-la se deu enquanto foi prisioneiro, e lhe causava incômodo não possuir conhecimento sobre os tempos passados, até que uma Síbila apareceu em seus sonhos e lhe mostrou como conceber aquilo que tinha em mente. Ela o conduziu para um pomar onde existia uma escada encostada ao lado de uma grande muralha. Essa escada, segurada por um monge franciscano, era composta por cinco degraus e estava apoiada em dois livros valiosos: a Bíblia e os “Feitos de Tróia” (*Deeds of Troy*), em uma referência à mescla entre os passados religioso e laico que serviam de pano de fundo à sua composição. Cada um dos degraus apontava para uma divisão acerca do conhecimento sobre um período da história inglesa, cuja cronologia de Gray é demarcada a partir do que lhe fora narrado pelas autoridades, as quais acedeu para cumprir seu desígnio de escrever sua crônica e de compreender o que se passou em tempos pretéritos.

62 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. 43-48.

63 HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century**. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865, v. 1, p. 27

Suas especificações sobre as fontes que empregou sugerem uma preocupação “metodológica”, pois, apesar de não ter se dedicado às artes liberais, partilhou do lugar comum de que, para alcançar a veracidade em sua crônica, era necessário o emprego de autoridades anteriores e do diálogo com seu público-alvo. Entretanto, a cronologia disposta em sua narrativa é simbolizada pelos degraus, cada um dos quais, uma vez superados pelo cronista, apresentam “uma pequena entrada, através da qual era possível acessar uma grande cidade, onde um mestre, vestido com peles de animais e em um salão de uma mansão senhorial [*manor-house*], escrevia”. Ali, aponta Síbila, estava Walter, arqui-diácono de Exeter, “que traduziu a [crônica] *Brut*, os feitos dos Bretões, o primeiro livro de crônicas desta ilha”⁶⁴. A cada degrau subido por Gray e Síbila, o processo repetia-se, alterando-se apenas o responsável pela composição de um texto legitimado pelo costume e pela ancestralidade, isto é, tratavam-se de autoridades que emprestavam seu peso à narrativa do cavaleiro. No segundo degrau eles encontram Beda, no terceiro, Ranulf Hidgen, no quarto, John of Tynemouth, e cada um deles era responsável por um texto acerca de um período da história da ilha, de Bruto aos tempos do cavaleiro; até que chegam ao quinto degrau. Gray pede autorização à Síbila para subi-lo, porém, esta lhe é negada sob o seguinte pretexto:



O quinto degrau não poderás subir, pois representa eventos futuros, [...] e uma vez que venturas pósteras repousam sobre incertezas, com exceção à compreensão divina, devemos deixar as questões celestiais para os eclesiásticos, e as horas e os momentos para aquele poder [divino] as quais elas estão reservadas⁶⁵.

Com o emprego de recursos retóricos, a alusão ao fim dos tempos referida na crônica de Thomas Gray se assemelha às divisões anteriores, tal como a aparição de uma entidade maravilhosa em seu sonho. Tais elementos fazem recordar um longo passado partilhado entre historiadores do medievo. Tratados sobre os sonhos e seu posterior uso como mecanismo

64 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 1 – 2.

65 Ibid., p. 2.

literário eram empregados, pelo menos desde o século XIII, nos textos do afamado escritor trecentista Geoffrey Chaucer⁶⁶, sendo conhecidos através do Apocalipse bíblico e do “Sonho de Cipião” (*Somnium Scipionis*), de Cícero, em que os sonhos eram entendidos como caminhos para alcançar conhecimentos superiores, pois aquele que sonha recebe uma visão educativa, onde lhe é dado acesso a uma moral elevada ou ao reino escatológico, e o indivíduo acordaria esclarecido, pronto para aperfeiçoar sua vida⁶⁷.

A metáfora da escada torna-se significativa para nosso argumento de que a ordenação textual fornece veracidade ao texto. Se por um lado, Gray ainda sugere a divisão do tempo em eras, por outro, o momento marcante de cada um não está relacionado a acontecimentos divinos, mas a momentos de grandes alterações “políticas e sociais” marcadas pela guerra. O registro de Walter é marcado por apontar “os feitos dos Bretões”; o de Beda, “os feitos dos Saxões”; o de Ranulph Hidgen, “a união dos sete reinos saxões”; e o de John of Tynemouth, “a chegada de William, o Conquistador”. O fim dos tempos, isto é, a chegada de uma era de prosperidade com o retorno anunciado do Messias, anteriormente associado às seis eras bíblicas agostinianas ou mesmo em sete idades de Beda, agora tem uma abordagem mais temporal, aproximando-se do modelo das cinco pragas de Henry of Hudington, por exemplo.

De qualquer modo, o próprio título *Scalacronica* (a crônica da escada, em uma tradução literal) sugere não apenas essa preocupação com o fim dos tempos, mas igualmente com o tempo presente. Em primeiro lugar, ela retoma, como dissemos, a tradição da esquematização em eras, um modelo familiar e, portanto, de fácil aceitação dentre o público receptor da narrativa. Uma segunda acepção para o título, entretanto, pode estar relacionada às questões de demonstração de poderio para seus contemporâneos. Na heráldica do período, era convencional a associação do nome da família a um símbolo que a representasse, e o sobrenome de Thomas Gray é grafado *grai*, em anglo-normando, aproximando-se do vocábulo *gree*, que tem duas acepções em francês arcaico: pode significar tanto “escada” quanto “degrau” – alegoria tomada por Thomas Gray devido à presença de uma

66 Godofredo Chaucer.

67 KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992, p. 84, 124.

escada no brasão de sua família, bem como ao “nível” e “posição” (social) que pretendeu destacar⁶⁸. Ambos encaixam-se perfeitamente nos objetivos presentes de sua crônica, pois Thomas Gray é um membro ascendente da elite bélica do reino⁶⁹, e seu desejo de lembrar-se das gerações passadas pela genealogia que chegara a seu conhecimento⁷⁰ não se distancia daqueles nobres que patrocinavam indivíduos para que escritos sobre seus feitos e benfeitorias para uma região ou casa religiosa fossem registrados, com a suntuosa diferença de que a pena e o pergaminho são retirados das mãos de escritores clericais e agora são empunhados pelo próprio indivíduo interessado em seu resultado final.

Geoffrey le Baker⁷¹ e outras crônicas análogas não destacam ao leitor uma divisão cronológica tão clara como a apresentada pelo condestável do castelo de Norham, porém nem por isso deixam de apresentar similaridades. A esquematização temporal realizada por Geoffrey le Baker gira em torno dos reinados de Edward II (r. 1307 – 1327) e Edward III (r. 1327 – 1377)⁷², onde o uso conjunto de elementos, como a escrita em latim e o uso maciço de documentação oficial, juntamente com a forma de relato cronológico acerca das ações monárquicas nos campos político-administrativo-militar, agem dentro do mesmo sistema que atesta tanto sua veracidade como sua função pedagógica. A princípio, é questionável se o público-alvo de tais crônicas seria uma nobreza cavaleiresca, dada a

68 King aponta que os descendentes de Thomas Gray, posteriormente ao século XV, empregam essa figura heráldica, mas é incerto se o escritor da *Scalacronica* também a empregou, ou se o brasão da família foi alterado no século posterior, justamente em referência à crônica. Cf. KING, A. Introduction. In: _____. (Ed.). **Sir Thomas Gray, Scalacronica**: 1272-1363. Translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 57. Na edição de 1907, o editor e tradutor Sir Herbert Maxwell apresenta outro símbolo heráldico referente ao cronista

69 Após a morte de seu pai, por volta de 1344, Thomas Gray herda suas terras, bem como benefícios da Coroa, e se torna o condestável (*constable*) do castelo de Norham, na região de Durham, no extremo norte do reino. Ele também teria lutado na batalha de *Neville's Cross*, em 1346, que culminou com a captura de David II (1324 - 1371), rei da Escócia. No mesmo ano, há indícios de que tenha estado entre os magnatas chamados à Westminster para discutir a defesa do reino contra os inimigos externos. Cf. KING, A. **Sir Thomas Gray's Scalacronica**: a medieval chronicle and its historical and literary context, 1998. 88 p. Master of Arts Dissertation, Durham University, Durham, 1998, p. 25. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

70 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2.

71 A crônica de Geoffrey le Baker é subdividida entre os reinados de Edward II e Edward III. A seção que lida com o período 1327 – 1329 aparece repetida, embora com pequenas distinções em um dos dois manuscritos remanescentes, e isso indica que possivelmente pode ter sido a intenção do autor dividi-la em duas crônicas diferentes. Cf. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. XXV.

72 Expressão comumente usada por autores que se referem ao período de governo de Edward I (1272 - 1307), Edward II (1307 - 1327) e Edward III (1327 - 1377), sendo um dos mais notáveis Michael Prestwich.

escolha de seus cronistas pelo latim e não o anglo-normando em ambos os casos⁷³. Muito embora tal hipótese não possa ser de todo descartada, uma vez que, para tais audiências, a estruturação de uma cronologia mais ou menos precisa interessa-lhes, tendo em vista que fornece elementos para a compreensão sobre o tempo presente e um passado próximo, ambos diretamente conectados a temas recorrentes em seu cotidiano.

Dito de outro modo, se a escrita da história é feita por homens de algum modo ligados ao século, e sua função exemplar e pretensão à verdade são elementos explicativos que podem ser extraídos das crônicas, nada mais aceitável que suas preocupações e interrogações sobre o presente se direcionem igualmente no sentido de registro de ações ligadas ao monarca e à nobreza local, e não mais a de um futuro incerto sob o domínio apenas de Deus. Isso não significa que tal forma de pensar estivesse em declínio, mas que essa escrita da história, voltada para finalidades do século, apresentava características partilhadas por homens que pertenciam a esta época, da mesma forma que a contemplação sobre os desígnios divinos fora buscada a todo tempo pelos escritores monásticos.

Desse modo, ações sequenciais, as quais o leitor moderno espera de um texto historiográfico, simplesmente não faziam parte da forma de concepção da história para aqueles cronistas, e a primeira impressão que podemos vir a ter durante a leitura das edições modernas daquelas narrativas é a falta de um método aparentemente rígido de datação, pelo menos sob nossos padrões hodiernos⁷⁴. Eventos ocorridos em gerações anteriores ou mesmo anos antes de seu registro poderiam tornar-se escorregadios, tanto na memória de quem os recordava como de quem os lia e ouvia. A idade real de um indivíduo, por exemplo, muitas vezes era atribuída e atestada pela chamada “Prova de Idade” (*Proof of Age*), onde homens probos davam seu testemunho para certifi-cá-la, e normalmente era associada não a um ano específico, mas a um outro evento marcante na vida da testemunha, como uma data religiosa, um acontecimento público ou mesmo um fenômeno meteorológico de grande magnitude. Entretanto, a busca por uma sistematização rígida no cômputo do tempo era de profundo interesse por

73 BAKER, G, op. cit, p. XXV.

74 BRANDT, W. J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966, p. 51.

parte dos cronistas medievais, mas que nem sempre eram bem sucedidos em sua empreitada devido as grandes dificuldades envolvidas em tal esforço⁷⁵.

Embora tais parâmetros e dificuldades provavelmente também tenham sido sentidos por Jean le Bel, observamos que seu empenho em elaborar uma esquematização plausível teve resultados que distaram dos outros dois cronistas em questão. Sua crônica, ou “livro” (*livre*), como a denomina, apresenta subdivisões em capítulos e uma simultaneidade narrativa de eventos diversos, em que sua perspectiva procura descrevê-los através de micronarrativas que se interpolam e se conectam para a composição de um panorama maior, sempre com a ênfase narrativa centrada nas ações de Edward III. Ao longo do texto, a voz do cronista, através de interrupções no que descreve, tangencia diversos eventos, em geral com a expectativa de que as informações dadas em um primeiro momento sejam retomadas posteriormente.

Em alturas diferentes de sua crônica, esse tipo de recurso é empregado por Jean le Bel. Logo em suas primeiras páginas, após serem descritos os eventos do ano de 1327, isto é, a queda de Edward II⁷⁶ e o triunfo de seus inimigos, dentre eles John of Hainault, o cronista aponta que não dirá mais nada sobre aquele cavaleiro *até a hora certa*, pois, no momento, deseja retornar [sua narrativa] ao rei Edward [III]⁷⁷. A divisão em 109 capítulos, efetuada pelo próprio Jean le Bel, faz com que destoe das outras crônicas mencionadas, isto é, de uma rígida divisão cronológica para outra pautada pela simultaneidade dos acontecimentos. Sua crônica aproxima-se do modelo dos romances de cavalaria, em que as ações narradas tornam-se interessantes ao ouvinte/leitor devido a criação de um efeito de espera de que algo ocorrerá no porvir para compor o desfecho dos eventos. Assim, episódios de maior relevância e de conhecimento público, como uma partida soldados pagos pelo rei para atacar os inimigos, são laureados pela descrição de feitos de armas individuais realizados por homens conhecidos. Em outras palavras, tais realizações, supostamente ocorridas em terras dis-

75 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 113.

76 Eduardo II.

77 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 22-34.

tantes e afirmadas por testemunhas probas, são elevadas à veracidade por se enquadrarem no que poderíamos denominar como “macro eventos”⁷⁸, facilitando sua memorização e compreensão.

Outro ponto interessante na crônica de Jean le Bel é que, contrariamente às narrativas de Geoffrey le Baker e do Anônimo, raramente são indicados os anos em que os eventos descritos ocorrem, provavelmente porque essa demarcação não deveria ser considerada de grande relevância para o público que a leria ou a escutaria, pois a própria ordenação dos eventos se sobreporia em importância às indicações de tempo e lugar. Sua crônica, portanto, não é marcada pela rigidez cronológica de grandes eventos em sequência, pois paralelamente são denotados os eventos e feitos individuais que configuram de forma plausível e possivelmente esperada a narrativa por ele composta. Os cronistas medievais ingleses, portanto, entendiam a ação humana do mesmo modo que compreendiam a ação da natureza, isto é, como uma série de eventos incontáveis, frequentemente relacionados entre si e com uma estrutura singular. Sob essa perspectiva, a ação e a mudança não eram implícitas para a natureza humana e suas instituições, pois o estado “natural” era sempre o de um plano pré-existente, e a ação humana no mundo era uma perturbação da norma⁷⁹.

Para além da cronologia, a seleção dos temas a serem abordados por todos eles passa pelos múltiplos conflitos que envolveram a nobreza da Inglaterra; os dois surtos de Peste Negra entre o final das décadas de 1340 e 1360; a escassez de alimentos que assola várias localidades do reino; e a divisão do papado e da energia dos cristãos, voltada para combates fratricidas, e não contra os infiéis⁸⁰. Esse cenário apocalíptico poderia muito bem ser conectado ao final da Sexta Era, em que a decrepitude do tempo se

78 Nossa intenção não é colocar tal termo dentro da discussão, proposta pelos Annales, entre macro e micro história, mas sim destacar que, dentro de uma linha narrativa central pautada pelas conquistas de Edward III e de sua nobreza guerreira, eventos individuais são destacados e ganham credibilidade justamente por estarem inseridos dentro de eventos maiores de conhecimento notório por parte da sociedade da época – no caso, as incursões inglesas em territórios franceses e escoceses.

79 BRANDT, W. J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966, p. 79

80 O monarca francês Philippe VI (1293 – 1350) tencionou realizar uma cruzada desde o início de seu reinado contra os infiéis no sul da Península Ibérica, porém em 1331 ele declarou que pretendia guerrear na Terra Santa. Edward III declarou que participaria de tal empreitada, desde que fosse recompensado pelos danos incorridos na Gasconha anos antes. Devido ao crescente clima de tensão e do apoio francês aos escoceses, a Cruzada foi cancelada pelo papa Benedito XII em 1336, frustrando os planos de Philippe VI e corroborando com um elemento extra para as animosidades que culminariam no conflito contra os ingleses. Cf. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225 – 1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 306.

assemelha à do homem e se observam a prática de vícios que sobrepujam as virtudes. Tais esquematizações não aparecem explicitamente nos escritos dos cronistas em questão, com exceção da *Scalacronica*, como observado anteriormente, porém é cedo para afirmarmos que sua organização textual não mais se destaca por seu caráter teológico, afinal os modelos legados por séculos de escrita monástica não se esfacelaram subitamente. Seja como for, o elemento cronológico foi um dos marcos organizadores que tornaram as narrativas cronísticas laicas críveis ao longo do século XIV, ou ao menos essa teria sido sua pretensão inicial. Como vimos, sua organização, em que a rigidez da cronologia cada vez mais conecta-se com eventos seculares, recebe grande destaque, o que pode vir a indicar, em certa medida, um indício da alteração no entendimento sobre as funções da história para aqueles homens. A atividade compilatória encontrava cada vez menos espaço entre os trabalhos dedicados à escrita da história, enquanto a cronística inglesa trecentista pouco a pouco tem o seu espaço de composição disputado entre as casas monásticas e os competentes administradores clericais com formação universitária, que assumem papel decisivo no desempenho das funções administrativas durante o governo de Edward III⁸¹.

Sem nos delongarmos mais sobre a organização temporal daquelas narrativas, cabe ainda examinarmos no presente capítulo um último aspecto acerca da composição cronística inglesa no século XIV: a quem coube a tarefa de sustentar a sua produção naquele momento, e por que o fizeram? É o que veremos na sequência.

1.4 A HISTÓRIA SOBRE E PARA O REINO INGLÊS

Uma vez delimitados alguns elementos recorrentes na estruturação dos textos sobre o passado para que fossem entendidos como verdadeiros, é necessário sondarmos um pouco mais sobre o período em que foi possível

81 No século XIV, uma grande demanda de pessoal capacitado para atividades de grande importância, como o exercício da administração e da diplomacia em seus mais diversos níveis, fez com que os clérigos com treinamento universitário fossem amplamente requisitados, tanto dentro dos quadros de gerenciamento da Igreja quanto pelos governantes seculares. Embora a disseminação da capacidade de leitura e escrita entre as diversas camadas da sociedade tenha atingido níveis maiores do que em séculos anteriores, os eclesiásticos gozavam de grande apreço no reinado de Edward III, e assim muitos deles acabavam por preterir suas funções religiosas. Cf. WAUGH, S. L. *England in the reign of Edward III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 141-142.

e necessária a sua elaboração. Em um primeiro momento, não é possível elencar evidências de que as crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray tenham sido conhecidas para muito além do lugar onde foram elaboradas. Enquadrar esses três cronistas dentro do panorama da Guerra dos Cem Anos é quase inevitável, porém, importa irmos um pouco além do entendimento de que seu tempo seria um elemento unificador suficiente para explicar as funções que desempenhavam.

Uma parte significativa da produção cronística naquele momento mostra-se ligada a questões diretamente relacionadas ao século, e por tal razão justificar-se-ia contemplar o cunho político que as mesmas exerciam na sociedade em que eram realizadas. O rei, e até mesmo a nobreza, ao acederem e organizarem um passado ideal que se apresentasse de acordo com as configurações do presente, viriam a tecer elementos justificadores de determinadas condutas embasadas pela lei e pela tradição. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em outros reinos contemporâneos, a Inglaterra não registrou a existência de amparo real a centros produtores desse tipo de história, nos moldes realizados em centros que se encontravam em fase de constituição, como a catedral de Saint Denis, na França, ou a Torre do Tombo, em Portugal.

Diante do que se passou em outros reinos europeus, surge a indagação sobre os possíveis motivos pelos quais os monarcas ingleses não recomendaram e garantiram a produção de crônicas que fixassem uma memória em conformidade com seus valores e interesses. A resposta para tal interrogação não é simples, e demanda que seja considerado o contexto da própria produção historiográfica. A existência daquele tipo de prática escrita em outras localidades não necessariamente deveria fomentar algo similar na Inglaterra, pois a circulação de grandes quantidades de informações escritas ainda ocorria lentamente em comparação com os conhecimentos transmitidos de forma oral, no qual o contato dos cronistas com textos de regiões longínquas, se não inexequível, era pouco provável. Entretanto, uma hipótese acerca desta questão é a de que o estabelecimento de uma firme unidade territorial do reino relaciona-se à grande centralização de seu sistema de governo, ou seja, uma vez que ambos os elementos já se encontravam mais entrelaçados e “amadurecidos” do que suas contrapartes con-

tinenciais, os monarcas não teriam entendido que o incentivo à atividade historiográfica fosse necessário para legitimar suas ações de governança⁸².

De qualquer forma, a escassez de crônicas que poderiam ser classificadas como “oficiais” não significa que os monarcas não enxergassem suas utilidades como fontes de informação e de registro, ou mesmo como potenciais disseminadores de seus intentos. Em pelo menos três momentos do século XIV, os reis da Inglaterra apelaram para o uso de crônicas visando o fornecimento de evidências acerca de questões diversas. Entre as décadas de 1340 e 1350, casas monásticas foram requisitadas a enviarem crônicas para consulta de oficiais ligados ao monarca, pois forneciam informações úteis e eram locais por excelência, pelo menos desde o século anterior, para a preservação de cópias de documentação acerca da governança real. Em 1352, Edward III convocou Ranulf Hidgen para que levasse à sua presença a *Polychronicon*, bem como outras crônicas que estivessem em seu poder, “[...] para falar e tratar com o conselho real a respeito de questões de nosso interesse que lhe seriam explicadas posteriormente”⁸³. O exemplo mais emblemático, entretanto, foi o de Edward I⁸⁴ que, durante a chamada *Great Cause*⁸⁵, ordenou que monges ao longo do reino buscassem evidências em crônicas para asseverar seu pleito ao domínio da Escócia, não como seu rei, mas como senhor com direitos feudais sobre o monarca escocês, que deveria prestar-lhe homenagem vassálica⁸⁶.

Embora não seja possível esboçarmos uma possível explicação acerca da não existência do amparo real para a produção de textos históricos, podemos aventar a possibilidade de que o forte regionalismo que caracterizou a forma de organização dos grupos detentores de poder na Inglaterra,

82 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambleton and London, 2004, p. 154.

83 GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 141, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304418175900123>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

84 Eduardo I.

85 A *Great Cause* (Grande Processo, em uma tradução livre) ocorreu em 1291, após a morte do rei escocês Alexander III, em 1286, sem deixar herdeiros diretos. Com isso, foi aberta uma disputa ao trono com mais de uma dezena de nobres, sob o julgamento de Edward I, para deferir quem teria o direito de assumir a Coroa. Contudo, sob a justificativa de que a interferência do rei inglês na governança da Escócia era contrária as leis do reino, a nobreza apoiou o novo monarca, John Balliol, em sua luta posterior contra os ingleses, nas chamadas “Guerras de Independência Escocesa”. BARRROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965, p. 28 – 51.

86 PRESTWICH, M. **The three Edwards**: war and state in England, 1272-1377. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980, p. 44.

com alianças e fidelidades que se projetavam sobre os senhores tradicionais daquelas terras, seria a chave para explicar o fato de um grande número de crônicas priorizarem as questões locais. Não é incomum aos cronistas realçarem os feitos de certos indivíduos que interessavam primordialmente à comunidade a qual ambos pertenciam, como o relato exclusivo sobre a morte do conde Humphrey Bohun na batalha de Boroughbridge, em 1332, por Geoffrey le Baker. Ali, o cronista oferece informações com um nível de detalhamento interessante, a princípio, apenas àquela comunidade nobiliárquica onde ele exercia sua autoridade, pois normalmente a morte de um nobre era relatada em sua crônica dentro de um esquema indicando o dia, a forma como faleceu e a recomendação de sua alma para a eternidade. No caso de Humphrey Bohun, o público é informado de que “[...] o nobre estava cruzando uma ponte e não esperava que um inimigo estivesse sob seus pés quando, através de um buraco no entabamento, um galês o trespassou na virilha”⁸⁷. Thomas Gray também fornece indícios deste tipo de detalhamento de interesse regional quando, por exemplo, aponta que os escoceses:



Infestaram toda a Nortúmbria através da maldita convivência dos falsos homens da região, com exceção daqueles [do castelo de] Norham, onde um cavaleiro, Thomas Gray [o pai do cronista], juntamente com seus amigos mais próximos, o guarneceu por onze anos, suportando todo o tipo de agruras, e certamente seria um fardo para qualquer um elaborar a história daquela fortaleza⁸⁸.

Não é possível, certamente, mensurar até que ponto tais ligações exerceram um peso significativo naquelas narrativas, porém não é disso que se trata aqui: ao destacá-las, chamamos a atenção para o que acreditamos ser mais um dos indícios que sinalizam para a inexistência dos centros produtores de histórias ditas “oficiais”.

Naquelas três crônicas, pudemos observar a descrição com maiores detalhes de elementos regionais em vários momentos da narrativa, a exem-

87 BARBER, R. Introduction. In: LE BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 13.

88 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 50.

plo do excerto supracitado, de maneira a enfatizá-los de maneira recorrente naqueles textos. Em contraposição, informações relacionadas à nobreza de localidades mais longínquas são pintadas dentro de quadros mais genéricos, que de algum modo partilharam de características que talvez tenham sido entendidas como merecedoras de registro para os leitores/ouvintes do cronista. Do mesmo modo que por vários séculos a nobreza se incumbira de amparar os monastérios, e assim ter o seu nome, feitos e direitos sobre a região asseverados pelas crônicas ali compostas, nesse momento, torna-se interessante realizar o pagamento de homens com conhecimentos sobre a escrita para que exerçam tal atividade. No século XIV, a posse e manutenção de terras e títulos era um demonstrativo claro da riqueza e poder da nobreza nas localidades que compunham as regiões diversas do reino, e delas decorria sua autoridade como representantes do rei em questões políticas, administrativas e militares. Porém, terras e títulos por si só não eram garantidores desse status, pois a obtenção das lealdades locais era um lento processo que decorria do estreitamento de laços com outras famílias da região, através de mecanismos como casamentos e assistência daqueles que estavam abaixo na hierarquia social⁸⁹.

É importante destacarmos, entretanto, que, se parte significativa da escrita histórica estava sendo realizada por homens ligados ao século e aos nobres locais, o reino não estava de todo desprovido de monastérios que pudessem assumir o posto de centros de produção de uma história oficial. Dois deles foram o monastério beneditino de Saint Albans e da abadia de Westminster, que, muito embora não fossem mantidos pela realeza, por séculos ofereceram aos cronistas facilidades que não tinham correspondentes em nenhum outro espaço do reino. Suas bibliotecas continham histórias (*histories*) e crônicas que poderiam servir como modelos historiográficos, além de documentos arquivados, como cartulários e outros de natureza administrativa; o que supria as necessidades de materiais acerca da história, tanto do passado distante quanto de períodos recentes. Além disso, como

89 GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages**. London; New York: Routledge, 2003, p. 161-162.

administradores das terras locais, as informações chegavam aos cronistas oralmente, ainda que de maneira indireta⁹⁰.

Durante o reinado de Edward III, a produção cronística monástica, entretanto, decaiu qualitativa e quantitativamente, na contramão de suas correlatas laicas⁹¹, mas mesmo assim ambos os mosteiros ocuparam certo lugar de destaque no que diz respeito a tal produção de escritos ao longo dos séculos XII ao XIV. Destaque possivelmente devido às suas respectivas localizações geográficas, bem como à proximidade com o centro de poder do reino: Saint Albans se localizava a cerca de 30 quilômetros de Londres, enquanto que em Westminster estava a própria sede do governo monárquico desde 1066⁹². O mosteiro de Saint Albans teve, entre seus cronistas de renome, o supracitado Matthew Paris (c. 1250 - 1259), responsável pela “Flores da História” (*Flores historiarum*), e Thomas Walsingham (? - 1420), autor da *Chronica Maiora*, ao passo que Westminster não se destaca por obras singulares, mas pela continuação de textos célebres, por Robert e John of Reading, como a das já mencionadas *Polychronicon* e *Flores historiarum*.

De qualquer forma, o caso de Westminster merece um pouco mais de destaque, pois, para além de estar no centro da governança monárquica inglesa, no século XIII, Henry III⁹³ (1216 - 1272) depende parte de seu reinado em conflitos contra os franceses, e nem mesmo o acordo de cessação de armas proposto pelo Tratado de Paris (1259) consegue pôr fim às animosidades. Ao invés disso, elas são transferidas para um outro campo: o da transformação de Londres e da supracitada abadia em símbolos de poder que pudessem rivalizar com Paris e Saint Denis em vários aspectos, seja através de reformas arquitetônicas opulentas, seja na decisão de tornar Westminster o principal mausoléu para os soberanos Plantagenetas, dando-lhe um status político de destaque⁹⁴. Politicamente, esse desejo parece

90 GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. *Journal of Medieval History*, Amsterdam, n. 16, p. 134, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

91 Id. *Historical writing in England II*: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000, p. 101.

92 HARVEY, B. F. *Westminster abbey and its estates in the middle ages*. Oxford: Clarendon Press, 1977, p. 25.

93 Henrique III.

94 JORDAN, W. C. *A tale of two monasteries*: Westminster and Saint-Denis in the thirteenth-century. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.

ter sido continuado por seus sucessores, quando, ao longo do século XIV, vários dos órgãos governamentais, como a corte de justiça (*chancery*) e o erário (*exchequer*), foram transferidos para lá⁹⁵. Entretanto, no caso da produção cronística, o que se observou foi o florescimento de Saint Denis, responsável pela produção das “*Grandes Chroniques*”, enquanto Westminster não gozou da mesma condição em relação aos monarcas ingleses. Mesmo com tal proximidade da governança do reino, as crônicas produzidas em ambos os mosteiros ingleses parecem não ter tido uma circulação significativa, e seu declínio é evidente, particularmente o de Saint Albans, que, ao final do século, contava apenas com um único indivíduo exercendo o cargo de cronista (no caso, o próprio Thomas Walsingham)⁹⁶.

Desse modo, não é possível elencarmos nomes dentre os cronistas ingleses do século XIV que poderiam receber o epíteto de “cronista-mor” do reino, como nos moldes do português Fernão Lopes. Todavia, as guerras travadas pela Coroa, ou melhor, a defesa de interesses monárquicos “legítimos” através do conflito bélico, não deixam de ser temas recorrentes em todas as crônicas aqui trabalhadas. Thomas Gray e Geoffrey le Baker tratam de tais questões nos reinados de Edward II e Edward III, enquanto Jean le Bel circunscreve suas narrativas apenas ao governo do último. De modo geral, a organização de crônicas que concernem ao período relativo ao século XIV poderia ser pautada por outros tópicos diversos, como a disseminação de informações, a manutenção de registros e o incentivo da nobreza local⁹⁷, porém, cada qual a seu modo, todos têm por meta, direta ou indiretamente, o relato sobre os feitos e ações dos monarcas no campo de batalha, na administração do reino ou em detalhes que esboçam traços pessoais associados à conduta da nobreza em momentos diversos. Esse ponto ganha destaque se considerarmos que todos têm interesses laicos, ou seja, na passagem da escrita da história do claustro monástico para os cuidados de leigos, a vida do monarca não é mais pautada por valores como a

95 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. 155.

96 TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 63-74.

97 GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 135-138, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

santidade e a retidão, e sim pela associação feita entre o rei e sua capacidade de governança face a questões ligadas diretamente ao cotidiano.

As crônicas compostas nesse período intermitente de conflitos apresentam também duas outras características em comum: a descrição do inimigo e o término das narrativas em momentos de vitórias bélicas. Ambas derivam do ávido interesse daqueles homens pela guerra e seus desdobramentos, mas também apresentam particularidades que visam a construção de um discurso legitimador dos conflitos, uma vez que, em diversos momentos das campanhas, os ganhos materiais foram questionados quando colocados em contrapeso com os gastos diversos empreendidos em nome do pleito de Edward III à Coroa francesa⁹⁸. Essas questões refletem-se nas preocupações da nobreza, pois eram relativamente comuns os casos daqueles que ganhavam ou perdiam tudo nas incertezas da guerra, e o registro de feitos e ações em campo de batalha despertaram o interesse presente de duas maneiras. Primeiramente, era necessário que seus nomes fossem preservados para as gerações posteriores como exemplos de conduta, fato que em vida lhes traria honra e reputação pessoal, tão estimadas no período. Em segundo lugar, seus papéis como líderes locais podem ser favorecidos através de suas condutas no conflito, no qual a associação entre liderança militar e político-administrativa era evidente, bem como se esperava que se comportassem de acordo com padrões partilhados pela sociedade do período. E justamente nas crônicas se encontram instrumentos valiosos para a manutenção de suas condições na sociedade inglesa trecentista.

Se o reino não produziu uma história oficial, como observamos, é inegável, entretanto, que sua utilidade não passou despercebida para muitos daqueles dirigentes do reino. Ao retomarmos as reflexões anteriores, em especial a de que a escrita da história teve entre seus parâmetros a busca pela verdade, que viria imbuída tanto pela forma prosaica como pela ordenação, em geral cronológica, e que possui fortes influências regionais para sua composição, outros questionamentos vêm à tona.

98 O pleito de Edward é questionado pela historiografia moderna no sentido de que ele seria a razão cabal para a declaração de hostilidades contra os franceses. Existem incertezas acerca da seriedade das intenções de Edward III nesse sentido, sendo possível que o mesmo fosse utilizado apenas para justificar sua intervenção em áreas como a Gasconha e Flandres, de alto interesse econômico para os ingleses. Trataremos desta questão no capítulo 3. Cf. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225 – 1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 308.

Destarte, tais pontos são recorrentes no fazer de homens não mais restritos às ordens religiosas, porém ainda não é possível apontarmos claramente em que medida esse contato com o século influenciou no produto final de suas narrativas. Cabe desdobrar, no capítulo subsequente, como os entendimentos sobre um passado comum são construídos por aqueles cronistas, para, no capítulo final, analisarmos o peso da profissão de fé em torno da verdade e do passado, nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, na busca da construção de um discurso legitimador dos conflitos contra escoceses e franceses.



ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NOBILIÁRQUICA

2.1 OS CRONISTAS: TESTEMUNHAS EM AÇÃO

Na Inglaterra trecentista, um dos pontos em comum entre a escrita cronística monástica e aquela com interesses marcadamente temporais foi o registro da guerra e de seus desdobramentos. Notadamente ao norte do reino, onde as incursões escocesas tornaram-se frequentes desde as décadas finais do século anterior, os mosteiros muitas vezes partilharam dos mesmos infortúnios infligidos às cidades, vilarejos e castelos, não sendo incomum, portanto, os comentários nas narrativas acerca dos danos causados por aqueles inimigos. Durante seu relato, composto ao início do século XIV⁹⁹, o cronista do mosteiro de Lanercost, localizado na região fronteiriça de Cumberland¹⁰⁰, descreve a destruição causada pela passagem de hostes por aquela localidade em 1297:



Neste saque, eles excederam em crueldade toda a fúria dos pagãos; quando não podiam capturar os fortes e jovens que fugiam, manchavam seus braços [...] com o sangue dos mais fracos, velhas, mulheres com crianças de colo e mesmo crianças com dois ou três anos de idade, [...] e erigiam crianças do tamanho de um palmo perfuradas com lanças [...]. Além disso, atearam fogo em igrejas consagradas, [...] violaram mulheres dedicadas a Deus, assim como aquelas casadas e mesmo garotas, tirando-lhes a vida ou roubando-as após sacia-

99 GRANSDEN, A. *Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century*. London: Routledge, 2000, p. 12 – 14.

100 Cúmbria.

rem sua luxúria [...]. Três mosteiros [...] foram destruídos – Lanercost, dos Cânones Regulares; Hexam, da mesma ordem; e aquele das freiras de Lambley; e em todos aqueles casos a devastação não pode de modo algum ser atribuída ao valor de guerreiros, mas a conduta pusilânime de ladrões, que atacaram uma comunidade mais fraca onde provavelmente não encontrariam nenhuma resistência¹⁰¹.

Assim como seus relatos monásticos, os cronistas laicos ingleses (ou melhor, aqueles com interesses e participação no mundo secular durante o reinado de Edward III), em grande parte, estavam ligados à hierarquia da Igreja. São escassos os casos conhecidos de homens leigos ligados ao registro da história e manutenção da memória¹⁰², mas, de qualquer forma, uma parcela considerável das crônicas escritas ao longo do século XIV apresenta um traço em comum: a composição por homens com formação religiosa que, de algum modo, possuíam laços estreitos com o mundo temporal. Tais indivíduos, de forma geral, participam da administração burocrática das cortes locais, assim como de missões diplomáticas, cerimônias solenes e outras atividades diretamente ligadas aos centros de poderes, onde acediam a possibilidade de observá-las diretamente, ou mesmo, em certos casos, de obterem informações de seus realizadores, homens aqueles de alta reputação, embasando seus relatos naquilo que ouviram de tais testemunhas. Essa proximidade com indivíduos intimamente ligados à esfera de decisões políticas do reino aparece expressa em suas narrativas através de uma “convicção” da superioridade nobiliárquica sobre outros grupos, onde os primeiros estariam predestinados aos postos de liderança desde seu nascimento, e a escrita da história viria a corroborar tal sentimento, imputando-lhes características morais nesse sentido, muito embora os segundos, isto é, homens ligados majoritariamente a atividades mercantis e financeiras, ainda que muito lentamente, também tivessem iniciado suas primeiras letras no ramo da composição histórica, quaisquer que fossem suas finalidades¹⁰³.

101 **THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346.** Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913, p. 136.

102 TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen.** Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

103 RICHARDSON, M. **Middle-class writing in late medieval London.** London: Pickering & Chatto, 2011, p. 155 – 156.

Durante o reinado de Edward III, estima-se que aproximadamente dezenove crônicas tenham seus registros conhecidos atualmente, das quais ao menos doze têm sua autoria parcialmente delimitada¹⁰⁴. Entretanto, tal dado deve ser considerado com cautela, pois devido à falta de informações mais precisas, não se pode mensurar com exatidão os anos de início e término de suas escritas. Assim, por exemplo, a *Cronica Majora*, de Thomas Walsingham, e a *Continuation Chronicarum*, de Adam of Murimuth, têm em comum a descrição das primeiras duas décadas daquele governo. Entretanto, o primeiro cronista teria iniciado sua produção a partir do decênio de 1360¹⁰⁵, enquanto o segundo, morto por volta de 1347¹⁰⁶, teria escrito simultaneamente aos eventos narrados. Esse distanciamento temporal entre a elaboração de ambos os relatos pode trazer à tona uma série de problemas, como o acesso às fontes, às testemunhas, ao interesse de seus leitores/ouvintes e ao cerceamento do que poderia ou não ser dito, uma vez que o próprio tempo da composição histórica pode influir diretamente sobre os contornos de sua produção.

Considerando tais questões, nosso enfoque torna-se restrito a crônicas que não necessariamente têm seu recorte temporal limitado entre as décadas de 1340 e 1360, mas que foram obrigatoriamente elaboradas dentro daquele balizamento temporal. Tal circunscrição foi traçada ao considerarmos certas características que viriam a influir na escrita da história coetânea, bem como no olhar lançado pelos cronistas¹⁰⁷ para períodos anteriores àquele, ou seja, tivemos em mente as importantes vitórias inglesas contra escoceses e franceses, que permitiram, em um curto espaço de tempo, a expansão territorial no continente e a imposição da autoridade régia no espaço setentrional do reino. Tais aspectos se refletem em um aparente aumento da produção histórica, que ao mesmo tempo em que se desenvolve conjuntamente com a disseminação da capacidade de leitura e

104 Esse levantamento, reproduzido a partir da listagem apontada por Gransden, pode encontrar-se defasado atualmente, pois seu estudo foi realizado na década de 1970. Entretanto, sua citação serve como um parâmetro para balizarmos um número aproximado de crônicas produzidas no período trecentista e legadas aos dias de hoje. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. 499.

105 WALSHINGHAM, T. **The Chronica Maiora of Thomas Walsingham: 1376 – 1422**. Translated by David Preest, with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005, p. 7.

106 GRANSDEN, A. **Historical writing in England I: c. 550 to 1307**. London: Routledge, 2000, p. 29.

107 LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, 2014, p. 344 – 345.

escrita¹⁰⁸, também é indubitavelmente impulsionada pelas possibilidades tanto de ganhos materiais como de elevação honorífica para a nobreza patrocinadora. Se o reinado de Edward II foi marcado por momentos vexatórios que, aos olhos coevos, vão desde a incapacidade administrativa do rei até a submissão da coroa aos interesses dos inimigos, com a maioria de Edward III a situação toma outros contornos, nos quais a centralidade administrativa e sua firme disposição de combate aos inimigos se apresentam através da reafirmação sobre os adversários, primordialmente franceses, que décadas antes impunham suas vontades aos ingleses, senão pela lei, então pela força¹⁰⁹.

Assim, nossa escolha acaba por relegar a um segundo plano: textos diversos produzidos contemporaneamente, como os de Robert of Avesbury, John Barbour e do heraldista do cavaleiro John Chandos, que muito embora partilhem de alguns dos preceitos supracitados, não se enquadram na delimitação que propusemos por uma série de questões. O primeiro, por exemplo, compôs sua narrativa por volta da década de 1350 e trata do período de 1339 – 1356, em que o cronista estava ligado à administração local, no cargo de “Mantenedor de registros” (*Keeper of the Registry*) da corte de Canterbury, e quase todo o corpo de seu texto refere-se aos conflitos continentais, porém não é possível inferirmos se o mesmo possuiu experiência prática no campo de combate, pois sua crônica foi realizada apenas a partir de documentação escrita e testemunhos orais¹¹⁰. Já o segundo, embora também contemporâneo, destaca em sua *The Bruce* os conflitos anglo-escoceses até 1332, porém seus interesses estão voltados primordialmente às vidas de nobres escoceses, como Robert Bruce e James Douglas¹¹¹. O terceiro teria acompanhado seu senhor durante as campanhas encabeçadas pelo Príncipe Negro, o qual é o personagem principal de seu texto. Entre-

108 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 152.

109 PATOUREL, J. The origins of the war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971, p. 32 – 33.

110 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000, p. 70.

111 *Ibid.*, p. 81.

tanto, o heraldista não escreve uma crônica, mas um poema¹¹², o qual pode vir a apresentar especificidades textuais que não poderiam ser analisadas indiscriminadamente em conjunto com o corpus selecionado sem levantar outros tipos de interrogações que fugiriam de nosso escopo interpretativo.

Dessa forma, tais critérios justificam a restrição às três crônicas: a *Scalacronica*, de Thomas Gray, a crônica de Geoffrey le Baker, e as “Crônicas Verdadeiras” (*True Chronicles*), de Jean le Bel. Um quarto texto, a *Chronicle of Anonymous of Canterbury* (Crônica do Anônimo de Canterbury), figurará, ainda que de forma secundária, entre as fontes analisadas. Como aponta o nome de sua edição moderna, não se sabe ao certo quem seria seu autor, não sendo possível dizer se, assim como Robert of Avesbury, teria ou não participado ativamente dos conflitos. Entretanto, optamos por incluí-la ao *corpus* documental pelas seguintes razões: ela foi escrita simultaneamente àquelas outras três crônicas; restringiu-se àquele período, ou seja, entre 1346 e 1365; a localização do cronista em Canterbury, próximo à sede do poder régio, permite, em tese, acesso a testemunhos de indivíduos que participaram ativamente dos conflitos; e, principalmente, além de sua perspectiva a princípio destoante dos outros cronistas e voltada a aspectos burocráticos, tornar rica sua comparação com as outras crônicas, pois ao mesmo tempo em que há um distanciamento em relação às outras narrativas, seu texto comunga de pontos em comum com o daqueles outros homens, como a ênfase na guerra e a perspectiva apoiadora dos ingleses, fornecendo indícios mais relevantes sobre o fazer histórico daquele momento.

Outra razão para a nossa escolha daquelas três primeiras fontes deu-se em razão de terem sido escritas entre as décadas de 1340 e 1360, além de receberem o comissionamento por membros da nobreza e terem sido compostas por homens diretamente engajados nos conflitos. Ao longo deste capítulo, interessa-nos observar, a partir da inquirição e do mapeamento de tais funções, bem como no de seu peso para aquelas narrativas, se as crônicas produzidas por indivíduos, cada qual a seu modo inserido nos círculos nobiliárquicos, partilharam, ainda que minimamente, de certas

112 **THE LIFE of the black prince**: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910, p. 135.

similaridades na forma como a história foi registrada, permitindo-nos delinear alguns dos preceitos existentes em tal fazer naquele momento.

Por hora, elencaremos quem teriam sido aqueles cronistas para, posteriormente, considerarmos algumas das características em comum que dão forma a seus escritos. Para perscrutarmos aspectos relevantes sobre os cronistas, e assim tentarmos compreender suas concepções sobre o que deve ser lembrado e registrado, devemos considerar a partir de onde aqueles homens escrevem. Isso significa dizer que, se o intenso contato com a atividade bélica e o mundo laico são pontos que os diferenciam dos cronistas estritamente monásticos, tracemos, então, a partir de suas próprias narrativas, de fontes coetâneas e também de outros estudos especializados, informações que nos permitam afirmar seu lugar social no período trecentista.

Jean le Bel, o cronista flamengo que parece ter desfrutado de avultantes recursos financeiros e de boas ligações com a nobreza, é mencionado pelo seu contemporâneo, o também cronista Jean Froissart. Este professa que a parte inicial de sua narrativa será embasada:



[...] na crônica verdadeira [...] de Jean le Bel, a qual conferiu grande cuidado e diligência, e a continuou até o ano de sua morte, não sem grandes empecilhos e gastos, com os quais ele não se importou, pois era rico e poderoso, [...] além de respeitado por *Sir John de Hainault*, [...] que além de desempenhar papéis importantes em muitas nobres empreitadas, tinha ótimas relações com vários reis¹¹³.

Nascido em 1290, em Liège, Jean le Bel descendia de uma família que contava com grande renome regional. Foi descrito como um bom justador (*jouster*), amante da caça, da falcoaria e de uma jovem senhorita de reputação, Marie de Prés, faustoso com relação à comida e bebida, possuidor da competência para a composição de versos, era o centro de um grande grupo de seguidores e de um círculo social e cultural ativo¹¹⁴. Foi dentro

113 **THE CHRONICLE OF JEAN FROISSART.** Disponível em: <http://www.maisonstclair.org/resources/chronicles/froissart/book_1/ch_001-025/fc_b1_chap000_preface.html>. Acesso em: 29 jun. 2014.

114 As afirmações acerca de Jean le Bel são realizadas a partir dos apontamentos e traduções feitas por Diane Tyson e Antonia Gransden sobre as descrições que dois de seus contemporâneos, Jacques Hemricourt (1333 – 1403) e Jean d'Outremeuse (1338 – 1400), também cronistas, realizaram sobre ele. TYSON, D. Jean le Bel: portrait of a chronicler. *Journal of Medieval History*, n. 12, 1986, p. 316; GRANSDEN, A. *Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century*. London: Routledge, 2000, p. 84.

desse contexto de pessoas influentes com as quais convivia que acedeu às informações que viriam a constituir sua crônica, seja pelo contato direto com cavaleiros e outros nobres, ou mesmo gastando quantidades consideráveis de seus recursos para tal finalidade, como apontado por Froissart¹¹⁵. Segundo Jacques de Hemricourt (1333 – 1403), Jean le Bel, embora fosse um clérigo, estava sempre vestido “aos modos de um *banneret*¹¹⁶ [...], nunca indo à igreja sem uma escolta de menos de vinte pessoas, e os membros de seu séquito eram instruídos a estarem sempre preparados para entreterem os visitantes eminentes de Liège”. E mais, quando Jean le Bel visse um estrangeiro de reputação, fosse prelado, cavaleiro ou pajem, “convidava-o para ceiar”¹¹⁷. Não obstante, sua notoriedade também proporcionou-lhe a oportunidade de ser um dos cinco membros canônicos de Liège que tomaram parte nas deliberações sobre a disputa do feudo de Looz, um dos mais importantes daquela região, onde o cronista e seus pares tomaram posições favoráveis ao nobre local em detrimento dos cidadãos¹¹⁸.

De qualquer forma, não somente de testemunhos alheios podemos traçar a figura daquele cronista. Ele próprio fornece indicações de seu prestígio e de sua ligação com atividades bélicas em algumas passagens de sua crônica. A mais significativa delas talvez seja quando se refere ao engajamento pessoal na campanha organizada sob estipêndios pagos por Edward III para combater Robert Bruce¹¹⁹ em 1327. Segundo Jean le Bel, fora convocada uma reunião (*muster*)¹²⁰ de guerreiros em York, dentre os quais estavam *Sir* John of Hainault, seu patrono¹²¹ e sua grande companhia, que conta dentre seus membros, com “Jean le Bel, cânone de Liège, acompanhado por seu irmão, Henry, além de *Sir* Godofroy de la Chappelle, *Sir*

115 BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290 – 1360**. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 3.

116 O título de *banneret* servia para diferenciar os cavaleiros (*knights*) de posições mais altas, e a eles eram atribuídos certos privilégios, como a permissão de que seus vassalos os acompanhassem em batalhas, o uso de um estandarte diferenciado em forma quadrangular e o pagamento em dobro em relação a outros cavaleiros de posições inferiores quando estivessem em campanha militar. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 30 – 31.

117 TYSON, D. Jean le Bel: portrait of a chronicler. **Journal of Medieval History**, n. 12, 1986, p. 316.

118 BALAU, S. (Ed.). **Chroniques liégeoises**. Vol. 2. Bruxelles: Imbreghts, 1931, p. 163 – 164.

119 Roberto I da Escócia.

120 CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p. 88 – 90.

121 BRYANT, op. cit., p. 6.

Huars d’Ohay e *Sir* Jean de Libine, todos os quatro sagrados cavaleiros naquela localidade”.

Ainda segundo Jean le Bel, ao chegarem ao mosteiro, às margens do rio Ouse, na Inglaterra, um grande banquete fora realizado, no qual “pratos diversos foram servidos de forma abundante, em tipos tão exóticos que não seria capaz de nomear ou descrever a todos eles”. A partir desse ponto da narrativa, sua crônica ganha uma surpreendente vivacidade, e nos fornece boas pistas sobre a experiência bélica do cronista, quando o mesmo se declara testemunha ocular dos eventos que se seguiram. Após a refeição, “uma grande escaramuça irrompeu entre os pajens de Hainault e os arqueiros ingleses devido a uma briga ocasionada por um jogo de dados”, no qual os segundos “começaram a atirar furiosamente, como se desejassem matar nobres e servos igualmente: eu estava lá, e meus companheiros e eu não conseguimos chegar às nossas tendas para nos armarmos”. Os arqueiros, entretanto, foram massacrados, porém Jean le Bel e seus conterrâneos “ganharam o ódio de todos naquelas terras”, e medidas foram tomadas para evitar que algum tipo de represália fosse tomada contra os flamengos sob a proteção de Edward III. De qualquer forma, “não fosse nossa lastimável angústia [em decorrência das ameaças que sofreram enquanto estiveram em solo inglês], teríamos tido uma agradável estada”, pois de acordo com o cronista, o preço dos víveres “permaneciam tão baixos como se estivessemos em tempos de paz, e não houvesse uma hoste na cidade [de York]”¹²². Independentemente da proporção que tomou a coação aos homens de Hainault, ao que parece, a notícia disseminou-se rapidamente entre a população, ou mesmo entre outros cronistas, uma vez que Geoffrey le Baker e Thomas Gray também relatam esse episódio, porém de modo indireto e sob outros ângulos¹²³.

122 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 36 – 38.

123 Geoffrey le Baker, sob o ponto de vista extensivamente favorável aos ingleses que permeia sua crônica, registra que “quando as hostes chegaram a York, houve um sério conflito entre os cidadãos (e não arqueiros pertencentes ao regimento inglês, como aponta Jean le Bel) e os mercenários de Hainault, no qual muitos dos primeiros foram mortos pela noite e parte da cidade queimada. Uma vez restaurada a paz em termos amplamente favoráveis aos homens de Hainault, a hoste marchou em direção à Escócia”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 33. Thomas Gray, por sua vez, oferece uma outra perspectiva. O cavaleiro descreve o confronto como “uma luta entre os estrangeiros e os comuns (*commoners*) advindos das cercanias, dos quais uma grande quantidade foi morta”, uma vez que “eles [os comuns] atacaram os estrangeiros, que estavam alojados nos subúrbios da cidade, devido ao fato de [os primeiros] estarem embriagados”. GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 58.

Não é possível dizer se Jean le Bel teve outras experiências no campo bélico nos anos posteriores, mas sua participação em uma campanha e mesmo a descrição de justador dada por seu contemporâneo davam-lhe conhecimento empírico sobre a matéria da guerra que se dispôs a narrar. Outrossim, seu contato direto com homens participantes dos embates é certo, e essa familiaridade com aqueles nobres provavelmente ofereceu-lhe uma rede de conexões dentro dos círculos cortesãos e, portanto, um amplo acesso a dados considerados por ele relevantes de serem narrados. Tais dados eram fundados, sobretudo, no que ouvia dizer, de forma que o uso de documentação escrita não lhe era, a princípio, indispensável, como já apontamos no capítulo anterior. Esse profuso horizonte de contatos permite ao cronista conceber uma narrativa de abrangência não propriamente equivalente às “histórias universais” apreciadas por seus predecessores, pois, ao contrário daquelas, Jean le Bel preocupa-se com a descrição simultânea de feitos do presente, preterindo as referências locais em favor de informações relativas a regiões mais amplas, como quando relata que mesmo após um acordo assinado entre franceses e ingleses, a violência irrompe desmedida em várias regiões do conflito:



A trégua [de 1348] não interrompeu a campanha dos homens do rei Edward na Gasconha e em Poitou [...]. Enquanto isso, salteadores esperavam pela oportunidade de saquearem cidades e castelos, [...] e isso foi o que aconteceu em Donzenac e em muitos outros lugares [...]. Da mesma forma, no ducado da Britânia, cidades e castelos foram saqueados [...], e conforme o tempo passou, esses salteadores multiplicaram-se, causando sofrimento nas terras que assolavam¹²⁴.

Sua crônica, ao que tudo indica, tem como objetivo a leitura e a audição por parte da “alta nobreza”, e por isso tal tipo de elocução se torna um lugar comum em seu texto. A cultura guerreira difundida entre a nobiliarquia, cultivada por manuais e outros escritos, delimitava e demonstrava o que se esperava do seu modo de entender a guerra, ou seja, seu modo de concebê-la e de efetivá-la estava restrito a um pequeno círculo daque-

124 BEL, J. *The true chronicles of Jean Le Bel*: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 205 – 206.

les nobres. Desta forma, os parâmetros que cerceavam seu registro seriam diferentes daqueles idealizados por guerreiros de fora deste grupo¹²⁵. Isso significa dizer que a sociedade cortesã em que o cronista esteve inserido estabelece seus próprios parâmetros não apenas sobre como conduzir a guerra, mas também como registrá-la, enfatizando certos elementos em detrimento de outros, como a honradez, a prodigalidade e a misericórdia, em que a narrativa perpassa tais aspectos relativos às virtudes esperadas de seus realizadores¹²⁶.

Sua participação nos altos círculos da nobreza flamenga, nos quais ao menos alguns de seus membros se apresentam sob as ordens de Edward III durante momentos diversos do conflito, apresenta-se determinante em sua crônica, onde observamos um grande número de registros sobre a guerra. Dessa forma, a perspectiva de sua crônica, assim como a de Geoffrey le Baker e Thomas Gray, é favorável aos nobres ingleses, muito embora sua conduta seja, por vezes, delineada com um tom reprobatório pelo cronista, como a destruição de edifícios religiosos e o uso de violência desmedida contra outros nobres, religiosos, mulheres e crianças¹²⁷.

Similarmente, Thomas Gray também escreve voltado à nobiliarquia laica, afinal, o cronista é um cavaleiro que participou ativamente daquele meio. Sua crônica, entretanto, não se ampara tão somente em testemunhos orais, mas é embasada em textos de autoridades, como destacamos no capítulo prévio, o que nos permite inferir que ele teve acesso a uma educação que lhe permitiu não apenas narrar o que vira e ouvira de seus contemporâneos, mas também “contemplar e traduzir [...] as crônicas da Grã-Bretanha e os feitos dos ingleses”¹²⁸. Embora no prólogo de sua *Scalacronica* afirme que seu interesse em escritos de cunho histórico teria começado durante seu período de cativo na Escócia, onde pôde observar “livros de crônicas, rimas e prosa, em latim, francês e inglês, sobre os feitos de ances-

125 DEVRIES, K. God and defeat in medieval warfare: Some preliminary thoughts. In: KAGAY, D. J.; VILLALON, L. J. A. (Ed.). **The circle of war in the middle ages**: essays on medieval military and naval history warfare in history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1999, p. 31.

126 GREEN, R. F. **Poets and princepleasers**: literature at the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980, p. 99 – 100.

127 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 80; 138; 150.

128 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272 - 1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2.

trais”¹²⁹, é mais plausível conjecturarmos que ele já tivesse conhecimento e interesse pela escrita da história antes de tornar-se cativo, mas seu tempo de estadia como prisioneiro em Edimburgo permitiu-lhe acesso a informações presentes em outras crônicas de pouco ou nenhum conhecimento entre os ingleses, que viriam a ser organizadas no formato cronístico após seu retorno a Norham, castelo do qual fora condestável.

Em diversos momentos, Gray emprega tais manuscritos, principalmente no capítulo concernente à genealogia dos reis da Escócia e nos eventos relativos a *Great Cause*, e, ao que parece, o cronista não apenas as consultou, mas mostrou-se apto a reuni-las em uma narrativa sólida sobre tais acontecimentos¹³⁰. Assim, quando afirma que, para compreender os tempos anteriores, toma por base os manuscritos de Beda, John de Tynemouth, Ranulf Hidgen, Henry of Huntingdon, Geoffrey of Monmouth, Florence of Worcester (a quem ele se refere como Marianus Scotus), William of Malmsbury, Roger of Howden, bem como as crônicas *Brut* e aquelas atribuídas a Walter of Guisborough e Thomas of Otterburn, é importante destacarmos que todos esses textos estariam presentes na biblioteca da catedral de Durham durante o período de composição de sua crônica, isto é, entre a segunda metade da década de 1350 e a primeira metade da década de 1360¹³¹.

Contudo, esse grande número de materiais dificilmente se encontraria apenas naquela biblioteca, o que reforça a hipótese de que o cronista deve tê-los consultado não apenas na época de sua prisão, mas também em um período posterior. Ainda que não seja possível mensurar em que medida Thomas Gray detinha conhecimento de recursos literários e outras técnicas para a composição de sua narrativa, é curioso notar que ele informa de maneira direta o nome de sua crônica (algo não muito comum para os cronistas do período), como também indica, de forma indireta, que ele é o responsável pela composição daquele texto narrativo. No início de sua crônica, ele se recusa a fornecer seu nome e, ao contrário, elenca certas informações pessoais, isto é, de que “foi feito prisioneiro durante a guerra

129 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272 - 1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2.

130 KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 23 – 24.

131 Ibid., p. 7.

na época de composição deste tratado”¹³². Na sequência, apresenta alguns versos onde é descrito seu brasão de armas e um cômputo que se refere à revelação de seu próprio nome¹³³.

Esse tipo de atitude do cronista não era incomum, mas sim ligada a outros fatores que a escrita cronística inglesa apresentava no século XIV. Se anteriormente, nos escritos monásticos, muitos monges deixavam de referir seus nomes, por acreditarem que eram apenas um meio pelo qual ocorreria a transmissão da mensagem divina, os cronistas ingleses com ligações laicas poderiam fazer uso de criptogramas e acrósticos por simples diversão dos seus leitores, ou mesmo para esconderem seus nomes em textos de cunho político. De qualquer forma, embora tais abreviações fossem criadas para dar a impressão de esconder um nome, na verdade elas serviam como um modo de revelá-los¹³⁴. No caso de Thomas Gray, não houve qualquer necessidade de camuflar sua identidade, pois ele gozava de prestígio no momento de composição de seu escrito e, independente dos seus motivos, é possível que ele o tenha feito a partir do modelo de uma de suas fontes principais, a *Polychronicon*¹³⁵.

Além disso, o conhecimento e a consulta a todos esses manuscritos aponta para a capacidade de Thomas Gray de ler latim e francês¹³⁶, o que nos alerta para que procedamos com cautela quando realizamos reflexões amparadas na dicotomia, já superada, de clérigos “letrados” (ou seja, que possuíam o domínio sobre a leitura do latim) e laicos “iletrados”. É sabido que, se por um lado, houve clérigos com domínio rudimentar do latim, por outro, existiram cavaleiros com “mais conhecimentos sobre livros do

132 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272 - 1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2.

133 Gray aponta que "oito se junta após o décimo nono/ se você colocar o doze após o décimo quarto/ se juntam o um e o décimo oitavo/ e seu primeiro nome você terá constatado/ o sétimo combina com o décimo sétimo/ a primeira vogal se firma a terceira/ e seu sobrenome correto será descoberto/ seguindo-se o alfabeto". Cf. *Ibid.*, p. 1.

134 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 148 - 150.

135 Ali, Ranulf Hidgen também indica o desejo de apontar sua própria autoria, acerca apenas do que escreve em contraposição àquilo que compila, uma vez que diz, por exemplo, "além das minhas próprias palavras". Desse modo, prossegue Hidgen, quando ele próprio "falar, uma letra 'R' será colocada na margem" do trecho em questão. Cf. HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen Monachi Cestrensis**: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, vol. 1, 1865, p. 21.

136 GRAY, T., op. cit., p. 120 - 121.

que feitos bravios¹³⁷. Seja como for, seu aparente conhecimento sobre ambos os idiomas não deixou de ser um feito notável e, independentemente desta habilidade, sua crônica foi escrita em anglo-normando, fornecendo outro indício sobre o cavaleiro: é possível que o cronista estivesse mais familiarizado com o uso cotidiano deste idioma, que ainda encontrava forte aceitação entre a nobreza do norte reinol, tornando-a destinatária privilegiada de seu texto¹³⁸.

Os assuntos pertinentes àquela região, mais especificamente a Durham, estiveram intimamente ligados tanto a Thomas Gray como ao seu pai, pois ambos participaram ativamente da defesa do reino no conflito contra os escoceses, não sendo estranhas, portanto, as diversas referências feitas em sua crônica aos eventos locais e à atuação daqueles dois cavaleiros. Além disso, apesar de não ser possível precisar o ano de nascimento do cronista, estimado por volta de 1310, pode-se conjecturar que ele esteve na batalha de *Dupplin Moor*, em 1332, e a porção da crônica relativa a esse período tenha sido descrita a partir da experiência do cavaleiro¹³⁹. Aliás, devemos ressaltar que há duas referências sobre Thomas Gray no ano de 1346: a primeira, em companhia do Príncipe Negro¹⁴⁰, na campanha de Crecy, em 1346¹⁴¹; e a segunda, na batalha de *Neville's Cross*¹⁴², ocorrida meses depois. Embora, à primeira vista, não seja crível que o cavaleiro tenha participado de ambas as batalhas, devido a distância geográfica e o

137 CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066 – 1307. Oxford: Blackwell, 1993, p. 226.

138 TAYLOR, op. cit., p. 174.

139 A inferência sobre a possível participação de Thomas Gray nesta batalha deve-se ao fato de que ele reporta "detalhes não encontrados em outras crônicas"; além do fato de que seu pai até então possuía fortes ligações com Henry de Beaumont e David of Strathbogie, dois proeminentes nobres entre os ingleses, participantes das campanhas dos Deserdados (*Disinherited*). Esses últimos lideraram uma expedição privada em 1332 contra a Escócia sob a liderança de Edward Balliol, filho de John Balliol, rei deposto por Edward I décadas antes. Após sua vitória em *Dupplin Moor*, Edward Balliol é coroado rei dos escoceses, porém, sem o apoio da nobreza daquele reino, volta-se para Edward III, que o auxilia militarmente em troca de concessões territoriais e sua submissão vassálica. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 17 – 18; PRESTWICH, M. **Plantagenet England**: 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005, p. 244 – 245.

140 Edward, príncipe de Gales, também conhecido pelo epíteto de Príncipe Negro devido a coloração de sua armadura, era o herdeiro à Coroa. Porém, sua morte de forma prematura, em 1376, leva ao trono seu filho Ricardo II.

141 FRENCH ROLL. In: WROTTESLEY, G. **Crecy and Calais**, from the original records in the public record office. London: Harrison and Sons, 1898, p. 130.

142 Esse dado encontra-se, segundo Andy King, tradutor e editor desta crônica, em uma compilação de documentos contemporâneos acerca de interesses públicos, como finanças e a segurança do reino escocês, sob o título de *Rotuli Scotiae*. Cf. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 19.

curto espaço de tempo decorrido entre as mesmas, a possibilidade não é de todo implausível. Caso ambos os registros estejam corretos e tratem do mesmo indivíduo, o cavaleiro seria uma testemunha privilegiada daqueles acontecimentos, o que lhe traria o reconhecimento de seus pares e, ao mesmo tempo, forneceria dados, em primeira mão, de duas das grandes vitórias inglesas durante o reinado de Edward III para a escrita de sua narrativa. Lamentavelmente, a porção da crônica referente aos anos de 1340 e 1356 foi destruída no século XVI, e nos restam apenas as anotações feitas antes do ocorrido pelo antiquário John Leland¹⁴³, as quais não permitem qualquer inquirição posterior nesse sentido.

De qualquer modo, sabe-se também que Thomas Gray serviu em Flandres, em 1338, sob o comando do conde de Salisbury, e em 1359, no séquito do Príncipe Negro, até então herdeiro do trono inglês, além de ter sido designado xerife e condestável de Norham, em 1345, e um dos negociadores que lidaram com os escoceses, em 1348¹⁴⁴. Gray insere em sua crônica testemunhos de participantes dos conflitos na França e Escócia, além das informações creditadas ao seu pai, concernentes às campanhas ao norte do reino até meados de 1340, bem como o testemunho direto a partir daquela década¹⁴⁵. Essa mescla de testemunhos orais com textos escritos se complementam mutuamente como fontes fidedignas de informação ao longo de sua crônica, como no relato referente ao fracasso inglês em Bannockburn no ano de 1314. Por tratar-se de um período no qual ainda não teria alcançado a idade adulta, o cronista conta que, “[...] ao buscarem razões para essa derrota, as crônicas relatam que o conde de Atholl havia tomado a cidade de Perth de William Oliphant [...]”, e então segue uma concatenação de eventos até a tomada de posição das tropas escocesas e inglesas no dia anterior à fatídica batalha. Em certo ponto, o cronista interrompe a narrativa, até então supostamente baseada em outros

143 King aponta que esse resumo destoa em vários sentidos quando comparado com as partes remanescentes da crônica, e que, portanto, não pode ser tomado como um guia confiável do conteúdo perdido. Cf. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 29.

144 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000, p. 93.

145 Além de considerar seu progenitor como uma fonte crível, a narrativa de Gray apresenta personagens nobres. Em uma crônica de cunho cavaleiresco, o louvor, não apenas a Edward III, mas ao seu antepassado, tem a dupla função de inseri-lo como personagem digna de glorificação, seja por sua conduta honrada no campo de batalha, seja, como em outras crônicas, por apresentá-lo como digno das mercês recebidas do rei e, por conseguinte, repassadas para seus sucessores.

escritos, e aponta que seu pai, presente naquele evento, teria sido capturado pelos escoceses, o que poderia lhe dar uma perspectiva privilegiada. E Gray continua, atribuindo a informação ao que ouvira de seu progenitor: as tropas inglesas tomaram conhecimento de que a decisão de Robert Bruce em atacar os ingleses na manhã seguinte foi altamente influenciada por um desertor inglês, que teria informado ao monarca escocês sobre os pontos fracos das tropas inimigas¹⁴⁶.

A perspectiva oferecida por Thomas Gray, portanto, não poderia deixar de ser ligada ao mundo laico e favorável às pretensões inglesas, notadamente na Escócia, uma vez que ele próprio era membro da elite terratenente do reino¹⁴⁷ e possuía interesses diretos no conflito. Assim, a partir das informações levantadas, é possível dizermos que sua posição social o colocaria entre os indivíduos que frequentavam cortes similares as que Jean le Bel esteve presente, tendo servido a seus senhores e cultivado os valores cavaleirescos, principalmente em relação à escrita da história. Não há evidências, contudo, para inferir que tenham tido acesso à crônica um do outro, mas suas narrativas se aproximam devido a certos pontos por ambos partilhados: a escrita em prosa, o uso do anglo-normando, e o destaque dado a feitos realizados por indivíduos próximos a eles (o próprio pai, no caso de Thomas Gray, e John of Hainault, em Jean le Bel). Tais pontos são relevantes para tentarmos traçar elementos configurantes da escrita histórica naquele período, porém, é necessário atermo-nos também à narrativa de Geoffrey le Baker.

Contrariamente aos dois cronistas supracitados, restam poucas evidências acerca deste terceiro, mas é possível conjecturar sobre seus possíveis vínculos, o lugar de onde escreve e mesmo de sua possível participação direta nos conflitos. Ele teria composto duas crônicas, e a autoria daquela aqui empregada foi designada, até o século XVI, ao cavaleiro Thomas de

146 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 48 – 49.

147 Há um registro datado de 1356 onde o mesmo, ainda cativo na Escócia, recebe permissão real para exportar 100 sacas de lã, ao passo que em 1358, juntamente com Thomas de Musgrave e William de Heroun, são designados pelo rei para arbitrar sobre os direitos reais acerca da posse do castelo de Hermitage, na região fronteira entre Escócia e Inglaterra. HARDY, T. D. (Ed.). **SYLLABUS** (in English) of the documents relating to England and other kingdoms contained in the collection known as "Rymer's Foedera". London: Longmans, Green, 1869-85, p. 387; 395.

la More¹⁴⁸. Séculos mais tarde, mais precisamente no XIX, tais textos são atribuídos a Geoffrey le Baker, um indivíduo sobre o qual podem ser encontradas informações esporádicas na esparsa documentação que o liga ao seu tempo. Nas chamadas *Patent Rolls*¹⁴⁹, há referências àquele nome em pelo menos cinco ocasiões durante a primeira metade do século XIV. Em 1303, ele foi acusado, juntamente com outros indivíduos, de ter atacado um *purveyor*¹⁵⁰ que, na região de York, coletava impostos sob comando da rainha Margaret¹⁵¹; posteriormente, em 1308, lhe é garantido perdão por um suposto assassinato que teria cometido em defesa própria¹⁵². Há também indícios de que o cronista, junto com outros homens, tenha cometido uma série de delitos em 1332, quando, ao invadirem o priorado de Stoke Curey, “roubaram animais, derrubaram árvores e escavaram pedras de sua mina”¹⁵³. Anos depois, em 1352, os priores e irmãos do colégio de St. Peter, ligado à igreja de St. Maurice, em Winchester, teriam a receber “[...] seis denários de Geoffrey le Baker, pela acomodação (*tenement*) de Joan la Hore [...]”¹⁵⁴ e, finalmente, em 1354, Geoffrey le Baker e uma mulher chamada

-
- 148 Ambas as crônicas foram publicadas em latim, em 1889, e nomeadas pelo editor daquele momento como *Chroniculum Ejusdem* e *Chronicon Galfridi Le Baker De Swynebroke*. A primeira trata de um apanhado de informações breves, em um caráter próximo ao analítico, e que pretende lidar desde os primórdios da humanidade até eventos da história inglesa em 1337. A segunda crônica é a mesma utilizada por David Preest, em sua tradução mais recente, a qual empregamos em nossa pesquisa. Cf. THOMPSON, E. M. Preface. In: **CHRONICON** Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. V – VI; BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. XIV.
- 149 As *Patent Rolls* são um conjunto de registros administrativos compilados pela chancelaria inglesa desde os primórdios do século XIII. Elas lidam com assuntos diversos, onde, de forma geral, expressam a vontade do soberano acerca de questões de interesse público. SAUL, N. **A companion to Medieval England: 1066 – 1485**. Stroud, Gloucestershire: Tempus, 2000, p. 116.
- 150 Durante o século XIV, uma das medidas tomadas para o custeamento dos conflitos foi a cobrança da taxaço conhecida como *purveyance*, onde bens móveis eram comprados compulsoriamente por preços abaixo do valor pelos agentes reais, os *purveyors*. HARRISS, G. L. **King, parliament, and public finance in medieval England to 1369**. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- 151 **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward I, A. D. 1272 – 1307. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1893 – 1901, p. 196, vol. 4.
- 152 **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward II, A. D. 1307 – [1327]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1894 – 1904, p. 68, vol. 1.
- 153 **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A. D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - , p. 352, vol. 2.
- 154 **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A. D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - , p. 370, vol. 9.

Christina, denominada como sua esposa, são citados em um processo de alienação de terras e propriedades dos irmãos do hospital de Ospreng¹⁵⁵.

Entre as décadas de 1310 e 1330, eram comuns as reclamações no parlamento contra nobres que mantinham em sua companhia criminosos que receberam algum tipo de perdão judicial, pois seu conhecimento no manuseio de armamentos era empregado para fins escusos nos dias de instabilidade política que se apresentaram naquele período¹⁵⁶. Não obstante, aqueles homens eram os mesmos que engrossavam as fileiras que iriam às campanhas contra escoceses e franceses, e que recebiam, a priori, pequenas porções dos espólios obtidos. Em uma canção contemporânea designada por *Trailbaston*¹⁵⁷, seu responsável queixa-se que, enquanto uns “podem pagar quarenta *shillings* por sua soltura, e o xerife vem para buscar sua recompensa”¹⁵⁸, ele “serviu ao seu rei na paz e na guerra, em Flandres, Escócia e na Gasconha [...], mas agora não sabe como ganhar a vida, pois desperdiçou seu tempo em vão para satisfazê-lo”¹⁵⁹.

É possível que Geoffrey le Baker, portanto, tenha se enquadrado em situação similar, servindo como um braço armado para nobres dispostos a pagar por tal serviço. Para além da associação de seu nome com crimes diversos, seu relato sobre o cerco e a tomada da cidade de Toulouse em 1345 (que de fato fora em 1349), na Gasconha, permite ligá-lo a um mundo marcial e de conhecimento do emprego da violência. Segundo ele, “Deus estava protegendo-a, pois o conde de Lancaster não fez mal a seus habitantes, exceto pelo fato de tê-los feito tremer dos pés à cabeça, segundo o que os sitiados relataram *a mim*, posteriormente”¹⁶⁰.

155 **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A. D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 -, p. 154, vol. 10.

156 VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 849, out. 1993.

157 O termo *trailbaston* era empregado para designar indivíduos envolvidos em atividades ilícitas, como roubos e ataques a mercadores. Apresentavam-se, segundo relatos contemporâneos, como ameaças à ordem pública, e uma comissão especial foi montada por Edward I (e mantida em atividade ao menos até o reinado de Edward III) para capturá-los e levá-los à justiça do rei. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 278.

158 **TRAILBASTON** (1305 – 1307). In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London: New York: Routledge, 2001, p. 919.

159 *Ibid.*, p. 920.

160 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 68.

Dessa forma, seu contato com indivíduos ligados ao conflito parece ter sido intenso, e assim como os outros cronistas, ele também se utilizou do conhecimento de terceiros para aprimorar a qualidade do seu relato. Pouco antes da batalha de *Neville's Cross*, em 1346, Geoffrey le Baker relata que o castelo de Liddel, sob posse inglesa, fora rendido a David II (1329 - 1371), após a derrota de seus defensores, liderados pelo cavaleiro inglês Walter Selby. Este teria implorado pelo perdão real, mas o monarca escocês “ordenou que fosse executado, [...] muito embora de acordo com a antiga lei marcial de perdão real, qualquer um [...] deveria gozar do privilégio de imunidade enquanto estivesse na presença do rei”. Essa atitude de David II parece ter consternado o cronista, o qual teria embasado seu ponto de vista em conhecimento obtido a partir de outrem, ao afirmar: “como Deus é minha testemunha, inquiri muitas pessoas, mas nunca ouvi dizer que *Sir Walter* tenha cometido qualquer ato de traição contra o rei da Escócia [...]”¹⁶¹.

Para além destas evidências sobre sua *expertise* bélica e seu contato com outros guerreiros, a autoria da composição de sua crônica está estreitamente ligada ao nobre Thomas de la More. O cronista reivindica ao final da *Chroniculum* que, “no ano de 1347, Geoffrey le Baker of Swinbrooke, clérigo (*clericus*)¹⁶², em oração ao senhor Thomas de la More, cavaleiro (*militis*)¹⁶³, escreveu esta pequena crônica”¹⁶⁴. Tanto a *Chroniculum* como a *Chronicon* são atribuídas ao mesmo indivíduo devido a evidências internas do texto, como as referências detalhadas a certas famílias, como os Bohum e os Berkeley¹⁶⁵, porém são aquelas ligadas a Thomas de la More as mais relevantes. Aquele cavaleiro, provindo de Oxfordshire, era sobrinho e

161 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrooke**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 76.

162 O termo *clericus* refere-se a indivíduos que, embora não estivessem ligados às casas monásticas, viviam sob normas de conduta, como a proibição de se casarem, e esperava-se que fossem educados e aptos a lerem (mas não obrigatoriamente a escreverem) em latim. Ele era um *litteratus*, como apontado anteriormente, porém tais indivíduos, a princípio, não eram membros da Igreja e nem mesmo estudiosos, mas sim homens com alguma capacidade de leitura. CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066 – 1307. Oxford: Blackwell, 1993, p. 234.

163 O termo *militia* designa, pelo menos desde o século XII, o cavaleiro, com as conotações que aquele status social lhe imputavam. FLORI, J. **A Cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

164 BAKER, G. *Chroniculum Ejusdem*. In: _____. **CHRONICON** Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. 173.

165 BRUCE, H. **Notes on the chronicle ascribed to Geoffrey le Baker of Swinbrooke**. Cardiff: W. Lewis, 1918, p. 9.

membro do séquito do bispo John Stratford¹⁶⁶, este com papéis de elevada importância durante o governo de Edward III até sua morte, em 1348. Segundo o cronista, quando Edward II é mantido refém em Kenilworth, em 1326, são apontados três indivíduos para comunicar-lhe da decisão do Parlamento de que ele seria deposto e que tencionavam transmitir seu título a seu herdeiro, Edward III. Um desses homens é John Stratford, bispo de Winchester, que tem dentre seus companheiros Thomas de la More, como a certa altura afirma Geoffrey le Baker:



E você, ó nobre cavaleiro, senhor Thomas de la More, que testemunhou todas essas coisas (ou seja, a deposição de Edward II) e escreveu sobre as mesmas em francês, e cujo pobre intérprete aqui se apresenta; você, eu afirmo, esteve a serviço do bispo de Winchester e foi um atavio para aquela companhia com a presença de sua afamada sabedoria¹⁶⁷.

Se considerarmos tal proximidade do cronista com Thomas de la More e John Stratford, torna-se compreensível o tom altamente favorável à coroa, pois, tendo vivido até meados de 1358¹⁶⁸, testemunha períodos de expressivas vitórias inglesas. De qualquer maneira, sua seleção de outros manuscritos para a concepção de seu texto, em parte, parece igualmente ter sido embasada no elemento local. Em sua crônica, assim como na *Scalacronica*, a narrativa compreende por volta da década de 1340, alicerçada por textos anteriores (no caso, a versão francesa da crônica *Brut*), bem como pela crônica de Adam of Murimuth, o qual pode ter conhecido Geoffrey le Baker, pois ambos os cronistas tiveram ligações com a região

166 BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. XIV.

167 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 26.

168 O editor do século XIX, Edward Maude Thompson, aponta que o cronista pode ter tencionado registrar os reinados de Edward II e Edward III em manuscritos separados, pois, ao que parece, Geoffrey le Baker, ao terminar sua crônica em 1356, estaria revisando sua história de Edward III, quando, provavelmente, foi acometido pela morte. Constata-se a partir de suas palavras finais que ele ainda estaria escrevendo pelo menos até 1358, e como a cópia no manuscrito *Bodley MS*, escrita em ou pouco após 1360, aparenta ser o trabalho de um escriba descuidado ou mesmo um trabalho sem revisão, infere-se que ele tenha morrido neste intervalo de tempo. THOMPSON, E. M. (Ed.). Preface. In: **Chronicon Galfridi le Baker de Swynebroke**. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. XVI.

de Oxfordshire no mesmo período, além do amplo uso do texto deste na composição da crônica daquele¹⁶⁹.

Não obstante, conforme a narrativa se aproxima aos anos em que lhe era contemporâneo, ela não apenas se torna mais detalhada e extensa, mas também é notável que Geoffrey le Baker trata do conteúdo reinol a partir de uma documentação oficial que circulou durante o conflito, como a trégua firmada com os franceses em 1347, “[...] escrita em francês, a qual se segue em minha tradução para o latim”¹⁷⁰. Se na Inglaterra essa forma de comunicação encontra-se realizada principalmente por meio dos *royal writs*, ou seja, textos curtos escritos com a finalidade de tornarem pública uma ordem direta do rei, tais manuscritos poderiam ser incorporados às crônicas e aos outros documentos oficiais com a finalidade de tornar conhecida tal ordem, mas a opção de Geoffrey le Baker em determinadas alturas foi não apenas citar tal documentação, como inseri-la, ainda que em forma de uma tradução, para atestar a veracidade de seu relato, assim como fizera Thomas Gray.

Entretanto, se não é possível dizer com precisão quem teria sido Geoffrey le Baker, ao menos seu lugar social pode, de certa forma, ser mapeado a partir de informações presentes em sua crônica, como: sua capacidade de ler e traduzir do francês para o latim; seu acesso à documentação oficial; seu interesse constante nos conflitos; sua narrativa centrada na guerra contra inimigos externos e internos, na qual as figuras de Edward III e de seu pai, Edward II, são exaltadas ao longo de toda a narrativa; e, não obstante, também na ênfase que confere aos acontecimentos bélicos e à celebração das qualidades apresentadas pelos ingleses em batalha, em contrapartida às imagens depreciativas dos inimigos na mesma situação marcial. Portanto, assim como outros cronistas coetâneos, Geoffrey le Baker incorpora à sua narrativa uma documentação oficial imbuída de tópicos sobre suas concepções de história, visando torná-la crível e verdadeira, e embasando-a no que fora sancionado pelos membros da nobreza e, em certos casos, até mesmo pelo monarca.

169 TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 28.

170 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 81.

Como detalharemos ao longo do capítulo, o olhar do cronista está diretamente associado ao seu lugar social, de onde emergem dados subjetivos que nos permitem pensar sobre os contornos da escrita histórica naquele momento. Uma vez situada nossa escolha pela reflexão a partir das crônicas daqueles três indivíduos, veremos, na sequência, quais seriam os principais elementos estruturantes de suas narrativas.

2.2 AS CRÔNICAS E AS REGRAS DE SEU FAZER

No capítulo prévio, perscrutamos os aspectos gerais da escrita da história no reino inglês trecentista. Agora, restringimos nossos esforços aos modos de conceber e registrar a história nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, com a finalidade de investigarmos as características presentes naqueles textos. Já ressaltamos anteriormente nossa justificativa pela escolha destas três crônicas, e agora nos cabe analisar quais elementos, a princípio, partilhavam aqueles homens na concepção de suas narrativas.

É necessário, assim, considerarmos que aqueles textos alimentam-se de certos lugares comuns (*topoi*)¹⁷¹ que delineiam, de um modo ou de outro, as escolhas sobre *o que, por que e como* a narrativa deveria ser elaborada. Nas crônicas medievais, esses tipos de fatores de repetição foram costumeiramente empregados, e os cronistas geralmente acenavam ou para o desejo de relatarem os fatos o mais verdadeiramente possível, ou alegam que escrevem sob o pedido de um indivíduo ilustre, dois dos mais comuns ensejos apresentados no conjunto de textos daquele período como um todo. Mesmo que se configurem como fórmulas visando a aceitação aos indivíduos a que se dirigem, o significado dos *topoi* não devem ser negligenciados para entendermos certos pressupostos básicos da escrita da história naquele momento, pois as afirmações (e também omissões) dos

171 Um dos artifícios da retórica, a qual estava presente na escrita da história durante o medievo, era o emprego de certas fórmulas gerais com finalidades específicas. Uma delas, amplamente empregada no período, era a demonstração de humildade e suposta inaptidão para a escrita, tarefa apresentada como árdua ou muito acima de sua capacidade por razões como seu alegado parco conhecimento sobre o tema, a impossibilidade de ditar modos de conduta a um governante, e assim por diante, tendo em vista deixar seus leitores/ouvintes em um "estado de espírito" favorável ao que pretendia narrar na sequência. CURTIUS, E. R. **European literature and the Latin Middle Ages**. Translated from the German by Willard R. Trask. New York: Pantheon Books, 1953, p. 79 – 105.

cronistas eram uma forma de legitimar seus textos sobre os conflitos contra escoceses e franceses, a partir de regras que valiam para o gênero cronístico tal como se configurou naquele momento¹⁷². Atentar-nos-emos para o que estaria por detrás de suas escolhas acerca do que merecia ser preservado, pois, sob nossa perspectiva, o exercício de suas tarefas como guerreiros ou mesmo administradores incide diretamente sobre os modos como conceberam a escrita da história.

De forma geral, os cronistas em questão faziam parte de um universo comum: eram homens de meia idade, clérigos (em sua maioria) com fortes ligações laicas, e membros pertencentes (nascidos ou com boas conexões) às elites terratenentes¹⁷³. Como observado no ponto anterior, Thomas Gray foi um cavaleiro que adquiriu terras, títulos e prestígio, tanto na defesa da região norte do reino como em incursões contra os franceses nas últimas décadas de sua vida; Jean le Bel teria gozado de um estilo de vida luxuoso e de conexões com indivíduos poderosos na Inglaterra e Flandres, ao passo que Geoffrey le Baker teria tido acesso a tais grupos privilegiados, não sendo possível aferir, entretanto, em que medida isso ocorreu. Vale frisarmos que esse perfil partilhado entre eles era relativamente comum, não apenas entre os cronistas ingleses trecentistas, mas também daqueles que escreviam a história nos diversos reinos europeus naquele momento.

Com esse pano de fundo similar, torna-se evidente uma característica fundamental presente naquelas crônicas e em outros escritos históricos no medievo: sua função memorialista. Tal pretensão à memória histórica, como o santuário em que se depositam os saberes sobre os tempos de outrora, deve ser considerada como um dos *topoi* mais duradouros desses escritos¹⁷⁴. Exemplos afloram em escritos de períodos distintos, como o de Tomás de Aquino (1225 – 1274?), que aponta a limitação dos usos da memória, pois assim como o passado, ela nos permite conhecer algo somente em relação a um tempo definido, mas que envolve o conhecimento

172 LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, 2014, p. 351.

173 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. 60 – 64.

174 FOSSIER, R. **The axe and the oath: ordinary life in the middle ages**. Translated by Lydia G. Cochrane. Oxford: Princeton University Press, 2010, p. 293.

sobre o presente, isto é, do “aqui” e do “agora”¹⁷⁵. Desse modo, o interesse dos homens trecentistas pelo registro dos tempos pretéritos foi realizado de acordo com certos preceitos que os tornariam dignos de credibilidade em sua própria época.

Essa questão das funções da memória nas crônicas de interesse secular na Inglaterra do século XIV deve ser abordada, primeiramente, sob o ponto de vista de que as habilidades de leitura e escrita passam a ganhar destaque na própria constituição do que seria registrado e legado para o porvir. Assim, aqueles cronistas realizam uma escrita do passado alicerçados em questões relativas ao presente, ou seja, os eventos dos tempos recentes não são apenas fruto do que ocorrera outrora, em uma cadeia de eventos imbricados em direção ao fim do mundo, como proposto pelo modelo das seis eras, mas o modo de narrar o passado naquele momento vem cingido com justificativas, explicações e interesses nas ações da nobreza financiadora e realizadora das ações descritas naquelas crônicas.

Uma das maneiras de percebermos tais interesses é na observação das descrições realizadas sobre momentos de grande repercussão para a comunidade do reino, isto é, onde ocorreram transformações que afetaram em larga escala a nobreza ali descrita. Um deles é a deposição de Edward II, em 1327, e a conturbada ascensão de Edward III ao trono por intermédio da rainha Isabela, do conde Roger Mortimer e de vários nobres descontentes com os sucessivos fracassos nas guerras contra os escoceses e na usurpação de direitos em prol de seus favoritos¹⁷⁶. Na narrativa de Geoffrey le Baker acerca daquele processo, texto altamente influenciado, como já apontado anteriormente, pelo contemporâneo Adam of Murimuth e pelas narrativas de ao menos uma testemunha ocular daqueles eventos, isto é, o cavaleiro e mantenedor do narrador, Thomas de la More¹⁷⁷, o cronista de Swinbrooke, não se abstém de reafirmar a versão sobre a morte do rei presente em outras crônicas coetâneas¹⁷⁸. De acordo com sua perspectiva, o monarca foi “assassinado”, vítima de um “crime horrendo” e, embora os responsáveis

175 AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.L.]. Benziger Bros. Edition, 1947, p. 533. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

176 PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 188 – 226.

177 BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrooke**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. XIII – XIV.

178 Ibid, p. XVIII.

(sob seu entendimento, a rainha Isabela, o conde Roger Mortimer e o bispo Adam of Orleton) “temessem incorrer no crime de lesa-majestade”¹⁷⁹, deram prosseguimento ao plano que culminaria em sua morte.

Sua narrativa, composta entre meados de 1347 a 1360¹⁸⁰, algumas décadas após o evento descrito, não se destaca apenas pela manutenção da memória de um monarca do passado através do registro de seus feitos para gerações vindouras, mas antes pondera sobre questionamentos que possivelmente persistiram pelo tempo em que narra, ou seja, sobre as circunstâncias em que se sucede a morte do rei. Desse modo, o cronista organiza as informações a que provavelmente acedera também de forma oral e indireta, e acaba por sistematizar uma versão própria para o episódio:



No dia 22 de setembro [seus executores] o prenderam enquanto estava deitado em sua cama e o sufocaram com enormes colchões [mattresses] que pesavam mais do que quinze homens robustos juntos. Então, o ferro de soldagem¹⁸¹, já vermelho devido ao aquecimento e impelido através de um tubo que levava as partes secretas de seu intestino, consumiu-o internamente e o que lhe restava de vida¹⁸².

A circulação de boatos sobre a *causa mortis* de Edward II agita as cortes de seu sucessor naquele período conturbado do reino, e o cronista, possivelmente inserido em círculos cortesãos, ou ao menos com acesso a quem ali estivera, dirige sua crônica a um grupo de homens do mesmo estamento que Thomas de la More:



Estou escrevendo sobre acontecimentos autênticos, que estrondeariam seus trovões sobre o mundo em um forte clarão, caso o temor [causado pelos] inimigos do rei, que ainda vivem, não impedissem as

179 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 31.

180 BARBER, R., op. cit., p. XXV.

181 Esse tipo de material era empregado por indivíduos que manuseavam chumbo com a finalidade de reforçarem e repararem telhados de grandes construções, bem como montarem sistemas de encanamentos para o transporte de água limpa. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 221.

182 BAKER, op. cit., p. 32.

peças de trazerem à tona aquela verdade, a qual, entretanto, não pode ficar escondida para sempre¹⁸³.

A preocupação com os desdobramentos de tais ações no presente é indubitavelmente uma das marcas da escrita cronística daquele momento, em que eram compostas, de modo geral, não apenas em resposta a momentos de vicissitudes, mas também caracterizadas pela busca de precedentes para quaisquer que fossem os argumentos que seus responsáveis estivessem tentando engendrar¹⁸⁴. Dito de outra forma, ela está inserida em um conjunto maior de elementos que entretencem aquelas narrativas, ou seja, para além da demonstração de poderes políticos, são também enfatizados aqueles de natureza econômica, administrativa e marcial que a nobreza possuía sobre as demais camadas da sociedade inglesa e, por conseguinte, tornava-se necessário e mesmo desejável a rememoração e afirmação das funções decorrentes de tais poderes. Essa exposição dos direitos e obrigações se dava não apenas através de exibições públicas de poderio, tão diversas como a composição de um séquito significativo, a doação de dinheiro para a construção e manutenção de edifícios religiosos, e o pagamento para a celebração de missas *post-mortem*, mas também através da descrição, registro e disseminação contemporânea de seus feitos gloriosos, ou mesmo na de realizações não tão meritórias assim de seus inimigos.

Momentos de instabilidade causados em grande medida pelos conflitos parecem ter gerado reações adversas entre os cronistas laicos, pois, de algum modo, seus privilégios e os de seus amparadores seriam afetados e justamente na sua manutenção, ou melhor, na justificativa da necessidade de sua preservação, estava um dos pontos nevrálgicos de suas narrativas. Geoffrey le Baker mostra-se descontente com os acontecimentos de 1327, ao afirmar que “o povo da Inglaterra possui desgosto pelo antigo e desejo pelo novo”, ou seja, pela destituição de um monarca legítimo em nome de um outro que ainda não alcançou a maioria. Thomas Gray faz coro a seu coetâneo, pois, embora seja comedido em suas palavras sobre o que teria ocorrido com Edward II, ao relatar de forma sucinta que ele morreu

183 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 29.

184 LAKE, J. Current approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, vol. 13, n. 3, 2015, p. 92.

“de modo desconhecido, apenas Deus sabendo o que se passou”, fornece seu ponto de vista para a turbulência daquele momento:



[...] alguns homens argumentam que a diversidade de temperamentos nos ingleses é o motivo que provoca a discórdia da sociedade, que é mais instável na Grã-Bretanha do que em outros reinos, pois estrangeiros de todas as nações [*pays*] dirigiram-se para lá desde os tempos de Vortigern. Estes eram de condições diversas, e seus territórios eram desunidos de propósito, cada qual querendo ser um senhor, pois naqueles tempos o senhorio era adquirido não por meio da herança, mas através da Fortuna; e assim cada qual almeja por mudanças, imaginando a porção da qual tomaria posse [...]. É justo, assim, que uma nação com um só pensamento incline-se a manter as possessões de seus senhores, que não desejam nada além do bem da comunidade, e nem individualmente ambicionam qualquer outra coisa. Entre tal povo [*gent*] a discórdia é muito rara, ao menos no que se refere às mudanças nas posses de seus senhores, que seria sua maior desgraça [...]¹⁸⁵.

Por detrás da construção dessas narrativas, os cronistas buscavam criar estratégias para enfatizar o poderio e a influência da nobreza, e talvez a mais eficiente delas tenha sido traçar suas origens na memória coletiva, ou melhor, em uma tradição constituída sobre um passado ideal e que duplamente exerceu tanto funções exemplares para as gerações vindouras como apresentou questões pragmáticas para o presente¹⁸⁶. Assim, o levantamento da linhagem de seus pares e o registro de nomes e funções foram duas das fontes da memória nobiliárquica, nas quais a preocupação por enumerar o mais corretamente possível a ancestralidade normalmente enfatiza os ramos prestigiosos da árvore genealógica familiar, permitindo a pretensão de autoridade sobre uma determinada região ou mesmo sobre outros indivíduos.

185 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 27 – 54.

186 GEARY, P. **Phantoms of remembrance**: memory and oblivion at the end of the first millenium. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1994, p. 25 – 26.

Dentre as múltiplas funções apresentadas pela genealogia, estavam aquelas mais gerais, voltadas para o auxílio à memorização de datas e reinados pelos leitores, assim como buscavam enfatizar a suposta continuidade da linha sucessória real desde os tempos de Bruto. Havia também outra com interesses mais subjetivos, voltada para a associação entre o indivíduo e seus antepassados com a história do reino, sendo que todas essas funções são notadas com mais frequência em períodos de instabilidade política¹⁸⁷.

Thomas Gray aponta, no prólogo de sua *Scalacronica*, que delimitou sua escrita:



[...] a partir do início do mundo, a partir de nosso primeiro pai Adão, e toda sua linhagem, tão longínqua quanto remonta ao tempo de Enéias, o derradeiro ancestral de Bruto, o primeiro rei que povoou esta ilha, e cujos feitos, bem como de seus sucessores, ele [Thomas Gray] desejou relembrar, a partir do tempo em que a genealogia tornou-se acessível¹⁸⁸.

O cavaleiro, que desde o início de sua carreira bélica vivencia os conflitos contra os escoceses, tem no uso da genealogia um instrumento de deslegitimação das ações dos seus inimigos. Tomemos aqui o caso do reconhecimento da soberania do reino da Escócia. Desde Edward I, os monarcas ingleses pleiteavam sua submissão, colocando em cheque os pleitos dos nobres que clamavam tal direito. Edward III, em consonância com as ações de seu avô, desdiz sua própria decisão, tomada anos antes, de reconhecer a Escócia como um reino distinto e em igualdade de termos com a Inglaterra. O rei plantageneta quebra com o tratado firmado na década anterior, uma vez que “tal acordo [de paz com os escoceses] foi totalmente inaceitável para o rei, pois, devido à sua pouca idade [à época de sua assinatura], a rainha e [Roger] Mortimer foram os responsáveis por sua validação”. Essa, portanto, acaba por tornar-se a justificativa utilizada por Thomas Gray para o apoio de Edward III a Edward Balliol (1332 - 1336), período no

187 RADULESCU, R. L. Writing nation: shaping identity in medieval historical narratives. In: BROWN, P. (Ed.). **A companion to medieval english literature and culture, c. 1350 – 1500**. Chichester: John Wiley, 2009, p. 361 – 364.

188 GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 4.

qual a Escócia passa a ter dois reis, um reconhecido pelos escoceses e outro pelos ingleses.

Tal questão é relevante para a presente discussão sobre a função da genealogia nas crônicas, pois põe em pauta o período de composição da narrativa de Thomas Gray, escrita em meados da década de 1350¹⁸⁹, época em que David II, monarca reconhecido pelos escoceses, foi mantido prisioneiro pelos ingleses. Na *Scalacronica*, à genealogia é dada uma dupla significação pelo cavaleiro, pois, se por um lado, ela serve para traçar uma origem bem alicerçada do reino e dos reis da Inglaterra, isto é, originários de Bruto, este mesmo artifício, por outro lado, serve para desqualificar a origem da monarquia escocesa. Segundo Gray, “de acordo com as crônicas escocesas [as quais teve acesso enquanto fora prisioneiro], nunca houve algo tão difícil como determinar a linhagem correta de seus reis, que se extinguíam por completo dentro de três gerações em sequência”. Além disso, embora a linhagem sanguínea dos antepassados mais remotos fosse sabidamente traçada a partir “dos filhos de Gaidel, um nobre cavaleiro ateniense que tomou por esposa Scota, filha de um faraó”, os escoceses de seu tempo não descenderiam daquele casal, mas sim:



[...] de um dos filhos de um dos reis da Irlanda, [...] que foi para a mais remota região ao norte da Bretanha, onde, para além dos bre-
tões, ocupou aquelas terras e as denominou *Scotia*, em referência à
filha do faraó, embora seu reino de origem ficasse na Irlanda, bem
como sua língua e costumes¹⁹⁰.

Desse modo, o cavaleiro denota que os pleitos escoceses de seu tempo à um reino independente à Inglaterra e com seus contornos definidos ao norte do rio Forth não encontravam sustentação, e nem mesmo a de um monarca que não tenha qualquer vínculo de submissão vassálica para com Edward III, pois a ancestralidade de seus nobres e de seus direitos não pode ser assegurada de modo tão firme como a dos reis e da nobreza da Inglaterr-

189 O próprio cronista afirma que escreve a *Scalacronica* em 1355, porém, segundo Andy King, responsável pela edição e tradução atual do manuscrito, esse período estende-se entre 1355 e 1363, onde são feitas adições sobre eventos dos quais o cavaleiro teria participado ativamente.

190 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 10.

ra. Esse subterfúgio ao emprego direto da genealogia não é recorrente nas outras crônicas, porém nem por isso podemos dizer que aqueles cronistas descartassem o recurso ao delineamento das origens da nobreza, pois uma outra forma de apontar quem eram aqueles homens, ou melhor, qual a sua relação com as instâncias de poder dentro do reino, era a sua nomenclatura seguida pelo título que carregavam.

Na crônica de Jean le Bel, essa questão é notória quando se observa que, ao longo da narrativa, embora um bom número de indivíduos seja designado apenas por seus nomes, não há um rigor aparente na seleção de quem seria intitulado ou mesmo na delimitação dos porquês alguns serem enquanto uma ampla maioria não o é. Assim, enquanto homens dignos de reputação e que partilham da mesma posição têm seus nomes citados, como os reis Edward III, Philippe VI e David II, o duque Wenceslaus de Luxemburgo, os condes William Montagu¹⁹¹ e John of Hainault¹⁹², o mesmo não ocorre com outros homens em mesma posição, que são referidos apenas por seus títulos, como os reis de Portugal, da Espanha e de Navarra, o duque da Normandia¹⁹³, os condes de Flandres¹⁹⁴ e Mons¹⁹⁵, e mesmo o Imperador do Sacro Império, do qual Edward recebe o título de vicário¹⁹⁶.

Uma curiosa exceção é Jacob van Artevelde, que acede a certo reconhecimento em Flandres. Entretanto, embora sua influência seja tamanha, a ponto de Edward III negociar diretamente aquele indivíduo a fim de obter a aliança dos homens daquela região, sua origem não nobre é denotada por Jean le Bel, ao dizer que ele era “um antigo produtor de hidromel que adquiriu prestígio e apoio popular por toda a região”. Desse modo, ainda que seja um indivíduo com poderes, a ponto de “ninguém, por maior que fosse seu status, se atrever a opor-se às suas ordens”¹⁹⁷, sua inserção na crônica ganha destaque por tratar-se de alguém com origens indefinidas, mas

191 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 101 - 124.

192 Ibid., p. 50.

193 Ibid., p. 101 - 124.

194 Ibid., p. 170.

195 Ibid., p. 256.

196 Ibid., p. 75.

197 Ibid., p. 69.

sobre quem o cronista provavelmente teria acedido a mais informações, e com mais frequência do que nobres de regiões mais distantes. Quando comparamos o modo como são descritos os indivíduos específicos naquela passagem, que poderia ser substituída por praticamente qualquer outra da crônica no sentido de fornecer exemplos da estruturação do texto, notamos que somente três indivíduos são denominados: além de Edward III e Jacob van Artevelde, o outro é “Siger de Courtrai, um *banneret*, [...] considerado o cavaleiro mais cortês e de reputação em Flandres [...]”¹⁹⁸. Em uma crônica em que os saberes cavaleirescos são um dos aspectos mais significativos da narrativa, essa inicialmente poderia ser pensada como uma razão para a lembrança do nome de Siger de Courtrai, enquanto Jacob van Artevelde, apesar de aliado dos ingleses, é lembrado por suas ações fora da lei, em especial o assassinato de seus opositores, “independentemente de sua posição [*rank*]”¹⁹⁹.

Essa suposta falta de um mecanismo claro para denominar os indivíduos é um tipo de prática igualmente adotada na crônica do Anônimo de Canterbury. Embora não seja um dos documentos ao qual damos destaque, vale ressaltarmos brevemente que tais elementos também ali são encontrados. Ao longo de sua narrativa, são citadas listas relacionadas a mortos, feridos e capturados em batalha, das quais elencamos suas principais informações no seguinte quadro esquemático:

198 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 70.

199 Geoffrey Le Baker também partilha dessa forma de conceber a narrativa sobre não nobres. Merece destaque especial seu relato sobre a morte de *Sir Thomas Dagworth* (1276 – 1352), que fora derrotado por um grupo liderado por Raoul de Cahors, “um cavaleiro, porém filho de um sapateiro [...]. Mesmo com cinco flechas curtas (*bolts*) cravadas em seu rosto [...], ele [Thomas Dagworth] recusava render-se a um filho de sapateiro [...]. Mas o filho do sapateiro, quando regojizou de um triunfo do qual mesmo um grande príncipe dificilmente seria digno, atraiu para si a inveja dos franceses e o ódio de todos os bons cavaleiros”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 69.

===	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO TÍTULO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME E TÍTULO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME E PARENTESCO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO TÍTULO E PARENTESCO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO PARENTESCO
Capturados antes e depois da batalha de Poitiers (1356) ²⁰⁰ (1ª lista)	0	28	7	1	5	0
Mortos na batalha de Poitiers (1356) ²⁰¹	0	12	9	0	0	1
Reféns mantidos pelos ingleses. Tratado de Brétigny (1360) ²⁰²	0	21	4	0	0	0
Capturados na batalha de Poitiers (1356) ²⁰³ (2ª lista)	0	15	1	0	0	0
Homens ligados a delimitação dos termos do tratado de Brétigny ²⁰⁴	3	1	19	0	0	0
Magnatas do reino da França ligados a assinatura do Tratado de Brétigny ²⁰⁵	0	1	9	0	0	0

200 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 23.

201 *Ibid.*, p. 25.

202 *Ibid.*, p. 83.

203 *Ibid.*, p. 85.

204 *Ibid.*, p. 103.

205 *Ibid.*, p. 107.

===	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO TÍTULO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME E TÍTULO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO NOME E PARENTESCO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO TÍTULO E PARENTESCO	INDIVÍDUOS MENCIONADOS PELO PARENTESCO
Capturados e mortos após a batalha entre John de Montfort e Charles de Blois (1364) ²⁰⁶	0	16	14	0	0	0
Capturados na batalha de Nájera (1367) ²⁰⁷	18	8	9	4	0	0
Mortos na batalha de Nájera (1367) ²⁰⁸	5	0	1	0	0	0
Total	26	102	73	5	5	1

O objetivo que conduz essas listas é o registro daqueles que foram mortos, feridos e capturados após importantes batalhas, mas também daqueles que tiveram seus nomes registrados para auferirem um peso maior ao documento do Tratado de Brétigny, o mais significativo assinado entre ingleses e franceses durante o período de conflitos abrangido pela crônica, isto é, entre 1346 e 1365. A primeira evidência que pode ser notada a partir deste breve levantamento é o grande número de indivíduos citados apenas por seus títulos (102, ou 48,11% do total), ponto que está em consonância com a crônica de Jean le Bel. Na sequência, com 73 ocorrências (ou 36,79% do total), estão os nobres delimitados não apenas por seus títulos, mas também por seus nomes, pois em um período de atividades marciais intensas há muitos casos registrados de regiões administrativas que tiveram seus mandatários substituídos em decorrência da sorte na guerra. Desse modo, o que pudemos observar é que nem sempre o nome do indivíduo é lembrado, pois, em uma analogia com os dois corpos do

206 O cronista aponta que a lista se refere aos capturados e mortos, porém não distingue os nobres que se encaixam em qual das duas categorias.

207 **CHRONICON** *anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365*. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 151.

208 *Ibid.*, p. 155.

rei²⁰⁹, pode-se dizer que aqueles homens também tinham dois corpos: o do homem público, portador de um título governativo e honorífico, como conde ou barão, legado de eras anteriores e recebido para um membro da nobreza; e o do homem comum, que sofreria os reveses “da frágil natureza humana”²¹⁰. De acordo com os dados levantados, para os cronistas, a rememoração do título que um indivíduo portava parece ter sido mais digna, ou até quem sabe viável, justamente pela inconstância e brevidade do tempo de vida daqueles homens; uma das possíveis razões para que a nobreza, de forma geral, empregasse *sergeants*²¹¹ para carregarem seus estandartes em campo de batalha.

Entretanto, se a memória trata de algo dentro de um tempo definido, a própria configuração desse tempo não escapou ilesa às armadilhas do esquecimento. Na descrição dos nobres franceses que seriam mantidos cativos até o pagamento do resgate do rei Jean II da França, presente no Tratado de Brétigny, o cronista demonstra sua incerteza em relação a dois prisioneiros, que poderiam ser “o conde de Blois *ou* seu irmão; o conde de Alençon *ou* meu senhor Peter de Alençon, seu irmão”²¹². Tal incerteza pode ter sido motivada inicialmente pela informação advinda de forma oral a seu conhecimento, a partir da qual não seria possível afirmar de quem se tratava para além de seu título. Contudo, no caso de um tratado que poria fim às animosidades de quase três décadas entre os dois reinos, o mais provável é que, na incerteza sobre quem de fato teria sido feito cativo, o cronista tenha preferido manter-se fiel à cópia do documento ao qual acedera.

Seja como for, uma hipótese para esse tipo de ocorrência em duas crônicas, isto é, a do Anônimo de Canterbury e a de Jean le Bel, é a de que seus compositores teriam tencionado registrar o mais fielmente quanto puderam os eventos a partir dos relatos a que tomaram conhecimento, em que nem sempre seria possível recordar com exatidão quem ocupou qual posição. Devemos considerar que, para além do fato de que a escrita

209 KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

210 *Ibid.*, p. 23.

211 Nesse contexto, o termo *sergeant* refere-se a um indivíduo que prestava auxílio ao cavaleiro no campo de batalha e também carregava o estandarte de seu senhor. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 255.

212 **CHRONICON** *anonymi cantuariensis*: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 83.

poderia ocorrer anos depois do fato narrado e o nome do indivíduo que ocupava tal posição na época não tivesse chegado ao conhecimento do cronista, os conflitos contra os franceses tiveram uma proporção bem maior do que aqueles contra escoceses e galeses, e seu registro em tais narrativas se deu pelo ajuntamento de informações esparsas cronológica e espacialmente. Além disso, os manuscritos medievais – e as crônicas não seriam uma exceção – eram fluidos, mutáveis, sujeitos ao que se designa *mouvance*, ou seja, eles são transformados conforme são passados de escriba para escriba, com mudanças que vão desde os erros acidentais a que estavam sujeitos nas mãos de profissionais menos competentes até a adição ao seu corpo de informações que o escritor anterior não teria tido acesso, e ainda a comentários realizados em suas margens²¹³. Todos esses fatores, quando levados em consideração conjuntamente, auxiliam-nos a entender o grande número de registros de títulos em detrimento da especificação de quem os portava no momento a que a narrativa se refere.

Contudo, também é possível supormos que, pelo fato de as crônicas serem direcionadas para membros do público descrito na narrativa, por si só o fato de suas ações ali figurarem já seria um elemento que destacaria sua posição naquela sociedade, sem a necessidade da constante retomada das suas origens. Cabe lembrarmos que os cronistas escrevem tanto sob os auspícios de homens que dedicam boa parte de sua carreira bélica em apoio a Edward III, ou mesmo sob contato direto com alguns daqueles guerreiros; e, no caso específico de Thomas Gray, ele é um daqueles indivíduos. Isso faz com que tenham acedido, em maior parte, aos contatos com nobres ligados aos ingleses, que permitiriam uma rememoração seletiva e mais propensa à lembrança de nomes entre seus pares e aliados do que entre seus inimigos, lembrados em muitos casos apenas pelos títulos.

De qualquer modo, atrás da ênfase dada à genealogia por aqueles cronistas estava o desejo de traçar a fonte de autoridade da nobreza baseada na perpetuidade de suas origens, que, uma vez respeitada, manteria a ordem social intacta. Tais posições, portanto, estariam em conformidade com a forma do período de conceber aqueles que estão no poder como efêmeros, ao passo que seus títulos, fontes de seu direito ao comando, estariam

213 CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008, p. 12.

ligados à perpetuidade. Entretanto, essa questão do lembrar-se coloca em pauta o papel da escrita e da oralidade naquele momento, pois, afinal, as crônicas laicas são objetos escritos que auxiliam na formulação de uma memória nobiliárquica²¹⁴. Em que medida, portanto, a capacidade de composição, ou ao menos de leitura e acesso às mesmas, auxilia na seleção do que foi escolhido para ser registrado em seus fólios? Observaremos, no tópico a seguir, a relação entre oralidade e escrita no reino inglês trecentista e sua relação direta com a produção cronística naquele contexto.

2.3 DIFUSÃO DA HISTÓRIA: ENTRE A ORALIDADE, ESCRITA E LEITURA

No último quarto do século XIV, o escocês John Barbour (c. 1320 – 1395) compõe uma das mais significativas crônicas daquele reino. Em sua narrativa intitulada *The Bruce*, uma crônica em tributo a Robert Bruce, monarca falecido décadas antes e com forte ligação a eventos seculares de seu momento de composição²¹⁵, o cronista, assim como seus correlatos ingleses, busca explicitar as razões para o seu fazer dentro de um lugar comum da escrita histórica no período:



Histórias são agradáveis de serem lidas, mesmo se não forem mais do que fábulas. Assim, histórias verdadeiras, se bem contadas, oferecem prazer redobrado para o ouvinte. O primeiro prazer é o conto por si próprio, e o segundo é a verdade ali presente, que demonstra o acontecimento do modo como foi. Assim, verdades salutares à mente dos homens são prazerosas a seus ouvidos [...]. Desse modo, [...] colocarei em forma escrita um conto verdadeiro, para que daqui por diante permaneça na memória, para que nenhum período de tempo o destrua, e nem ocasione em seu esquecimento²¹⁶.

214 DAVIES, R. R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 33 - 35.

215 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. 80 – 83.

216 BARBOUR, J. **The Bruce: being the metrical history of Robert the Bruce, King of Scots**. Compiled A.D. 1375, by Master John Barbour; translated by George Eyre-Todd. London: Gowans & Gray, 1907, p. 1.

O que nos chama atenção nas palavras de Barbour é, especialmente, o fato de que reconheça que a história possa vir a ser ouvida, mas afirma que ela tão somente estará segura após ter sido registrada em um suporte escrito, garantindo sua perpetuação para gerações vindouras. Até o presente momento, tratamos desta preocupação com a posteridade como um dos elementos-chave para a escrita histórica trecentista, porém ainda não relevamos um de seus fatores mais significativos, isto é, as formas de sua transmissão. Uma vez que, tanto informações advindas de relatos de oralidade como de outros documentos escritos são aceitas em variadas medidas por todos aqueles cronistas, cabe pensarmos até que ponto se verifica tal receptividade, ou melhor, se aqueles cronistas elencam informações obtidas através de ambos os meios em um mesmo patamar ou ao menos, em algum momento, alegam fazê-lo.

Essa questão encontra-se intimamente ligada à função memorialista do texto, como Barbour aponta, para que, segundo a visão dos homens contemporâneos, ele não defina perante as intempéries do tempo. Uma vez que sua retenção era pretendida por todos os elementos da sociedade, a oralidade continua a desempenhar um papel importante nesse sentido, muito embora a tecnologia da escrita encontrasse cada vez mais adeptos na Inglaterra trecentista²¹⁷. Logo, se por um lado, esperava-se que indivíduos como os jograis realizassem suas performances para as cortes com o conhecimento de épicos e poemas que retivessem em sua memória²¹⁸, por outro, administradores locais se esforçavam para manter um registro material do cômputo de valores das transações comerciais tão confiável quando possível²¹⁹, assim como se observou, concomitantemente, um avultante número de indivíduos com formação monástica e/ou universitária, mestres no domínio da produção escrita em comparação a períodos anteriores²²⁰.

217 CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066-1307. Oxford: Blackwell, 1993, p. 254.

218 CHAYTOR, H.J. **From script to print**: introduction to medieval literature. New York: October House, 1967, p. 115 – 116.

219 WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 29 – 39.

220 VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 91.

Até a introdução da prensa tipográfica na Inglaterra, em meados de 1476, por William Caxton²²¹, a oralidade e a escrita convivem lado a lado, porém em níveis variáveis nas diversas regiões e instâncias do reino. Isto ocorre porque, mesmo com a produção crescente de textos escritos a partir do final do século XI, as sociedades medievais, dentre as quais a inglesa não seria exceção, não fiam inteiramente na escrita, pois associam a identificação da memória oral com a ideia de um elemento ligado à formação de virtudes morais, em que a produção escrita, ou melhor, da documentação que a portava, era compreendida como um método auxiliar na sua retenção, e não uma substituta para a mesma²²².

No reinado de Edward III, a preocupação com a transmissão de informações não se deu apenas no âmbito do aumento da produção escrita fora dos mosteiros para fins meramente administrativos, e interessa-nos agora observar como a oralidade e escrita se sobrepõem na composição cronística daquele momento. Se a ordenação cronológica e o registro em forma de prosa tornam o texto mais verdadeiro para aqueles cronistas, como vimos no capítulo anterior, interessa-nos aqui elencar de que maneira informações advindas das formas escrita e oral, ou ao menos assim anunciadas pelos cronistas, tornam-se elementos que conferem credibilidade entre aqueles que as leem, ou seja: é possível mensurarmos se uma se sobrepõe à outra na prática da retenção da memória, bem como na posterior credibilidade supostamente auferida por elas ao leitor/ouvinte?²²³

Nesse sentido, são comuns as assertivas dos cronistas de que “ouviram falar” ou “lhes fora relatada” uma informação qualquer por outrem, e que por isso cabe-lhes registrá-la em seu texto. Entretanto, por detrás dessas alegações, deve ser considerado o que tornava meritório um certo tipo de informação em detrimento de outras, pois, como já vimos anteriormente, todos eles teriam acesso a uma ampla gama de contatos que lhes teciam relatos. Jean le Bel menciona John of Hainault como uma das principais fontes de informação em sua crônica, juntamente com outros nobres de

221 MATHESON, L. M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J. T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources**: using historical sources to discover medieval Europe. London: Routledge, 2012, p. 24.

222 CARRUTHERS, M. J. **The book of memory**: a study of memory in medieval culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 156.

223 GALLOWAY, A. Writing history in England. In: WALLACE, D. (Ed.). **The Cambridge history of medieval english literature**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008, p. 257.

reputação. Durante seu relato acerca da batalha de Crécy, ele interrompe sua detalhada narrativa sobre as manobras realizadas pelos ingleses para informar seu leitor/ouvinte de que:



Descrevi tão precisamente quanto pude, de acordo com o relato feito a mim por meu senhor e amigo *Sir John of Hainault* por seus próprios lábios [...] e também de outros 10 ou 12 cavaleiros e acompanhantes de seu séquito [...]. Do outro lado [isto é, dos ingleses], ouvi relatos similares de diversos cavaleiros ingleses e germânicos que lá estiveram presentes²²⁴.

O recurso às testemunhas presentes no local do acontecimento exige o cronista de quaisquer erros ou “falsidades” que pudessem vir a ser confrontadas posteriormente, mas também aponta para possíveis intencionalidades do mesmo, uma vez que a informação foi inserida no corpo de seu texto por ter sua veracidade certificada, graças ao acesso às narrativas de ambos os lados e que dizem ser análogas, muito embora não tenha feito referências a quais seriam tais textos. Não obstante, Jean le Bel emprega frequentemente verbos como “contar” (*tell*)²²⁵ e “ouvir” (*hear*)²²⁶ para referir-se a como chegou a conhecer determinados fatos, ou seja, há um intercâmbio entre o uso de ambos os termos, indicando que a narrativa poderia tanto vir a ser lida como recitada²²⁷.

O uso da oralidade, entretanto, nem sempre é observado como um elemento de precisão na composição do relato, uma vez que, ao longo da crônica, Jean le Bel demonstra preocupação por não poder afirmar com exatidão o que ocorreu. Na transferência do rei Jean II²²⁸ da Gasconha para o castelo de Windsor, o cronista é enfático ao delimitar que tomou conhecimento daquele fato, mas “não sabe como isto aconteceu ou como os nobres gascões deram seu consentimento, mas o rei Jean ainda estava

224 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 181.

225 Ibid., p. 42.

226 Ibid., p. 61.

227 GELLRICH, J. M. **Discourse and dominion in fourteenth century**: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry. Princeton, N. J: Princeton University Press, 1995, p. 3 – 38.

228 João II.

lá [em Windsor] enquanto estas palavras estavam sendo escritas”²²⁹. Essa apreensão não impede o clérigo de Liège de reportar informações mais ou menos precisas em boa parte das vezes em que assevera não estar certo de particularidades acerca do que narra, porém, em determinadas ocasiões, ele afirma que, devido à incerteza daquilo a que acedeu, se recusará a continuar escrevendo sobre o assunto e, portanto, se calará “por não saber o suficiente”²³⁰.

O uso desse tipo de recurso, observado com mais incidência em sua crônica, é uma indicação de que a oralidade naquele período é aceita como um elemento constituinte da narrativa, ou melhor, em muitas situações o cronista atesta a veracidade das informações relatadas, considerando a fidedignidade da palavra de seu informante. Assim, se o relato oral, antes de tomar corpo na forma escrita pelas mãos do cronista, já tinha importância no processo de elaboração do passado e do presente, agora encontra no suporte escrito um meio que aumentará suas chances de disseminação e perpetuação entre a nobreza, isto é, ao invés de serem formas concorrentes, elas são complementares.

Dessa forma, essa suposta fiabilidade da palavra ouvida apresentada por Jean le Bel, ao escrever sobre eventos que ainda ocorrem durante o desenrolar de sua atividade narrativa, parece ter sido igualmente cara a Thomas Gray que, para além de conceber sua importância, admite a impossibilidade de lidar com a vultuosa quantidade de informações a que tem acesso, e assim indica a necessidade da seleção para o que viria ou não a compor sua narrativa. Ao também escrever sobre eventos ocorridos entre 1358 e 1359, o condestável do castelo de Norham atenta para o grande número de homens de origens diversas que se dirigem até a França para juntarem-se a Edward III. Mesmo tendo participado desta campanha e, portanto, observando diretamente parte dos eventos aos quais viria a narrar, ele próprio enfatiza que “ninguém seria capaz de recontar os feitos que lhes recaíram [aos ingleses] naqueles tempos [na campanha em questão] [...], e [portanto, tais feitos] não foram inclusos neste relato, [...] bem como não foi possível detalhar as batalhas quando ocorreram, em razão de

229 BEL, J. *The true chronicles of Jean Le Bel*: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 229.

230 Ibid., p. 83.

sua variedade”²³¹. Ao deparar-se com a impossibilidade de registrar tudo o que ocorreu naquele conturbado período, Thomas Gray não se exime de tentar fazê-lo²³². Após uma breve justificativa, na qual aponta que “algumas notáveis batalhas foram omitidas da narrativa deste livro no tempo em que ocorreram, pois já haviam sido escritas, e assim tomo por certo que devam ser descritas em outra parte”²³³, o cronista insere um pontual “resumo” de informações sobre acontecimentos bélicos ocorridos desde 1341 até o período presente, por volta de 1358 e 1359, e finaliza com a assertiva de que, mesmo após tal esforço, “nem todas as batalhas foram registradas cronologicamente quando se sucederam; e ainda estão para serem assinalados [os nomes] daqueles que se reuniram [na Gasconha] em razão da trégua [de Brétigny]”²³⁴.

Ao que parece, para o cavaleiro, os relatos ouvidos anteriormente estão em um mesmo patamar que os registros escritos, pois, se por um lado, um dos principais meios para a obtenção de informações era pelo que ouvira de outros pares, por outro, Thomas Gray não abre mão de tentar ajuntá-los cronologicamente por meio da escrita. Essa simultaneidade entre os usos da narrativa escrita e oral é comum naquelas três crônicas, pois, se era pouco provável que seus responsáveis não estivessem presentes nos eventos que relatam, era preciso encontrar um meio de abordar o que ali se passou. Desse modo, ao se depararem com tal impedimento, acabaram por realizar uma descrição genérica do que poderia ter se passado. Cada um deles, entretanto, faz uso das informações que possui ou que acredita serem compatíveis com aquelas advindas do local do conflito, além do uso do conhecimento técnico da profissão de armas que lhe auxiliie em uma descrição mais pormenorizada do evento. Logo, muito embora partilhassem do uso de ambas as formas de obtenção de dados, isto é, da oralidade e da escrita, por equivalerem como meios fiáveis, a escolha de uma poderia preferir a outra, senão inteiramente, pelo menos em certa medida. O Anônimo de Canterbury, que compôs sua crônica em um local favorável

231 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 90 – 91.

232 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 8 – 10.

233 GRAY, T. op. cit., p. 92.

234 Ibid., p. 96.

à obtenção de detalhados relatos orais sobre as ações guerreiras, decidiu não prolongá-los, mas restringir suas descrições a passagens sucintas, como aquela feita sobre o que ocorrera em Poitiers:



Na segunda-feira, 19 de Setembro do ano de nosso senhor 1356, quando o supracitado príncipe [Edward, o príncipe negro] estava com seus vinte e seis anos, uma feroz e prolongada batalha foi travada entre ele e o senhor Jean, auto denominado rei da França, no campo próximo a Poitiers, e em cuja batalha o dito príncipe possuía apenas 3 mil *men-at-arms*²³⁵, mil arqueiros e outros mil *sergeants*²³⁶.

Tal decisão, em parte, está conectada com o próprio estilo e concepção sobre o fazer da história daquele cronista, dados os seus mais fortes vínculos com uma instituição clerical. Isso significa dizer que sua crônica, embora repleta de eventos ligados ao século e abordados sob uma perspectiva díspar dos seus correlatos monásticos, preocupa-se antes em “inventariar” os eventos e indivíduos dele participantes, isto é, em elencar e registrar quem participou de momentos por ele considerados importantes e quais os resultados dessa participação, relegando a segundo plano as descrições de como o fato ocorrera. Assim, ao Anônimo, mesmo que lhe fossem reportados os sucessos ingleses no continente ou contra os escoceses por homens que lá estiveram, como Thomas Gray, aquele cronista não abriu mão do ordenamento de seu texto através da cópia literal de documentos escritos justamente pela função memorial de sua narrativa.

O recurso do testemunho oral, ou melhor, a indicação de que determinadas informações foram assim transmitidas ao cronista, foi um importante instrumento para a concepção da narrativa de Geoffrey le Baker. Ele aponta para vários momentos em que observadores contam-lhe eventos diversos²³⁷, mas que, de qualquer modo, devem ser analisados com cautela,

235 O termo *man-at-arms* é empregado para indivíduos advindos da nobreza e que aspiravam tornarem-se cavaleiros (*knights*), mas que, em geral, atuavam como guerreiros profissionais, bem treinados e armados, sob a expectativa do recebimento de estipêndios e por tempo determinado. Seu status os colocava abaixo de outros homens com títulos mais proeminentes, como os próprios *knights* e *bannerets*. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 189.

236 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 21.

237 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 44; 68.

pois dentro de seu contexto de produção é possível que tenham sido elaborados em certo tom de desconfiança ou mesmo rivalidade entre seu senhor e outros nobres²³⁸. Nesse sentido, ganha destaque uma escaramuça ocorrida próxima a Calais, em 1351, entre ingleses e franceses, a qual poderia ser uma mera trivialidade em uma crônica recheada de relatos similares, não fosse o comentário em tom duvidoso de Geoffrey le Baker salientando que “o inimigo não teria prevalecido contra eles [os ingleses], caso possamos mesmo acreditar naqueles que lá estiveram”²³⁹. Outros indícios que podem nos auxiliar a compreender o peso entre os testemunhos orais e escritos são o que denominamos “relatos exclusivos”, isto é, trechos da narrativa que não são encontrados em outros documentos do período. Não podemos determinar em que medida estes relatos são de fato “inéditos” àquelas crônicas, sob uma acepção moderna, pois podem ter sido retirados de outros documentos coetâneos que se perderam ou mesmo terem circulado oralmente por certo tempo em determinadas localidades. De qualquer modo, a exclusividade a que nos referimos advém de detalhes específicos elencados pelos cronistas ao descreverem certos eventos menores, por assim dizer, e que estão inseridos em momentos de maior repercussão naquela sociedade e, justamente por isso, podem ter despertado mais interesse dentre seus coetâneos.

Um exemplo de tais relatos é aquele fornecido por Geoffrey le Baker sobre o cerco a Calais em 1346. Reportado com mais ou menos ênfase em outras crônicas coevas pela importância que sua tomada representou, a narrativa de sua aquisição pelos ingleses era motivo de prestígio para seus realizadores, uma vez que tornou-se um exemplo de seu poderio frente aos franceses, tendo em vista seu uso posterior como uma base para que se pudesse descarregar mantimentos e movimentar tropas entre o continente e a ilha²⁴⁰. Todavia, seu cerco perdurou mais de um ano, e Geoffrey le Baker descreve os momentos finais anteriores à sua rendição com detalhes não

238 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. 11; GELLRICH, J. M. *Discourse and dominion in fourteenth century: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry*. Princeton, N. J: Princeton University Press, 1995, p. 127.

239 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 100.

240 PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 318 – 319.

encontrados em outros relatos coevos, o que nos faz inferir que tenham sido colhidos através de uma testemunha ali presente:



Enquanto isso, aqueles sob cerco fizeram sua condição conhecida ao tirano francês através de sinais. Quando o tirano chegou, eles colocaram seu estandarte na torre principal do castelo [...]. Após o entardecer, entre um grande estardalhaço de pessoas gritando e de trompetes e tambores [...], eles atiraram em direção ao céu uma chama bem iluminada de uma torre no lado da cidade frente ao exército francês [...]. Na segunda noite, lançaram um sinal similar [...], e na terceira, uma centelha [...], e desse modo as pessoas mostravam que sua força para salvar a cidade estava terminada [...] ²⁴¹.

Difícilmente essa demonstração para atrair a atenção do monarca francês teria passado despercebida de homens que estiveram engajados no cerco, mas por que apenas Geoffrey le Baker a relata? Ou melhor, por que ela foi inserida naquela crônica e não nas demais? Não podemos fazer mais do que conjecturar hipóteses para elucidar tal questionamento, que vai desde um relato exclusivo do homem de Swinbrooke até a possibilidade de que, dentre outros cronistas que teriam tido acesso a tal informação, Geoffrey le Baker foi o único cuja narrativa sobrevive atualmente; ou mesmo, por razões diversas, teria sido o único a ter decidido relatá-la. Dessa forma, seja qual for o motivo pelo qual ela consta em sua crônica, o certo é que ela é um indicativo de que, apesar dos eventos a que foi atribuída maior relevância, como o cerco à cidade, e que foram amplamente divulgados tanto oralmente como nos documentos produzidos nas zonas de conflito, poderiam fazer com que sua narrativa ganhasse maior credibilidade ao elencar fatos mais precisos, desde que inseridos tanto no universo de possibilidades de fatos costumeiros ocorridos em locais de conflitos como também dentro dos esquemas de ideias que perpassavam a composição cronística do período ²⁴².

241 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrooke**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 79.

242 ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 22.

Isso significa dizer que Geoffrey le Baker pode, em um primeiro momento, ter lido, vivenciado ou ao menos ouvido falar sobre esse tipo de prática em outros relatos de fortalezas sitiadas²⁴³, e então ter realizado sua exposição a partir da dedução do que era um comportamento esperado de homens e mulheres em situação de sítio. E seu público-alvo, mesmo que presente no cerco à cidade, poderia entender tal relato como aceitável, uma vez que cada narrativa cronística fornece uma dentre as múltiplas perspectivas possíveis para a narração de um fato. Isso se torna possível pois não é incomum que tais “eventos exclusivos” normalmente sejam relacionados ao cerne esquemático da crônica, isto é, em uma crônica clerical, em que eventos ligados à temáticas partilhadas entre seus escritores e leitores/ouvintes, como o sobrenatural e a atuação divina nos afazeres humanos, ganham destaque, enquanto em crônicas de orientação secular, como a de Geoffrey le Baker, eventos ligados à guerra recebem um enfoque maior²⁴⁴.

Apelar ao testemunho de indivíduos que teriam estado no local onde o evento ocorreu era uma estratégia corrente entre os escritores do período, que a empregavam com a finalidade de alcançar a confiança do destinatário de sua crônica. De qualquer forma, antes de entrarmos propriamente na relação entre o cronista e o público-alvo, devemos salientar que o elemento escrito não serviu tão somente como suporte para o registro de dados advindos da oralidade. Uma das características marcantes das crônicas seculares é o emprego sistemático de documentação, principalmente aquela voltada para fins burocráticos, como vinha ocorrendo em grande medida desde a composição do *Domesday Book* (Livro do Julgamento, em tradução livre), o livro cadastral feito sob ordem de William, o Conquistador (c. 1028 – 1087), nos anos de 1085 e 1086²⁴⁵. Com o intuito de mensurar e registrar os bens de seus novos súditos, os agentes do monarca normando percorreram partes do reino realizando um levantamento considerado vexatório, pois a palavra oral do vassalo, até então intimamente atrelada à sua honra, paulatinamente deixa de ser tomada como digna de crédito por seu

243 FLORI, J. **Caballeros y caballería en la edad media**. Traducción de Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001, p. 160 – 162.

244 STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 12.

245 COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 104.

senhor, que passa a se fiar principalmente na palavra escrita. Da geração de Henry III (1207 - 1272) para a de Edward I (1239 - 1307), observa-se que o uso de testemunhos orais como método para obtenção de informação e atestação da verdade passa a concorrer com a consulta permanente de registros oficiais, tendo sido o próprio *Domesday Book* copiado em vários cartulários²⁴⁶ e, provavelmente, em crônicas, mesmo que de forma fragmentária ou complementar às narrativas que visaram confirmar direitos nobiliárquicos sobre questões variadas.

É inegável que os testemunhos orais continuaram a exercer influências sobre as relações cotidianas, como por exemplo nos juramentos de vassalagem, que ainda eram feitos dessa forma²⁴⁷, e igualmente tinham seu lugar como uma das principais fontes de informação dos cronistas. Contudo, uma grande massa documental é produzida com finalidades amplas, majoritariamente administrativas, servindo para regulamentar e gerir em instâncias diversas as relações entre os homens no espaço do reino²⁴⁸. Novamente, assim como no uso da oralidade, é impossível mensurarmos a dimensão ocupada pela escrita naquele momento, mas é possível que o uso simultâneo dessas formas paralelas de transmissão de conhecimentos e informações tenha caminhado por séculos de forma ambígua, pois a escrita, por muito tempo circunscrita ao círculo monástico, pode ter levado algum tempo até alcançar um status de confiabilidade, fazendo com que o modo oral de transmissão de informações tenha sobrepujado o texto escrito por um período substancial²⁴⁹.

Entretanto, do século XII ao XIV, nota-se um aumento significativo na quantidade de material escrito, devido à separação gradual entre as escolas e os mosteiros, bem como o aumento do uso da burocracia, que por sua vez necessitava cada vez mais de indivíduos com domínio das técnicas de escrita e leitura²⁵⁰. Com esse índice em crescimento, observou-se

246 CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066 – 1307. Oxford: Blackwell, 1993, p. 34.

247 STONES, E. L. G. (Ed.). **Anglo-Scottish relations 1174 – 1328**: some selected documents. Oxford: Clarendon Press, 1970, p. 127.

248 CLANCHY, op. cit., p. 6.

249 Id. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981, p. 117. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

250 VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 145 – 146.

que, após o período da Peste Negra, isto é, entre meados de 1348 e 1358, ao menos o conhecimento rudimentar da escrita tornou-se desejável, a ponto de, no final do século XIV, os membros da guilda dos *stationers*²⁵¹, em Londres, receberem permissão para trabalharem aos domingos com a finalidade de satisfazerem a demanda por livros²⁵², pois, já por volta de 1400, “a principal diferença entre a corte e a crescente burguesia era a do gosto literário, e não da capacidade de leitura”²⁵³. Assim, a partir do século XIII, o emprego de documentação é observado, nem sempre igualmente, em regiões da Inglaterra e mesmo da Escócia, onde são utilizados rotineiramente não somente pela nobreza cortesã e o alto clero, mas por leigos em transações de naturezas diversas²⁵⁴.

Ao que tudo indica, a escrita da história por indivíduos ligados ao mundo laico não permaneceu alheia a tais transformações. A autoridade na narrativa dos fatos passa a ser partilhada também entre nobres e burgueses, que desenvolvem métodos de seleção e acesso à documentação ainda não totalmente independentes daqueles dos clérigos, mas que ao menos apresentam suas próprias particularidades. No século XIV, o uso da escrita por membros da elite guerreira para disseminar seus conhecimentos acerca do fazer bélico ou mesmo suas memórias sobre o que vivenciaram em campo de batalha não era uma novidade, embora ainda não tivesse um grande número de adeptos. Em terras francesas, o afamado cavaleiro Geoffroi de Charny (c. 1306 – 1356) escreveu um manual sobre sua profissão de armas, conhecido como “Livro dos Saberes Cavaleirescos” (*Livre de Chevalerie*), com a finalidade “de examinar as várias situações [inerentes à profissão] dos *men-at-arms*, tanto do passado como do presente, [...] para que aqueles com gana de alcançarem as maiores honras sejam capazes de

-
- 251 O *stationer*, ou *stationarius*, era um comerciante que lidava com a cessão de manuscritos, principalmente textos universitários que eram emprestados, sob o pagamento de uma certa quantia, para estudantes que desejavam copiá-los. Tais manuscritos deveriam ser autenticados por um responsável ligado à universidade, e caso fossem encontradas irregularidades no texto, o material daquele comerciante poderia ser destruído, bem como não lhes era permitido vender para ninguém que pudesse lucrar com seu conteúdo. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D. S. Brewer, 2004, p. 265.
- 252 CAIE, G. D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G. D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008, p. 19.
- 253 BRIGGS, C. F. Literacy, reading, and writing in the medieval west. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 26, n. 4, 2000, p. 401.
- 254 NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010, p. 83.

fazê-lo [...]”²⁵⁵. Entre os ingleses, Thomas Gray e o heraldista do cavaleiro John Chandos parecem ter sido os únicos indivíduos ingleses dedicados à escrita da história no século XIV, e o primeiro destacou-se em suas funções marciais e nobiliárquicas, além de sua *Scalacronica* demonstrar evidências de que possuía o domínio sobre conhecimentos clássicos, partilhava dos saberes e interesses sobre a escrita da história e não se fiava apenas na oralidade como meio de transmissão de informações.

Ao longo do século XIV, a capacidade de leitura difunde-se nos meios nobiliárquicos e muitas das relações cotidianas, como as transações legais, passam a ser legitimadas pela forma escrita e simbólica, como no caso das *indentures*²⁵⁶. Não foi incomum, desse modo, que documentos relacionados à história da família, normalmente contendo informações relacionadas a posses e direitos sobre bens e pessoas, se apresentassem não apenas na forma do texto escrito, mas também fossem amparados pela presença de algum objeto físico de origem ancestral que corroborasse com as informações ali contidas, como os selos de cera, armamentos e relíquias de santos atribuídas a seus antepassados. No reinado de Edward I, John, conde de Warenne (1231 - 1304), apresentou uma espada enferrujada durante o julgamento que colocava em dúvida a posse de suas terras e, após ser questionado sobre com que direitos (*quo warranto*) as tinha sob seu poder, o mesmo teria respondido à corte, segundo um cronista contemporâneo:



Olhem para isto, meus senhores, esta [espada] é minha prova [*warrant*]! Meus ancestrais vieram com William, o Bastardo, e conquistaram suas terras com a espada, e pela espada as defenderei de qualquer um que tencione confiscá-las. O rei não as conquistou e nem as subjugou sozinho, uma vez que nossos antepassados eram seus aliados e partilharam das mesmas [terras e conquistas] com ele²⁵⁷.

255 CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 47.

256 As *indentures* eram documentos com bordas “dentadas” trocados entre duas ou mais partes para que pudesse ser comprovada sua autenticidade em ocasiões futuras, caso necessário. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D. S. Brewer, 2004, p. 160.

257 GUISEBOROUGH, W. **The chronicle of Walter of Guisborough**: previously edited as the chronicle of Walter of Hemingford. Edited for the Royal Historical Society by Harry Rothwell. London: Offices of the Society, 1957, p. 216.

A reação do conde, de qualquer modo, demonstrou-se peculiar para os membros inquiridores, pois, no reinado de Edward I, a apresentação de provas escritas em diversas instâncias seria por si só elemento suficiente para comprovar uma alegação daquele porte²⁵⁸. A aceitação, ou mesmo a expectativa pela realização de prática similar ao do conde de Warenne, teria diminuído consideravelmente, muito embora um número significativo de nobres durante o mesmo reinado tenha apresentado seus pleitos amparados em evidências não-escritas, que alegavam, assim como Jean, serem provenientes de séculos anteriores²⁵⁹. Esses objetos serviam como retentores da memória, sendo sua presença uma prova do que fora acordado e que estava registrado por meio da escrita e lembrado por meio da oralidade.

Naquele momento, o uso de tais instrumentos para certificar pleitos dá lugar à ampliação cada vez maior na produção de manuscritos que nem sempre necessitam de objetos acessórios para imputar-lhes credibilidade, pois o próprio suporte do texto acaba por tomar para si essa função. Ao considerarmos as funções do registro histórico, não podemos negligenciar suas associações, tanto com as imagens presentes em seus fólios como também com o tipo de manuscrito empregado, que dependendo do material com que é produzido pode revelar a intenção de perpetuidade ou não daquele que o compôs²⁶⁰. Um dos casos que ilustram essa questão é a elaboração de um saltério sob os auspícios de *Sir* Geoffrey Luttrell of Irnham (1276 – 1345), provavelmente entre os anos de 1340 e 1345, onde se apresentam imagens daquele nobre montado em seu cavalo e preparando-se para a guerra. A análise das imagens e do texto aponta para a pretensão do nobre em projetar o passado, presente e futuro gloriosos, seus e de sua linhagem, em um texto recheado de iluminuras e textos bíblicos previamente selecionados, os quais mostram para a sociedade como ele

258 QUO WARRANTO. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001, p. 464 – 465.

259 CLANCHY, M. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. **Archivaria**, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981, p. 118. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

260 SAENGER, P. La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In: BONFIL, R. et. al. **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Dirección de Guglielmo Cavallo y Roger Chartier. Madrid: Taurus, 2004, p. 6.

gostaria de ser visto, isto é, na figura de um poderoso guerreiro praticante dos preceitos cavaleirescos para com seus semelhantes²⁶¹.

Esse desejo de demonstração de poderio e perenidade através da elaboração de um texto que confluísse para criar uma figura respeitável diante da sociedade do período pode ter sido um motivo impulsionador da composição de manuscritos como a *Scalacronica*. Seu único manuscrito existente é um livro ricamente decorado, colorido, e foi escrito por uma única pessoa durante a segunda metade do século XIV, conforme apontam evidências paleográficas, demonstrando que a versão existente ou trata-se de uma cópia, ou que Thomas Gray a ditou para um escriba, pois sua atual disposição dificilmente teria sido realizada pelo cavaleiro²⁶². Isso significa que a *Scalacronica*, bem como o saltério de Geoffrey Luttrell e outros textos contemporâneos, muito provavelmente foram manuscritos elaborados por profissionais, pois o seu ordenamento final implica o esforço e o domínio de técnicas de escrita e iluminura, assim como o custeio monetário de composição para que o produto final atendesse a um conjunto de expectativas, tanto daquele que determina sua composição como daqueles que virão a ser seus leitores, ou seja, a perpetuação da imagem de um indivíduo possuidor de direitos nobiliárquicos, realizador de proezas marciais em nome do reino e um bom cristão.

Assim, crônicas recheadas de atos de bravura, e que indubitavelmente tinham dentre suas metas o engrandecimento da honra daqueles ali descritos em seus fôlios, não eram escritas apenas para a perpetuidade ou para a emulação de gerações posteriores, mas serviam, juntamente com seus suportes materiais, para disseminar e ecoar a reputação durante o tempo de vida daqueles que as fizeram por merecer. O que estamos a afirmar é que, embora a preocupação memorialista fosse uma de suas forças motrizes, em que os bons exemplos do passado deveriam se fazer presentes entre aqueles homens, a escrita histórica daquele momento igualmente se empenhou em

261 COSS, P. R. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002, p. 39 – 45.

262 Andy King aponta que a *Scalacronica* é ricamente adornada e colorida, além de contar com outros elementos de decoração e organização realizados por uma única pessoa em um curto espaço de tempo. Isso reforça a hipótese de que a crônica seria um trabalho profissional, ditado por Gray a um escriba, ou mesmo que ela seria uma cópia de outro manuscrito, pois embora tenha acedido a capacidade de leitura e escrita, é altamente improvável que o cavaleiro dominasse técnicas para a ilustração do manuscrito do modo como ele se apresenta. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 28.

divulgar as ações bélicas da nobreza em seu próprio tempo, no qual seus atores usufruíram de proventos do conflito não apenas no campo material, mas também no reconhecimento de seus pares, tão estimado aos praticantes da cavalaria²⁶³.

Não obstante o texto escrito tenha suplantado em certos momentos a oralidade como um meio mais apto para resguardar informações, na segunda metade do século XIV ele enfrentava a resistência de muitos indivíduos que ainda relutavam em aceitar sua confiabilidade, quando o mesmo se apresentasse sem outros elementos que lhe atribuíssem embasamento na tradição e nos costumes vigentes²⁶⁴. Nesse sentido, é elucidativa a narrativa de Geoffrey le Baker sobre o desafio lançado por Otto, filho do duque germânico de Brunswick, ao duque de Lancaster por meio de uma carta, em meados de 1352:



Naquela carta, Otto apresentou acusações contra o duque de Lancaster [...]. [Entretanto], a carta contendo tal desafio não estava selada. O duque não desejava transparecer que dava de forma imprudente credencial a um pedaço de papel, especialmente por ter sido entregue a ele por um simples servo, e deste modo enviou dois cavaleiros até Otto para questionar-lhe acerca da razão para tal acusação e para pedir-lhe cartas patente sobre o assunto, devidamente assinadas e seladas²⁶⁵.

Embora a desconfiança lançada pelo duque de Lancaster quanto a um simples pedaço de papel possa ter sido um elemento comum dentre alguns membros da nobreza, outros fiavam na escrita, ou melhor, na palavra dada oralmente e transcrita para um suporte material como um meio seguro de garantir que acordos pré-estabelecidos seriam cumpridos. Walter de Mauny (1310 – 1372), um cavaleiro conterrâneo de Jean le Bel, obtém uma carta contendo o selo do duque da Normandia em 1345, que lhe

263 AYTON, A. **Knights and warhorses**: military service and the English aristocracy under Edward III. Woodbridge, Suffolk: Rochester, NY: Boydell Press, 1994, p. 228 – 229.

264 OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005, p. 110.

265 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 105.

permite um salvo conduto para que viaje de Aiguillon até Calais. Segundo Jean le Bel:



[Ele] cruzou as estradas da França com apenas vinte acompanhantes sem qualquer receio, confiando nas cartas de salvo conduto, e onde quer que fosse parado, ele mostrava as cartas e permitiam-lhe partir. Ele continuou até Orléans, mas lá foi preso mesmo em posse de tais cartas [...]. Quando o duque da Normandia soube do ocorrido, ficou extremamente transtornado, [...] e solicitou ao rei que o libertasse, ou ele seria desonrado e as pessoas diriam que ele o traiu, pois havia garantido [a Walter de Mauny] cartas de salvo conduto sob seu próprio selo [...] ²⁶⁶.

Assim como na formulação de leis e outros textos regulamentadores da sociedade, tais cartas expõem uma tentativa de balizar ações entre um grupo seletivo de homens, esperando-se que seu conteúdo vigorasse com a mesma força que a palavra oral²⁶⁷. Entretanto, em ambos os casos, há aqueles que rompem com tais expectativas, indo de encontro aos acordos implícitos ali presentes, e desse modo a precaução do duque de Lancaster no primeiro caso parece não ter sido em vão, pois os desvios às normas supostamente vigentes também faziam parte da forma de comportamento dos homens daquele momento.

De qualquer forma, a informação escrita retém sua legitimidade através de outras instituições que poderiam fazê-las valer na prática. Esse talvez tenha sido o principal elemento motivador para o arquivamento e depósito de informações, cada vez mais em expansão na Inglaterra trecentista. Muitas famílias nobres possuíam arquivos bem detalhados e organizados, como no caso dos Mortimers, divididos em baús, cofres e bolsas de lonas, e mesmo membros da família real, dentre eles John of Gaunt e seu irmão Edward, o Príncipe Negro, mantinham registros de suas correspondências oficiais, algo que a chancelaria inglesa já fazia desde o século XIII, tendo inclusive ordenado que “um grande baú trancafiado com três chaves e fe-

266 BEL, J. *The true chronicles of Jean Le Bel*: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 187.

267 TAYLOR, J. *English historical literature in the fourteenth century*. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 229.

chaduras contendo seus *rolls* pessoais fosse mantido no tesouro que, por sua vez, deveria ser trancafiado com três fechaduras²⁶⁸.

Assim, as crônicas expressavam a profunda preocupação que a aristocracia imbuíu à memória histórica e, juntamente com outras formas de composição da história, passavam a ser realizadas, muitas vezes com o uso de registros arquivísticos sobre terras e títulos, para reforçar as informações que forneciam²⁶⁹. Na crônica do Anônimo de Canterbury, tal uso não apenas se explicita como também aquele material veio a compor grande parte do texto. Um dos trechos mais elucidativos nesse sentido é a cópia com poucas alterações do Tratado de Brétigny em seus trinta e quatro pontos²⁷⁰, seguidos pelos vários juramentos de nobres pertencentes a ambos os reinos de que irão mantê-lo²⁷¹, dentre os quais o de Edward III, “[...] que jura, confirma e aprova a paz, o tratado completo e o acordo selado em Brétigny, do modo como foi escrito [...]”²⁷².

Ainda sobre o mesmo tratado, um dos marcos da fiabilidade em um texto com expectativa de ampla difusão e importância entre os dois reinos²⁷³, Jean le Bel oferece outra perspectiva acerca de sua assinatura. Diferentemente do Anônimo de Canterbury, o cronista de Hainault não coloca em primeiro plano o conteúdo daquele texto, mas se circunscreve a narrar em que condições o mesmo veio a ser subscrito, isto é, sua legitimidade não está apenas nos pontos ali discutidos, mas no processo levado a cabo pelo rei e a nobreza para reconhecê-lo como válido. Após ambos os reis redigirem o tratado em Londres e o enviarem através de mensageiros franceses, os herdeiros daquela coroa convocaram os grandes nobres do reino para que, segundo o cronista:

268 DAVIES, R. R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 37.

269 NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010, p. 72 – 73.

270 SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. XXI.

271 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 67 – 113.

272 Ibid., p. 111.

273 SUMPTION, J. **The hundred years war**. Trial by battle. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 444 – 449.



[...] os cavaleiros comunicassem sua mensagem através da leitura em voz alta das cartas que trouxeram, apresentando os termos de paz voluntariamente acordados entre ambos os monarcas. Após sua leitura, os nobres colocaram-se em um longo debate. Eles não concordaram com os termos que ouviram, [...] e quando os cavaleiros foram comunicados disto, retornaram à Inglaterra e relataram aos reis tal decisão²⁷⁴.

Neste episódio em particular, envolvendo os mais altos membros da nobreza de ambos os reinos, as cartas, mesmo “seladas com os respectivos selos”²⁷⁵, tiveram de ser lidas em voz alta para todos os presentes. Como já apontamos anteriormente, o próprio cronista intercambia entre os termos “ouvir” e “contar” quando inicia sua narrativa, e é bem possível que os textos, mesmo que tenham sido escritos, ainda fossem lidos coletivamente²⁷⁶. Assim como Thomas Gray, Geoffrei de Charny, morto há cerca de uma década após os termos do tratado serem negociados, pode ter sido uma significativa exceção, e não a regra, dentre aquele grupo de homens no reino da França, e por que não dentre seus pares da prática bélica na Inglaterra, de um guerreiro com habilidades não apenas no manejo da espada e da lança, mas também da dedicação em fiar seus conhecimentos das letras.

Seja como for, a dicotomia entre escrita e oralidade parece ter limites muito tênues naquele momento. A documentação escrita pode ser entendida como um símbolo que atua conjuntamente com a implementação de outros aparatos de demonstração de poder²⁷⁷, porém ela por si só era empregada para reforçar informações associadas majoritariamente à oralidade. Desse modo, o discurso na forma escrita ganhava peso através de novos elementos visuais de seu suporte, que complementavam seu conteúdo, voltado naquelas crônicas também, mas não somente, à delimitação dos direitos aos quais membros da nobreza clamavam. Assim, podemos dizer que, até certo ponto, a escrita cronística na Inglaterra trecentista é, de

274 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 248.

275 Ibid., p. 247.

276 ORME, N. **From childhood to chivalry**: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984, p. 82.

277 NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010, p. 75 – 76.

certa forma, mais um dos instrumentos de instauração e manutenção de poder daquela nobreza conjuntamente com outros símbolos visuais, como a heráldica, a cunhagem de moedas com a face de Edward III, os vários castelos erigidos em regiões revoltas, como Gales ao longo dos séculos XIII e XIV²⁷⁸, e mesmo a retirada e substituição de brasões da nobreza francesa por aqueles ligados à nobreza inglesa em fortalezas tomadas no território inimigo ao longo daquele século.

Considerando a importância imputada à capacidade de leitura e à transmissão de informações, tratamos até aqui dos elementos configurantes das crônicas. Até o momento temos traçado características que inserem as crônicas e seus realizadores em lugares reguladores de sua produção. Na sequência de nossas ponderações, interessa-nos perscrutar com mais detalhamento acerca de elementos inerentes à narrativa sobre a guerra, cujos eixos giram em torno de justificativas para o conflito, e à legitimidade das ações guerreiras, não apenas de Edward III, mas da nobiliarquia inglesa como um todo. Em suma, que características delineiam os contornos dados à guerra naqueles relatos? É o que veremos a seguir.

278 PRESTWICH, M. **Edward I**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 207 – 216.



GUERRA EM PALAVRAS

3.1 A TÓPICA DA GUERRA E A BUSCA PELO BEM COMUM

Os conflitos conduziram quase inteiramente a perspectiva dos cronistas sobre a realidade a ser fixada para a posteridade. É inegável que a guerra, em diferentes âmbitos, acaba por tomar grande parte do corpo daqueles relatos, pois havia certo consenso de que dos feitos guerreiros, da distinção nobiliárquica e de suas fortunas é “que o povo fala, recorda e conta”²⁷⁹. Como elencamos anteriormente, o contato daqueles homens com os que participaram dos enfrentamentos e esperavam ver registrados seus feitos foi decisivo na seleção do que deveria figurar nos relatos.

Para a sociedade secular, o local de inserção do indivíduo nas hierarquias de poderes designava seu lugar nas hostes reais²⁸⁰, o que acabava por trazer implicações na imagem a ser construída sobre o mesmo. Durante o século XIV, alterações político-econômicas afetam o até então lugar por excelência da nobreza como garantidora da ordem social através do uso da coerção e da violência²⁸¹. Sua busca por reiterar esse status, ou ao menos seu papel de destaque através da rememoração de suas origens e funções, necessariamente passa pela composição cronística. Dessa forma, uma vez já analisados aspectos da composição formal das crônicas, assim como de sua inserção em um meio em que as capacidades de escrita e de leitura faz com que o interesse pelas mesmas ganhe adeptos entre indivíduos ligados ao século, interessa-nos agora traçar aspectos relacionados ao entendimento do conflito naquela sociedade, primordialmente a partir do enfoque dado por aqueles cronistas. Tal inquirição tem por meta auxiliar na compreen-

279 FROISSART, J. **Crônicas**. Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Ediciones Siruela, 1988, p. 6.

280 CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p. 238.

281 HEWITT, H. J. The organization of war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971, p. 78 – 80.

são do papel desempenhado pela guerra como um dos elementos basilares daquela realidade social, atividade a qual esteve intimamente vinculada aos aspectos da escrita cronística que viemos tratando até então²⁸² e, nesse sentido, conjugaremos outros documentos coevos que, quando confrontados com a produção cronística, oferecem dados para o desenvolvimento da questão proposta.

Assim, ao inquirirmos as relações entre a guerra e a composição histórica na Inglaterra trecentista, torna-se mister relevarmos a importância que o discurso cavaleiresco alcançou naquele momento. Aquela forma de expressão, quando transposta à escrita, pregava a emulação de feitos bravios sob funções pedagógicas para seus pares, em que se “prefere a morte à desonra”²⁸³, onde é possível observar que tais anseios eram, até certo ponto, idealizações no modo como aqueles homens entendiam seu mundo, e tais narrativas ofereciam um olhar parcial sobre outras realidades das contendas no século XIV. O conflito direto torna-se cada vez mais raro²⁸⁴. Nesse, durante o choque entre os combatentes, realizavam-se ações de maior risco às suas vidas e, portanto, sob o olhar contemporâneo, merecedoras de maior renome segundo os cronistas laicos²⁸⁵. Em seu lugar, a guerra essencialmente defensiva toma corpo, destacando-se elementos diversos que vão do aperfeiçoamento na construção de muralhas – o que faz com que sitiadas voltem sua atenção para locais menos protegidos²⁸⁶ –, passando pela proliferação do uso de armaduras que recobrem cada vez mais o corpo de seu usuário e indo até a confecção de um vestuário padronizado para as hostes²⁸⁷. Assim, em um primeiro momento, enunciam-se os mais diversos

282 Guerreau aponta para a tentativa, até então solitária, de March Bloch, que por sua vez traduzia a visão de Durkheim, ao considerar os feitos sociais como coisas, ou seja, examinavam-se todos os aspectos de uma “realidade social” com o intuito de tentar perceber os vínculos entre os mesmos, para somente então chegar à reconstrução da estrutura daquela sociedade. Isso significa que, segundo Guerreau, a sociedade não é uma realização de noções normativas pré-existentes, mas tem sua própria mecânica, que deve ser entendida a partir da análise de seus elementos constituintes. GUERREAU, A. **El futuro de un pasado: la Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002, p. 50.

283 CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 72.

284 CASILLAS, C. J. R. La guerra medieval en su contexto: entre el mito y la realidad. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 158 - 169, 2012. Acesso em: 11 abr. 2015.

285 GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004, p. 107.

286 ALLMAND, C. **The hundred years war: England and France at war, c. 1300- c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 54 – 55.

287 CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

desejos dos praticantes da cavalaria para suas ações, entre eles, a busca pela honra ganha destaque igualmente como um dos pilares daqueles relatos. Entretanto, seria possível mapear outros sentimentos em face ao conflito que figuraram nas narrativas crônicas? Ao terem sido compostas dentro de um “contexto normativo” que enaltecia a figura nobiliárquica como a realizadora por excelência da guerra, textos diversos, dentre os quais as crônicas em questão, parecem ter deixado, de forma consciente ou não, vestígios de atitudes nem sempre condizentes com as expectativas de seu público-alvo, e é em seu questionamento, através do ponto de vista dos cronistas e de outros relatos coetâneos, que podemos esboçar hipóteses sobre como a guerra era entendida pela elite terratenente naquele momento.

No poema trecentista “Os votos da Garça” (*The Vows of the Heron*), o autor dá voz a John de Beaumont (1288 – 1356), também conhecido como John of Hainault, um “valoroso cavaleiro” (*chevalier vaillant*) e “príncipe conquistador” (*prince conquerant*) que, ao ser demandado a jurar lealdade a Edward III e segui-lo em campanha para que o último pleiteie, através das armas, o título de monarca da França, aponta para a jactância de seus contemporâneos quando estes prometem realizar atos diversos em nome do rei:



Quando estamos em tavernas, bebendo vinhos espessos/ e as damas ao nosso redor nos observam/ colocando suas coifas em torno de seus colos macios/ e seus olhos acinzentados resplandecem com belos sorrisos/ a natureza faz com que nossos corações anseiem/ pela batalha, buscando como prêmio a sua piedade./ Então somos capazes de derrotar Yaumont e Aguilant,/ enquanto outros a Oliver e Rolando²⁸⁸./ Contudo, quando estamos no campo de batalha, sobre nossos cavalos em trote,/ com escudos pendurados em nossos pescoços e as lanças abaixadas,/ um grande frio nos entorpece,/ e nossos membros enfraquecem de antemão/ enquanto nossos inimigos avançam sobre nós,/ e daí passamos a desejar que estivéssemos

288 Todos são personagens da Canção de Rolando

em um grande celeiro,/ e que nunca mais façamos quaisquer outros votos novamente²⁸⁹.

A atitude imputada a John of Beaumont, à primeira vista, contradiz aquela presente no relato de Jean le Bel, na qual a realização de feitos bélicos em nome da honra esboçam a figura do guerreiro²⁹⁰. Segundo Jean le Bel, ao ouvir a explanação da rainha Isabela de que teria fugido da Inglaterra em direção à Flandres com seu filho, o futuro Edward III, por temer represálias de Edward II e de seus favoritos²⁹¹, o cavaleiro teria se dirigido até ela e ouvido seu pedido para que organizasse tropas em seu auxílio, permitindo-lhe, então, retornar ao reino e coroar o príncipe. Depois de ouvir o relato, o nobre:



[...] começou a derramar lágrimas fervorosas de piedade, e disse: Senhora, contemple vosso cavaleiro, que a defenderá verdadeiramente com sua vida, mesmo se todos os outros falharem convosco. Farei tudo a meu alcance para escoltar a ti e a teu filho para a Inglaterra e restaurá-los a vossas posições [*stations*] originais, e [...] minha querida senhora, caso eu não tencionasse fazê-lo, não teria proferido tal juramento. Uma vez expresso, não fracassarei em mantê-lo, independentemente do que recair sobre mim: neste caso, prefiro a morte [a não manter o juramento]²⁹².

Essa aparente ambiguidade de discursos atribuídos a um mesmo indivíduo converge quando direcionamos nosso olhar a textos coevos que de alguma forma tratam dos sentimentos daqueles dos quais se esperava o engajamento na realização de feitos bravios. No contexto de que tratam

289 THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**: composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861, p. 21.

290 O comissionamento da crônica de Jean le Bel por aquele nobre pode ser compreendido dentro de um contexto onde os saberes cavaleirescos estavam em voga, e mesmo ambos os monarcas criaram as ordens da Jarreteira e da Estrela para emularem feitos bravios de outrora e deixá-los registrados para a posteridade. Se o conde não tinha uma ordem para si próprio, ao menos no texto de Jean le Bel teria um livro de feitos equivalente, que destacou as ações do conde e de seus comandados durante o período do conflito. BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 5 – 6.

291 PRESTWICH, M. **Plantagenet England**: 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005, p. 213 – 214.

292 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 26 – 27.

as crônicas, a fortuna da nobreza ali descrita poderia trazer, ao final do combate, não apenas a vitória e feitos gloriosos, mas também a derrota, e com ela o aprisionamento, o empobrecimento e, em certos casos, a morte. Dessa forma, tão importante como garantir os ganhos no conflito, a representação social daqueles nobres como dignos de renome também perpassava as preocupações com seu destino caso fosse feito cativo ou incapacitado para o combate permanentemente. Todos aqueles envolvidos diretamente nas atividades marciais estavam suscetíveis a tais vicissitudes, desde simples arqueiros e contraventores, como pode ter sido o caso de Geoffrey le Baker, passando por cavaleiros de maior estatura social, como Thomas Gray, até mesmo monarcas, como David II da Escócia e Jean II da França.

O Anônimo de Canterbury aponta que na batalha de Poitiers, “após um grande número de homens terem sido mortos, muitos dos magnatas franceses viraram suas costas e fugiram”²⁹³, enquanto Geoffrey le Baker enfatiza que nos momentos finais do embate, no qual muitos haviam “desaparecido durante a contenda, [...] e todos aqueles [nobres], preocupados pelos perigos que enfrentariam, apressaram-se de volta ao campo de batalha, lamentando o seu destino”²⁹⁴. O mesmo cronista nos oferece um outro exemplo ainda mais relevante nesse sentido, quando descreve a morte de um jovem cavaleiro, filho do rei da Sicília, que fora “golpeado com porretadas até a morte por um camponês [...] que não entendia sua língua e nunca havia aprendido a preservar os prisioneiros bem nascidos para [pagamento de] resgate”²⁹⁵.

De qualquer forma, o que parece plausível ao compararmos tais narrativas é a supracitada ambivalência com que a guerra é tratada naquele momento. O temor dos prejuízos à integridade física, à honra e às finanças contrastou com a possibilidade de grandes ganhos em relação àqueles dois últimos elementos, e ao menos do lado inglês, durante o reinado de Edward III, parece ter marcado as disposições da nobreza e dos guerreiros comuns para as constantes retomadas do conflito, que inviabilizaram a

293 **CHRONICON** *anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365*. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 21

294 **BAKER, G. The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 131 – 132.

295 *Ibid.*, p. 55.

manutenção das tréguas e tratados de paz²⁹⁶. O anseio honorífico, ou ao menos o que poderia assim ser entendido naquele momento, vem atrelado aos benefícios advindos da guerra, pois recursos financeiros eram necessários para proverem meios de aqueles nobres se portarem dentro dos preceitos a eles imputados, como na realização de donativos a outros homens e instituições que amparavam, no pagamento de resgates, tanto seus como de familiares, e mesmo na liberalidade (*largesse*) entre seus iguais²⁹⁷.

Desse modo, embora seus destinos ao final da batalha pudessem vir a ser calamitosos, outras evidências apontam que os danos físicos e materiais às famílias nobiliárquicas, apesar de impactantes, ocorreram em menor escala em comparação com o estrago causado aos grupos menos privilegiados. No caso específico dos embates entre a nobreza do norte do reino e os escoceses, à parte os confrontos diretos, entendidos como momentos de maior perigo para todos neles envolvidos, o prospecto de ser capturado não inquietou os nobres daquela região. Ao que parece, após sua captura, muitos deles eram capazes de pagar por sua liberdade, ao mesmo tempo em que recebiam auxílios monetários do rei, além de outros benefícios, por servirem à coroa, como direitos às terras conquistadas, à parcelas no fruto da pilhagem e favores pessoais em âmbitos administrativos e legais²⁹⁸. Thomas Gray, inserido em tal contexto, parece confirmar essa hipótese ao apontar, no início de sua crônica, que, no período em que fora feito prisioneiro em Edimburgo, “como não tinha mais nada a fazer, contemplou compor e traduzir [...] as crônicas da Grã-Bretanha e os feitos dos ingleses”²⁹⁹.

Nos conflitos na região continental, a situação parece ter sido similar. Próximo ao término da batalha de Poitiers, Geoffrey le Baker afirma

296 FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971, p. 8

297 BRANDT, W. J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966, p. 126.

298 Ao final de seu estudo, Andy King arrola uma lista de nobres mortos e capturados em batalha na região de Northumberland entre 1296 e 1402, onde constam apenas treze mortos frente a quarenta e sete cativos. KING, A. 'According to the custom used in French and Scottish wars': prisoners and casualties on the Scottish marches in the fourteenth century. **Journal of Medieval History**, v. 28, p. 287 - 289, 2002.

299 Ao final da versão empregada na presente pesquisa, juntamente com o texto traduzido, foi também inserida um uma carta de autoria do cavaleiro, de datação incerta. Nela, Thomas Gray relata que fora feito prisioneiro em uma outra ocasião: “Para meu senhor, o conde Northampton, Condestável da Inglaterra, e tenente de nosso senhor o rei nas *Marches* escocesas. Caso lhe provenha, Thomas Gray esclarece que foi comprometido, por meio de acordo escrito entre Alan de Heton e William, Lord Douglas, e no não cumprimento deste acordo, Thomas foi forçado a entregar-se como prisioneiro, situação para a qual ele ora pra que seu senhor o remedeie. GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2; 121.

que os ingleses “fizeram os franceses fugir e os massacraram, e o número de mortos seria maior caso não estivessem mais preocupados em capturar prisioneiros para exigir-lhes o resgate do que com a vitória em si”³⁰⁰. Dentre os que tiveram destino similar após aquela batalha, esteve o monarca francês, Jean II, o qual, assim como Thomas Gray, parece não ter sofrido maiores coações em mãos dos escoceses. O Anônimo de Canterbury registra que o rei “permaneceu como prisioneiro na Inglaterra por cerca de três anos” e, em seu caminho de volta à Calais, onde seria devolvido aos franceses, “oferendou uma joia de grande valor ao túmulo de St. Thomas, [...] bem como, juntamente com o Príncipe de Gales, [...] desfrutou de uma bela caça às bestas selvagens, e naquela noite foi entretido no *Maison Dieu* em Dover”³⁰¹. Assim, frente a tais descrições da ação bélica, o cronista provavelmente realizava sua exposição de acordo com sua compreensão de como ela ocorreu, independentemente de ter ou não participado da mesma³⁰². Tal inquirição se coloca ao questionarmos a abordagem que aqueles homens fazem do conflito naquele momento, pois, se o embate direto era evitado³⁰³, como conciliar essa maneira de guerrear com a pretensão de guerreiros, que possivelmente acederiam àqueles relatos e teriam interesses no que constaria sobre si e seus aliados, em destacar-se marcialmente?

Diversas descrições sobre atos célebres durante o conflito encontram-se presentes nas crônicas, e não por acaso. A seleção dos cronistas para que tais momentos figurem de forma destacada em suas narrativas está ligada a um apelo comum de escritos similares naquele momento: o emprego da noção de “coragem” associado à descrição, tanto de ações bélicas individuais como coletivas sob os parâmetros da defesa do bem comum. Retomada a partir da obra aristotélica *Ética a Nicômaco*, a coragem foi entendida por aqueles que acediam à escrita, ao menos desde o século XIII, como uma das quatro virtudes cardeais, ao lado da prudência, justiça e moderação, e que ocupava lugar de destaque não apenas quando se corria

300 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 131 – 132.

301 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 65.

302 DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 23.

303 PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 309.

risco em batalha, mas na moralidade. Sob a perspectiva de Tomás de Aquino e Alberto Magno (1200 – 1280), dois dos grandes comentadores do pensador pagão, a coragem, juntamente com as outras virtudes cardeais, ordenava todas as outras virtudes subsequentes³⁰⁴. Para restringirmo-nos à discussão aqui realizada, destacamos que, para o primeiro, a virtude da coragem “fortalece a mente do homem contra o maior dos perigos: a morte”. Entretanto, ela não está atrelada a qualquer meio que ocasione o óbito, como “os perigos decorrentes de doenças, tempestades no mar, ataques de ladrões e situações semelhantes”, mas apenas àqueles “perigos que podem ocasionar a morte que se sucedem em batalha em razão da busca daquilo que é bom, pois ele está defendendo o bem comum através de uma luta justa”³⁰⁵. Já para o segundo, a coragem é lida de forma geral, com diversos sentimentos, mas também com o receio de sofrer uma morte violenta nas mãos de outrem³⁰⁶. Para ambos, portanto, a coragem é uma virtude que se impõe, e que deve aflorar quando alguém se encontra diante do medo causado pela possibilidade do decesso, em decorrência da prática da violência contra seu corpo durante a guerra.

Ambos os autores são tomados aqui como referência devido à ampla disseminação geográfico temporal, e é possível que os cronistas possam ter acedido a suas obras em algum momento, por estarem inseridos no meio daqueles aptos à leitura e à escrita. Para além de Tomás de Aquino e Alberto Magno, merece destaque a obra *De Regimine Principum*, de Egídio Romano³⁰⁷ (c. 1243 – 1316), que circulou entre as cortes inglesas do século XIV³⁰⁸. Naquele tratado, o arcebispo aparenta uma visão sobre a coragem similar à de Aquino em dois pontos principais. Para ele, “todos os feitos de batalha incorrem em perigo de morte, e nunca o homem é

304 MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages**: commentaries on Aristotle's Nicomachean ethics, 1200 – 1500. Leiden; Boston: Brill, 2008, p. 77 – 85.

305 AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.l.]. Benziger Bros. Edition, 1947, p. 2284. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

306 Essa citação é feita a partir da tradução pelo autor do artigo daquele excerto presente na obra de Alberto Magno *De Bono*. MÜLLER, J. op. cit, p. 79.

307 Giles of Rome.

308 As obras de Egídio circularam durante o século XIV entre a nobreza a partir de traduções para o francês. No ano de 1398, ela recebe sua primeira versão em vernáculo por John of Trevisa, também responsável por verter ao inglês a *Polichronicon* de Ranulf Hidgen. ORME, N. **From childhood to chivalry**: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984, p. 93 – 97.

um guerreiro corajoso e bravio, mas apenas destemido em relação a tais perigos” e, à medida que segue sua argumentação, traz à tona o interesse pelo “bem comum”: segundo Egídio, “o homem tem uma boa morte em batalha quando luta justamente, e pelo reino [*contre*] ele se dispõe, tanto legitimamente como fisicamente, à ameaça de morte em prol da comunidade [*comynste*]”³⁰⁹.

Essa exposição ao perigo de morte sob a alegação de realizar um bem maior é um lugar comum em tratados sobre a guerra e a governança³¹⁰, e podemos perceber que, nas crônicas, essa ideia encontra-se repetida, ordenando, portanto, a perspectiva dos cronistas sobre o assunto. Isso significa que, a partir do delineamento e do reforço, a ideia de que a nobreza é por excelência o grupo responsável pela defesa do reino, e doravante do bem comum, são destacados os momentos em que assim o fazem, reiterando-se, portanto, aquele papel das crônicas como elementos de disseminação e manutenção desse preceito. Na narrativa de Geoffrey le Baker, há vários instantes em que não apenas a elite nobiliárquica inglesa, como também seus pares escoceses e franceses, aparecem em equidade. Em certa passagem sobre as animosidades ocorridas nas cercanias de Morlaix, na Britânia, “a coragem de ambos os reinos” fora colocada à prova, tendo “ambos os lados lutado bravamente” para provarem, pelas armas, o direito dos pleiteantes àquele condado. De qualquer forma, segundo o cronista, “ambos os comandantes demonstraram a coragem de heróis bem nascidos e que teriam preferido perder tudo a darem as costas ao campo de batalha e mostrarem-se covardes”³¹¹.

Tais descrições apontam para o entendimento de uma comunidade de armas “internacional”, em que a coragem, ou melhor, portar-se daquela forma em batalha, esteve intimamente ligado à forma como a nobiliarquia de ambos os reinos concebia o estabelecimento de um corpo coeso, cujo lugar social a enquadrava por direito como defensora do bem comum. Ainda naquela crônica, o discurso atribuído por Geoffrey le Baker a Ed-

309 FOWLER, D. C.; BRIGGS, C. F.; REMLEY, P. G. **The governance of kings and princes**: John Trevisa's Middle English translation of the *De regimine principum* of Aegidius Romanus. New York: Garland Pub., 1997, p. 63.

310 KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999, p. 169 – 170.

311 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 67.

ward III antes da batalha de Poitiers a seus comandados torna-se mais sintomático nesse sentido:



Lembrem-se que vocês carregam em suas mãos direitas riquezas, renome e glória, além da amizade de cada cavaleiro e um nome famoso que perdurará para sempre. Lembrem-se também de que vocês não estarão aptos a trocar a guerra pela paz e pela vida gloriosa que tanto anseiam compartilhar com suas mulheres e filhos em uma idade avançada e feliz, a menos que se saiam vitoriosos daqui hoje. [...] Porém, caso a morte ou o infortúnio prevaleçam sobre sua coragem [...] certifiquem-se de que sua vida não foi perdida em vão, [...] e tenham uma boa morte, conquistando e sendo conquistados como homens³¹².

A relação entre coragem e defesa do reino por um lado, e do reconhecimento, juntamente com os benefícios individuais que tais ações trariam, por outro, também é apontada por Jean le Bel ao enumerar as razões pelas quais decide compor sua crônica. Para ele, não apenas os grandes nobres deveriam ser lembrados, como também “todos aqueles que os acompanharam, [...] que tiveram a coragem de manterem-se firmes até o fim, cumprindo com seus deveres”³¹³. Dentre esses, esteve o próprio cronista, seguidor de John of Hainault em 1326, que pondera a necessidade de “serem registradas todas as batalhas e atos de bravura dignos de menção, pois [...], quando as tropas se encontram no campo de batalha, a Fortuna abruptamente se altera, [...] e os feitos devem ser registrados juntamente com os nomes quando estes são conhecidos”³¹⁴.

Thomas Gray é mais incisivo e, como um membro da elite guerreira nobiliárquica, sintetiza essa relação entre bem comunal, os ganhos individuais e o entendimento de que o conflito pode trazer benefícios ao rei-

312 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 124.

313 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 21 - 22

314 Ibid., p. 22.

no³¹⁵. Associando diretamente a boa governança ao direito à guerra, ele elabora, ao final de sua narrativa, uma dura crítica à assinatura do Tratado de Brétigny, em 1360, momento em que as animosidades entre ingleses e franceses, ao menos oficialmente, foram cessadas³¹⁶:



[...] Racionalmente, a paz deve ser estimada acima de todas as outras coisas, [...] desde que realizada virtuosamente e legitimamente para o proveito da comunidade [...]. Caso a guerra não possa ser evitada através da riqueza [...] e do apoio [nobiliárquico] [...], então ela deverá ser feita, desde que a falta de virtudes não impeçam [o rei], isto é, a falta de bom senso, coragem e generosidade [*largesce*] [...]. A tolerância [às adversidades durante o período de conflito] [...] trás honra, ganhos [*profit*] e contentamento [*ioy*], e dessa forma a mão do rei deve estar pronta para dá-las àqueles que as merecem, como um encorajamento para que outros também os sigam, e que acaba sendo o que de mais útil existe neste mundo para empreender a guerra [...]. Assim, os reis devem imputar seus bons feitos a Deus, mas também ao comprometimento de seu povo [*poep*], em cujo bem-estar repousa sua riqueza. Ali reside o poder correto dos reis, através de sua dedicação à regência da comunidade [do reino] [...].³¹⁷

Assim, as perspectivas daqueles cronistas estão conjugadas aos anseios da nobreza local, em que tais formas de observar o conflito eram formuladas nas narrativas cronísticas em sintonia com os desígnios da coroa. Isso significa dizer que, embora com diferenças locais, os nobres e seus comandados, em última instância, conjugariam seus interesses aos de uma comu-

315 É possível também interpretarmos o anseio de Thomas Gray pela guerra por um viés mais individualista, pois, mesmo que o objetivo oficial das campanhas não fosse cumprido e as mesmas terminassem em uma trégua, o rei ficava em débito financeiro com aqueles homens, podendo pagar-lhes ou não de imediato. Mas, de qualquer forma, eles ainda poderiam obter benefícios advindos de saques e os resgates de outros nobres capturados em batalha. HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966, p. 31.

316 O cronista não sobreviveu para testemunhar a retomada das animosidades anos depois, onde o monarca Carlos V (1338 – 1380) gradativamente inicia uma política de reconquista dos territórios franceses através de meios diplomáticos e bélicos. SUMPTION, J. **The hundred years war**: Trial by fire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001, p. 509 – 539.

317 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 111.

nidade reinol³¹⁸, em que os danos provindos de suas ações estavam dentro das expectativas acerca das atividades bélicas. Aquelas narrativas, portanto, são pensadas como disseminadoras dos eventos ocorridos, nos quais destacam-se ações ligadas ao elemento honorífico dos guerreiros, relegando a um segundo plano eventos paralelos que não se enquadram dentro de tal perspectiva³¹⁹.

Não podemos, entretanto, deduzir que os cronistas detivessem o monopólio sobre o relato da guerra, uma vez que o século XIV testemunhou a produção de outras fontes com finalidades semelhantes. Dessa forma, os contornos acerca das ações da nobreza belicosa nem sempre são delineados com vistas a laurear seus feitos e, em certos momentos, os responsáveis por tais textos podem levantar dúvidas, não sobre a necessidade da defesa do bem comum, mas sobre o comportamento dos guerreiros em campo de batalha. No continente, Eustache Deschamps vociferou em seus poemas contra as incursões do inimigo, bem como contra as relações desiguais entre a nobreza e os grupos menos abastados, embora ele próprio tenha tido fortes ligações com a realeza e participado (e se beneficiado) ativamente dos conflitos contra os ingleses³²⁰. Já na Inglaterra, John Erghome e Laurence Minot destacam-se pela abordagem feita sobre a guerra no momento da composição de seus escritos. O primeiro, responsável pela composição das “Profecias de Bridlington” (*Bridlington Prophecies*), cujas cópias circularam tanto entre laicos como em casas religiosas³²¹, reúne uma série de profecias atribuídas a John of Bridlington (1319 – 1379), que seria canonizado no século XV. Seu conteúdo se aproxima daquela crítica lançada por Thomas Gray, ou seja, segundo seu ponto de vista, Edward III deveria reiniciar a guerra contra os franceses, acusando seus conselheiros mais próximos de dissuadi-lo nesse sentido, uma vez que a paz levaria o monarca, e consequentemente o reino, à decadência³²².

318 HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966, p. 156.

319 BRANDT, W. J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966 p. 47.

320 DESCHAMPS, E. **Selected poems**. Edited by Ian S. Laurie and Deborah M Sinnreich-Levi. Translated by David Curzon and Jeffrey Fiskin. New York: Routledge, 2003, p. 1 – 27; 124.

321 TAYLOR, J. Hidgen and Erghome: two fourteenth-century scholars. In: PERROY, E. **Économies et sociétés au Moyen Âge: mélanges offerts à Edouard Perroy**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1973, p. 649.

322 Id. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 240 – 241.

Já o segundo versa sobre as vitórias do monarca Plantageneta antes da década de 1360. O que chama a atenção nos seus textos é o enfoque em personagens nem sempre ligados à alta nobreza, cujas ações, à primeira vista, não relacionavam-se com a busca da defesa do bem comum ou mesmo da emulação honorífica dos guerreiros de renome³²³. Um deles, o enigmático John of Doncaster, figura em seu poema “Como o nobre senhor Edward, com suas grandes máquinas [de cerco], conquistou, com seus homens bravios, o castelo de Guines” (*How gentill sir Edward with his greate engines wan with his wight men the castell of Gyne*), em que destaca a sagacidade daquele *gentill*³²⁴, que tomou pela astúcia o castelo de importância estratégica para os franceses³²⁵.

Embora o autor do poema tenha lhe imputado uma origem e conduta nobres, é curioso notar que essa personagem central estava longe de gozar de boa reputação em seu texto, segundo as obrigações para com o reino, reiteradas pelo discurso nobiliárquico, uma vez que ele teria sido um fora da lei que cometera crimes graves, como homicídios, roubos e danos à propriedades³²⁶, e que, tendo sido agraciado com o perdão real, se aventurou, como muitos outros, em terras francesas para expiar seus crimes. Não é impossível conjecturar que Geoffrey le Baker, cronista que também fora acusado da prática de diversos delitos e que possivelmente esteve em situação similar à de Doncaster, tomou conhecimento de seus feitos através de relatos orais, uma vez que partilhava do mesmo universo do contraventor – havendo indícios de que esteve na França em época bem próxima, conforme apontamos no capítulo anterior. Em sua narrativa dos eventos, entretanto, John of Doncaster não é mencionado como pertencendo

323 FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971, p. 20.

324 O termo “gentill” atravessa o espectro semântico que imputa a um indivíduo características de origem nobiliárquica. MAYHEW, A. L.; SKEAT, W. W. **Concise dictionary of Middle English from A.D. 1150 to 1580**. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 99; STRATMANN, F. H. **A middle-english dictionary: containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century**. London: Oxford University Press, 1941, p. 280.

325 MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352**. Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em: <<https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

326 Segundo consta em um registro oficial contemporâneo, John of Doncaster, juntamente com outros nove indivíduos, foi perdoado por Edward III pela prática daqueles crimes, devido “aos bons serviços prestados no além-mar”, em uma possível alusão à tomada e posterior venda do castelo para Edward III, frustrando os planos franceses de empregá-lo para fazer frente à Calais, fortaleza tomada pelos ingleses tempos antes. **CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A. D. 1350 - 1354**. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H. M. Stationery Office by Mackie and Co. Ld, 1907, p. 238.

cente à nobreza, e passa a um simples “arqueiro³²⁷ que havia sido capturado e aprisionado no castelo de Guines e, não tendo meios para custear seu resgate, foi libertado pelos franceses sob a condição de que servisse naquela função sob seu comando”³²⁸. Diferentemente da descrição laureada sobre sua bravura ou mesmo sobre suas intenções³²⁹, sua motivação parece ter sido mais pragmática, pois, após a tomada do castelo, o conde de Guines teria tentado negociar sua retomada:



[...] o conde inquiriu se John era um súdito leal do rei da Inglaterra e que estaria, portanto, desejoso em seguir as ordens de seu monarca. Os ocupantes [...] disseram que não [...], e em resposta [à oferta monetária feita pelo nobre francês], eles disseram que antes da captura do castelo haviam sido ingleses de nascimento, mas graças a seus crimes, haviam sido banidos e exilados da convivência com o rei da Inglaterra em seu reino, assim como da paz e amizade para com o mesmo. Logo, estavam dispostos a venderem o castelo para [...] ninguém menos que o monarca [Edward III] [...], mas caso não estivesse disposto a comprá-lo, aceitariam a oferta do rei da França, ou o preço de qualquer outro que lhes oferecesse mais³³⁰.

O ponto crucial aqui é que, neste momento, uma trégua entre ingleses e franceses estava em prática, e a tomada do castelo poderia caracterizar sua quebra; portanto, o reinício das hostilidades. Ao tomar conhecimento do que ocorreria, Edward III ordena que um grupo de guerreiros se dirija de Calais até Guines para assegurar sua posse, uma vez que teria importân-

327 Comumente, os arqueiros provinham de vilarejos visitados por agentes reais destacados para selecionarem homens livres aptos para aquele serviço, ou então, como no caso de John of Doncaster, entre aqueles que cometeram crimes e buscavam perdão real para seus crimes. Segundo levantamento realizado por Hewitt nos *Calendars of Patent Rolls*, estima-se que a percentagem de criminosos que compunham as hostes reais variou de 2 a 12% entre o período de 1338 e 1361. HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966, p. 29 – 49.

328 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 101.

329 Segundo Laurence Minot, “o nobre senhor John of Doncaster realizou um feito corajoso quando dirigiu-se à Guines [...] sem cavalo, [...], e no seu coração não havia medo daqueles que ali habitavam, que deram-se por contentes ao conseguirem fugir [...]”. MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352**. Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em: <<https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

330 BAKER, op. cit., p. 102.

cia estratégica no conflito³³¹. Se as hipóteses lançadas no capítulo anterior sobre a ligação de Geoffrey le Baker com membros da nobreza próximos ao monarca estiverem corretas, sua narrativa ganha sentido ao imputar a tomada do castelo à ação de um arqueiro, que declara sua não-aliança com o rei e assume ter agido por conta própria. O cronista atribui, portanto, a responsabilidade da ação, a princípio contrária ao bem comum, a esse arqueiro, eximindo a figura do rei de qualquer motivo para difamação.

Nesse sentido, a descrição de Jean le Bel oferece um ponto de vista semelhante, justificando uma ação de maneira perspicaz, ao modelar o discurso de forma favorável aos interesses ingleses. Para ele, o responsável pela tomada de Guines não foi John of Doncaster, mas *Sir John Beauchamp*, “um valente cavaleiro indicado pelo rei da Inglaterra que [...] negociou com os homens de Guines e assegurou a promessa deles de capitularem o castelo a ele ou a seus representantes por uma soma de trinta e quatro mil *écus*”. Ao ser questionado pelo enviado francês para resolver a questão, pois “considerava isso uma transgressão do tratado”, Beauchamp teria dito que, “em períodos de trégua, cavaleiros [*gentlemen*] estavam aptos a comprar e vender, por ouro ou prata, propriedades, castelos e fortalezas sem que as tréguas fossem infringidas”³³².

O que observamos, portanto, é que o discurso cronístico sobre a guerra, em um primeiro momento, parece estar em comunhão com as ideias concebidas em tratados teóricos sobre a realização do conflito. Se as leis, “uma vez garantidas e acordadas entre inimigos, forem mantidas”³³³, a “realidade da guerra” poderia apresentar-se contraditoriamente às convenções do período³³⁴. É válido recordarmos que, no contexto em questão, a Trégua de Calais (1347) estava em vigor, tendo sido acordado que cada lado manteria suas possessões atuais, bem como juravam não ameaçar e nem conspirar com o inimigo. Contudo, o que se observava na prática é que em diversas regiões, como na Gasconha e nos mares circundantes, as animo-

331 SUMPTION, J. **The hundred years war**: Trial by fire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001, p. 88 – 90.

332 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 216.

333 BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet**. Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 153.

334 WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009, p. 18 – 19.

sidades se acirraram, e conflitos de maior relevância, como as batalhas de Winchelsea (1350) e Saintes (1351), foram registrados³³⁵.

Geoffroi de Charny, em sua obra acerca da normatização da conduta cavaleiresca, ressalta a importância “[...] de se levar um modo de vida que não possa ser criticado por quaisquer pecados desprezíveis e nem por reprovações vergonhosas, para que assim se possa viver lealmente e honestamente”³³⁶. Entretanto, esse mesmo cavaleiro tentou, através das armas, retomar Guines sob as ordens de seus superiores quando da sua aquisição pelos ingleses e, se John of Doncaster e John of Beauchamp são retratados sob um viés enalecedor de suas condutas, a do nobre francês é descrita por Geoffrey le Baker como uma “violação da trégua”³³⁷ e executada, segundo o Anônimo de Canterbury, através de uma “discussão secreta e desleal”³³⁸ com seus aliados. Jean le Bel vai além nesse sentido, quando credita a Edward III um discurso reprobatório dito ao cavaleiro, capturado após sua malfadada tentativa: “*Sir* Geoffroi, [...] você tentou roubar sorrateiramente o que comprei com tanto custo e esforço! [...] Deus veio em meu auxílio e o impediu de alcançar sua meta. Ele me auxiliará novamente, [...] pois certamente sabe que minha causa é boa e justa”³³⁹.

A interpretação de eventos similares pelos cronistas, portanto, parece levar em consideração as convenções de seu tempo, porém não deixam de ser filtradas pelas alianças locais, elevando o protagonismo daquela nobreza de modo a justificar, como pudessem, suas ações, mesmo que à primeira vista contraditórias. Uma vez que a coragem e a honra mostram-se como elementos centrais na constituição da imagem daquela nobreza, podemos concluir que a guerra, ou melhor, a descrição do conflito, é realizada pelos cronistas de forma a denotar a importância da nobreza como elemento fundamental da máquina bélica reinol, atenuando o seu fazer como justo

335 WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006, p. 74 – 75.

336 CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 81.

337 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 103.

338 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 17.

339 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 208.

e necessário àquela comunidade. Se os elementos nobiliárquicos e cavaleirescos delimitam o que será selecionado para figurar em suas narrativas, e o como isso será feito, não há uma linearidade nesta definição, pois outros segmentos da sociedade ganhavam importância na composição das hostes reais. Ao justificar o conflito, os cronistas simultaneamente destacavam o papel da nobreza como condutora natural das decisões sobre o assunto, e apontavam para a ampliação dos tipos de personagens a figurarem em suas narrativas que, de forma secundária e em eventos específicos, poderiam assumir o protagonismo das ações para si e auxiliavam no contexto maior da realização de um conflito justo.

Esboçadas essas características mais gerais sobre a abordagem do conflito naquelas crônicas, cabe agora adentrarmos em uma questão mais pontual: se a defesa do reino, realizada através das ações inglesas em terras escocesas e francesas, é tomada por princípio basilar para as constantes retomadas das hostilidades, sobre que alicerces se constroem os discursos cronísticos para constituírem um *casus belli*? Mais especificamente, se as crônicas perpetuam um ponto de vista favorável ao rei, ou ao menos à nobreza guerreira, que princípios reguladores da justiça de suas ações podem ser inferidos a partir do que pontuaram os cronistas em suas narrativas? As respostas para tais questões, esboçadas no ponto abaixo, podem auxiliar-nos a compreender com mais clareza os mecanismos que compõem a escrita cronística na Inglaterra trecentista.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE UM CASUS BELLI NA NARRATIVA CRONÍSTICA

Francesco Petrarca (1304 – 1374), o humanista italiano famoso por sua obra e também pela posição de destaque na diplomacia de seu tempo, detinha uma grande rede de contatos pela Europa. No início de 1361, ao escrever uma carta para Pierre Bersuier, prior de Saint Eloi em Paris, renomado por sua função como enciclopedista e tradutor da obra de Tito Lívio, descreve o cenário observado em uma de suas viagens por aqueles domínios:



Recentemente, percorri vosso reino em uma missão oficial, e dificilmente pude reconhecê-lo como o mesmo que havia visitado anteriormente. Todos os lugares eram de uma lôbrega devastação, luto e tristeza; por todos os lados viam-se campos selvagens e não cultivados, e por toda parte casas em ruínas e abandonadas, exceto por aquelas poupadas por estarem dentro das muralhas de uma fortaleza ou cidade. Em suma, em toda parte permaneciam os tristes vestígios [da passagem] dos ingleses e as recentes, repugnantes reminiscências da derrota³⁴⁰.

As constantes incursões inglesas impactaram no cotidiano não apenas da nobreza belicosa, mas também daqueles que a princípio não participavam ativamente do conflito. Aos olhos de Petrarca, bem como aos de outros contemporâneos, a destruição decorrente da forma de guerrear causava-lhes desconforto, onde o campo de batalha não é o local por excelência da ação dos guerreiros, e os castelos igualmente não são os únicos alvos nas campanhas bélicas. Assim, a construção da legalidade do conflito entre aqueles que apoiavam a coroa inglesa tornou-se primordial, tanto no sentido de angariar a assistência de aliados, intra e extra reinóis, como também de criar um pleito incontestável de Edward III à coroa francesa, no qual a justiça de suas ações perpetuaria os Plantagenetas como a dinastia a governar por direito, senão sobre toda a França, ao menos sobre as terras de seus antecessores, os Angevinos.

Guilherme de Occam³⁴¹ (c. 1287 – 1347), contemporâneo àqueles eventos e escrevendo na corte do Sacro Imperador Ludwig IV³⁴² (1282 – 1347), oferece pistas sobre a disseminação que o pleito do monarca inglês alcançou. Ele aponta, no início de um de seus tratados, que “os detalhes da guerra justa [na qual Edward III está engajado] são conhecidos”, de modo que não os “discutiria e nem questionaria”³⁴³, e essa visão parece ter igualmente permeado as narrativas cronísticas em questão, em que, em

340 BOITANI, P. Petrarch and the 'barbari Britanni'. *Proceedings of the British Academy*, n. 146, 2007, p. 9 – 25.

341 William of Ockham.

342 Luís IV.

343 OCKHAM, W. Whether a prince can receive the goods of the church for his own needs, namely, in case of war, even against the wishes of the pope. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 154.

certos momentos, há espaço para a contestação sobre a legalidade de certas ações da nobreza e do rei, mas não sobre o lícito intento da Coroa. A partir do que foi registrado por aqueles cronistas, buscaremos compreender como seus discursos se enquadram dentro dos saberes sobre o conflito no período, bem como na perspectiva sobre o como homens ligados a atividades bélicas entendiam a necessidade de suas ações, sem perder de vista a questão do bem comum e da defesa da comunidade do reino levantadas anteriormente. Para tanto, propusemo-nos pensar a questão sob três vieses constituintes da forma de conceber as contendas e, portanto, levantar alguns dos elementos presentes naquelas narrativas cronísticas para o *casus belli* inglês, segundo os modelos em vigência no período: a delimitação sobre como Edward III, até então sob juramento de vassalagem ao monarca francês no início de seu reinado, exerce autoridade suficientemente reconhecida por membros da nobreza inglesa e em regiões francesas para declarar guerra contra o mesmo; nos direitos de defesa e reparação de propriedades e privilégios nobiliárquicos em caso de agressão considerada injusta; e a tentativa de conciliação entre dilemas morais, como o de tomar a vida de um homem, igualmente cristão, e não incorrer no pecado.

O empenho em normatizar e restringir o uso da violência tem entre seus precedentes as chamadas Paz de Deus e Trégua de Deus, ambas datadas do século XI. Naquele período de combate cruzadista, o direcionamento das ações dos guerreiros contra infiéis, o uso da força contra aqueles que, embora livres, não portavam armas, como clérigos e mercadores, e o exercício lícito das armas em certos dias da semana e determinados períodos do ano foram algumas das medidas nesse sentido³⁴⁴. Na Inglaterra, John of Salisbury (c. 1115/1120 – 1180) preocupou-se com as ações daqueles engajados na *ordo* bélica, e pensamentos sobre sua atuação estão presentes em vários de seus escritos, dentre eles o *Policraticus*. Tomados em conjunto, o bispo de Chartres advoga que em três tipos de situações a agressividade militar seria justificada, e em outras duas não seria. No primeiro caso, enquadram-se: a manutenção das leis dos homens e das leis de Deus, a defesa de uma região legalmente governada, e durante a conquista limitada de territórios. Enquanto, no segundo conjunto, estão as guerras travadas

344 ALLMAND, C. The war and the non-combatant. In: FOWLER, K. (Ed.). *The hundred years war*. London: Macmillan, 1971, p. 258.

por orgulho do governante e aquelas por motivações pessoais, triviais e emocionais³⁴⁵.

Por volta da segunda metade do século XIII, a teoria sobre a guerra e sua legalidade, advinda de períodos anteriores, foi em grande parte sistematizada e difundida a partir do grupo de teólogos dominicanos centrados em Paris, encabeçados por Alberto Magno e seu discípulo Tomás de Aquino. Em sua interpretação de princípios aristotélicos, como a superioridade do bem comum sobre os interesses dos indivíduos, aquele grupo distanciou-se tanto dos teólogos de outrora como das tendências descentralizadoras do feudalismo, que na prática estavam perdendo terreno para focarem suas atenções nos reinos e cidades-estados que ganhavam cada vez mais importância. Assim, pode-se dizer que, de certa forma, aqueles escritores formavam um grupo coerente, expondo as mesmas teorias gerais³⁴⁶. Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, sintetiza os preceitos para a guerra ser considerada justa:



Primeiramente, o soberano por cujo comando a guerra será travada deverá ter autoridade para tal. Não concerne aos indivíduos declararem guerra, [...] pois o bem-estar geral é confiado àqueles que detém a autoridade [...], sendo de sua competência observá-la. Assim como é legítimo [às autoridades] recorrerem ao emprego da espada para defender o bem-estar geral contra perturbações internas, [...] é de sua competência recorrerem a espada em sua defesa contra inimigos externos [...]. Em segundo lugar, é preciso uma causa justa, isto é, que aqueles atacados devam sê-lo devido a alguma transgressão [...], quando uma nação [*nation*] ou estado [*state*] devem ser punidos por se recusarem a reparar os agravos realizados por seus súditos, ou a restaurar aquilo de que se apoderou injustamente. Finalmente, é necessário que os beligerantes tenham uma intenção proba, [...],

345 LUSCOMBE, D. E.; EVANS, G. R. The twelfth-century renaissance. In: BURNS, J. H. (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought**: c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 325 – 326.

346 RUSSELL, F. H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975, p. 258.

com o objetivo de assegurar a paz, punir malfeitores e exaltar os bons³⁴⁷.

Nas narrativas cronísticas em questão, tais ideias parecem ter permeado a construção argumentativa de seus responsáveis. Sob seu entendimento, a guerra era um evento inevitável, pois os direitos de Edward III ao trono francês teriam sido alienados por “usurpadores”, “tiranos”, e tantos outros adjetivos imputados aos monarcas continentais. Uma vez que o bem comum estaria ameaçado – devido ao agravo cometido pelos franceses ao não entregarem a coroa ao seu rei por direito, “por ser o mais próximo na linha de sucessão”, mas ao invés disso, “os doze pares da França decidiram nomear Philippe de Valois sem considerarem os pleitos rivais”³⁴⁸ –, os três cronistas estão em consonância ao determinarem o litígio do rei Plantageneta como probó e lícito. A necessidade de “fornecer uma causa justa para a guerra, sendo feita em nome do rei”³⁴⁹, como aponta o contemporâneo Walter of Milemete, não seria suficiente para esclarecer a relação entre os cronistas e sua concepção do registro da história naquele momento. Portanto, devemos observar com mais atenção quais foram seus entendimentos sobre como tal pleito veio a ser validado a partir de suas crônicas.

Thomas Gray, consciente da importância que a genealogia tinha entre seus pares, empregou-a, como vimos no capítulo anterior, como uma das armas para deslegitimar o direito de David II ao trono escocês. No caso de Edward III, o cavaleiro emprega a mesma arma com a finalidade inversa, ao afirmar que “o rei da França teve três filhos, [...] porém todos morreram sem deixar herdeiros [...]. Assim, o direito [...] estava legitimamente ligado a Edward, filho de Isabela, irmã desses três irmãos, por ser o herdeiro masculino mais próximo [...]”³⁵⁰. Em outro momento de sua narrativa, o condestável de Norham adiciona mais um elemento para a justeza das ações de Edward III: o tempo de sua coroação, isto é, ele era jovem, “[...] e

347 AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.L.]. Benziger Bros. Edition, 1947, p. 1813 – 1814. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

348 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 65.

349 MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham**. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 50.

350 GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 39 – 40.

graças à sua pouca idade, assim como aos conselhos malignos, preguiçosos e negligentes que o direcionavam em todos os assuntos, nenhum pleito foi erigido naquela época”³⁵¹.

A relação entre a juventude de Edward III e sua suposta inabilidade para governar nos anos iniciais em que a rainha e o conde Roger Mortimer exerceram a regência parece ter se espreado dentre os escritores contemporâneos como uma justificativa para que não levassem a cabo suas reivindicações naquele período³⁵². No poema “Os juramentos da garça”, Robert of Artois (1287 – 1342), nobre francês exilado na corte plantageneta, lança uma provocação ao monarca, por este, já em idade adulta, não ter reclamado seu pleito à coroa francesa, ao que teria obtido como resposta: “Desafiarei o rei de St. Denis, [...] atravessarei o mar [...] e incendiarei o reino todo, e então esperarei por meu inimigo mortal, Philippe de Valois”, justificando o fato de que ainda não havia declarado guerra formalmente, antes de 1340, por ter-lhe “prestado homenagem quando era muito jovem”. Porém, prossegue o relato, “o renuncio, em castelos e feudos, e farei a ele guerra tanto em feitos como em palavras”³⁵³. Embora a credibilidade do poema seja contestável³⁵⁴, os elementos ali citados auxiliam na compreensão dos parâmetros sobre o que pode ter sido o pensamento coevo sobre o direito e, portanto, a legalidade da ação de Edward III, uma vez que se aproxima do que os cronistas escreveram sobre aquele evento. Thomas Gray entende que o momento crucial para o início daquela empreitada:



Foi decidido pelo conselho do rei, durante o parlamento, e sob a recomendação dos clérigos, que ele [o rei] não mais deveria negligenciar seus direitos, nem mesmo seu pleito à Coroa da França. Dessa forma, decidiram declarar guerra, renunciar a homenagem feita ao rei da

351 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 59.

352 VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 843 – 844, out. 1993.

353 THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**: composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861, p. 6 – 7

354 WHITING, B. J. The vows of the Heron. **Speculum**, v. 20, n. 3, p. 261 – 278, jul. 1945.

França, Philippe de Valois, que impedia o exercício dos direitos do rei, e enviaram-lhe seu desafio³⁵⁵.

Jean le Bel é mais incisivo nesse sentido. No primeiro capítulo de sua narrativa, “Aqui segue a genealogia do nobre rei Edward, e como ele foi expugnado da Inglaterra” (*Here follows the genealogy of the noble king Edward, and how he was driven out of England*), o cronista elenca a questão sucessória de modo similar a Thomas Gray e Geoffrey le Baker, realçando, porém, que “[...] o filho de uma mulher não pode ter direito a sucessão através de sua mãe, uma vez que ela própria não dispõe de tal prerrogativa”³⁵⁶, segundo o que alguns contemporâneos afirmavam. Em determinado momento, o entendimento do cronista se aproxima de seus pares, pois ele também argumenta em prol do direito de Edward III ao trono francês, tomando por base sua linhagem e a defesa de interesses pessoais e comuns à nobreza. A certa altura, Jean le Bel indica que o rei não sabia ao certo qual posição tomar, isto é, se permitiria que seu pleito fosse negligenciado ou se iria engajar-se na busca por seu cumprimento, uma vez que “estava relutante em deixar a questão como estava caso pudesse retificá-la, [...] pois se permanecesse em silêncio e falhasse em empenhar-se para corrigir a conjuntura, tal fato lhe traria muita humilhação”³⁵⁷.

Geoffrey le Baker também parte da premissa de que “Edward era legalmente o próximo herdeiro ao trono da França por conta da linhagem de sua mãe”³⁵⁸. Contudo, por conta dos maus conselhos nos anos iniciais de seu governo, isto é, graças a influência de Isabela e Mortimer na condução do reino, teria tido suas prerrogativas reais prejudicadas. Um desses momentos foi quando, sob o governo regencial, um acordo de paz é negociado com os escoceses por volta de 1327, do qual resulta a concessão de uma nova carta-patente aos escoceses em detrimento da antiga, que foi “revogada e incinerada” e na qual “o povo da Escócia e o seu rei [...] teriam se submetido perpetuamente aos ingleses, [...] e cujas provas eram o selo do

355 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 70.

356 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 55.

357 *Ibid.*, p. 65 – 66.

358 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 35.

monarca, juntamente com os selos dos líderes e prelados do reino afixados naquele documento”³⁵⁹. À perda do direito ao exercício do poder no reino do norte se somam, segundo o relato do cronista, as afrontas perpetradas pelo monarca francês em dois sentidos:



[...] A negação de seu direito amplamente reconhecido ao reino de seus ancestrais [isto é, a França], e ao modo cruel como seu inimigo Philippe de Valois procedeu para com os ingleses. Ele não apenas expulsou-lhes do reino da França como se fossem judeus ou inimigos de Cristo, mas também os matou, roubou-os e aprisionou-os. Além disso, também tomou para si, injustamente e sem causa, o ducado da Aquitânia e o condado de Ponthieu, e, não obstante, encorajou os escoceses a rebelarem-se [contra Edward III] com seu apoio, conselho e auxílio. Porém, apesar de tudo isso, o rei alegremente acordou com a paz proposta [...] pela Igreja [...]. Todas as ofertas razoáveis do rei Edward não foram capazes de abrandar a mente de um tirano que estava confiante de que, com o auxílio dos escoceses, poderia removê-lo à força do reino da Inglaterra e de todas as suas outras possessões³⁶⁰.

Edward III, na perspectiva do cronista, está em guerra por um motivo pessoal, ou seja, a busca por seu pleito, ao mesmo tempo em que também procura exercer sua função primordial de defensor da comunidade do reino. Se em algum momento sua guerra poderia ser classificada como “privada”, tanto pelo motivo da sucessão ao trono como aos títulos de comando das regiões em questão, ela também se torna pública ao defender os interesses dos ingleses residentes no território francês, podendo assim ser justificada. Essa separação entre a figura do rei, como homem público, e do nobre, com ambições privadas, já havia sido debatida durante o reinado de seu antecessor³⁶¹, e é possível observarmos o amálgama dessas distinções das funções privada e pública no texto do cronista: o monarca, uma figura

359 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 38.

360 Ibid., p. 53 – 54.

361 PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 178 – 180.

com interesses pessoais, porém de autoridade pública constituída e reconhecida dentre seus pares, declara guerra contra um outro reino que se recusa “a reparar os agravos realizados por seus súditos, ou a restaurar aquilo do que se apoderou injustamente”, como destacou Tomás de Aquino, sob a alegação de punir um mal feitor que era contrário à paz.

Assim, o que os três cronistas buscaram foi construir a legitimidade para o início das animosidades, descrevendo Edward III tanto como indivíduo quanto monarca, além de vítima de um agravo que poderia ser reparado apenas através da força, uma vez que o rei francês não estaria disposto a reconhecer a existência de seu pleito. A figura régia, defensora do bem comum, não poderia permitir que territórios sob seu domínio permanecessem nas mãos de um senhor que não os governaria por direito, pois seus dividendos, direcionados ao tesouro real, permitiriam os preparativos para sua defesa em eventuais situações similares. Isso significa que se a deflagração de conflitos, que poderiam variar de escaramuças localizadas a guerras de ampla difusão, era tomada por certa, e sua realização estava atrelada à participação “tanto de guerreiros de origem não nobre [*gens*] como senhores ávidos pelo dinheiro”³⁶², aqueles que tinham parte ativa no conflito, ou ao menos dentre eles os que se propuseram a racionalizar e escrever sobre o assunto, parecem não ter ido muito além no questionamento de suas motivações. A guerra como forma de resolução de embates por questões como a política e a economia, mas também relacionada à figura social do nobre, era parte integrante da ordem social³⁶³. Imersa em uma tradição de longa data, as contendas naquele momento são entendidas dentro de um sistema que exige seu reconhecimento jurídico, pois, caso contrário, seriam ilegais e imorais. Da mesma forma que um fora da lei, um nobre que se tornasse inimigo da comunidade, cujos direitos haviam sido violados, fornecia a prerrogativa para que o agravado buscasse uma reparação, porém, caso o motivo não fosse considerado justo, a suposta vítima passaria a ser entendida como responsável por sua violação³⁶⁴.

362 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 67.

363 ALLMAND, C. **The hundred years war**: England and France at war, c. 1300- c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 6; CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p. 260.

364 WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009, p. 83.

A narrativa crônica inglesa produzida durante o momento em questão é, desse modo, construída para culpabilizar o monarca francês como o principal responsável pelo desencadeamento das situações que levaram ao conflito. Ele, portanto, segundo preceitos do período, torna-se responsável pelo destino acometido aos seus súditos, em que a forma de concepção da guerra insere igualmente no teatro de combate não tão somente castelos e fortalezas, mas também edifícios religiosos, vilarejos e outros locais que abrigam uma população não ligada diretamente ao conflito.

Durante os períodos de conflitos ocorridos entre governantes cristãos ao final da Idade Média, um dos pressupostos em voga foi o de não se colocar em prática a chamada “guerra total”, uma vez que as atividades bélicas deveriam se desenrolar dentro de seus propósitos legais e definirem qual dos querelantes estava com a razão através do julgamento divino. Dessa forma, a legislação canônica estabelecia que determinados grupos de indivíduos deveriam permanecer completamente imunes durante a realização de eventos marciais, tanto por suas atividades não trazerem riscos aos combatentes como também pelo fato de serem úteis à comunidade do reino³⁶⁵. Nesse sentido, as palavras de um contemporâneo asseveram tal concepção quando o mesmo se questiona sobre quais grupos deveriam desfrutar do direito de salvo conduto em épocas de guerras legalmente declaradas:



[...] todos aqueles pertencentes à Santa Igreja devem permanecer em segurança, [...] pois a lei assim lhes garante. A eles, menciono também os fazendeiros [*husbandman*] e lavradores [*ploughmen*] com seus bois, [...] uma vez que aqueles que cultivam o solo o fazem para todos [os membros da sociedade] que usufruem de seu trabalho³⁶⁶.

Para além de uma discussão sobre a distinção, em tempos de guerra, quanto a validade ou não dos ataques àqueles não engajados nas atividades marciais, as narrativas crônicas registraram diversos atos de hostilidade contra grupos cuja existência estava atrelada ao que Honoré Bonet defi-

365 KEEN, M. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965, p. 189 – 190.

366 BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet**. Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 188.

niria como bom funcionamento da sociedade. Uma vez que esse tema é recorrente e está diretamente ligado à legalidade das ações de Edward III e sua nobreza durante o conflito, o emprego da violência justificada contra não-combatentes é um elemento de relevância nos relatos cronísticos cuja análise pode nos auxiliar na melhor compreensão dos parâmetros do registro histórico em questão.

Sempre tendo por norte a questão da constituição e amparo a um *casus belli* para o conflito, interrogamo-nos sobre as tentativas dos cronistas de associar a tomada da vida não apenas de guerreiros, mas também daqueles, a princípio, não-engajados no conflito, como um elemento provável para a concretização do ensejo de Edward III em reparar os supracitados agravos em prol da comunidade do reino. Dito de outra forma, os inimigos são delimitados como grupos mais ou menos definidos, dado que sua descrição apresenta contornos não obrigatoriamente ligados a características de capacidades bélicas ou origem social, como “guerreiros tenazes” ou a dicotomia nobre *versus* não nobre, mas antes são englobados dentro de uma outra categoria: a de sua origem; esta, por sua vez, não delimitada pela associação a uma pequena região, mas ao reino como um todo. Os “ingleses nativos”³⁶⁷, súditos da Coroa, não enfrentam homens de Calais ou Berwick, mas uma “turba de franceses”³⁶⁸ que defendem a primeira e “bravios guerreiros escoceses”³⁶⁹ que residem na segunda. Cabe avaliarmos, assim, a perspectiva dos cronistas sobre as descrições para ações violentas similares, perpetradas por nobres e não nobres a um conjunto de “escoceses” e “franceses” – termos globalizantes e que estão presentes em seus relatos –, para então tentarmos perceber suas aproximações e afastamentos, notadamente em relação àqueles momentos com grande poder de destruição de bens e de corpos de indivíduos que, à primeira vista, não estavam envolvidos nas ações bélicas.

A tentativa que se segue, de convencionarmos até que ponto o emprego da violência e sua praticabilidade em tempos de conflito foi aceitável

367 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 4.

368 GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 74.

369 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 120.

naquele momento, é um esboço empreendido a partir da associação entre as crônicas e outros textos de circulação contemporânea que versam sobre o assunto³⁷⁰. Na península ibérica, o canonista Álvaro Pelayo (c. 1280 – 1352), ao enumerar o que considera os trinta e um pecados e defeitos dos cavaleiros, em “Do estado e do pranto da Igreja” (*De statu et planc-tu Ecclesiae*), composto entre as décadas de 1330 e 1340³⁷¹, adverte para as considerações gerais da sociedade nobiliárquica de seu tempo. Ali, ele aponta para o fato de “tomarem parte em guerras injustas”, “falharem em manter seu juramento de encarar a morte pela segurança do bem comum” e “lutarem pelas presas de guerra e para aumentarem suas fortunas”. Não obstante, ele também chama a atenção para atos de violência desmedida e comportamentos reprobatórios a ela associados, como: “muitos, após matarem religiosos, continuam desfrutando dos benefícios da cavalaria”, “não empregarem os saberes cavaleirescos para o propósito que foram instituídos – para retificar injustiças e vingar-se dos ímpios”, “matarem e declararem guerra sem a autoridade de seu superior”, “matarem seus prisioneiros de guerra” e, finalmente, “lutarem de modo cruel e implacável com o intuito de obterem vinganças, para dominarem e infligirem danos [ao próximo]”³⁷².

Mesmo sem o contato com o texto do religioso, é válido observarmos que tais formas de agir também foram, até certo ponto, comungadas entre os relatos de cronistas ingleses. O cronista de Lanercost registra a ação de cavaleiros “enviados pelo Papa” até a cidade de Acre em 1290, que “costumavam comportar-se cruelmente com os mercadores sarracenos, tanto se apoderando dos seus bens sem qualquer tipo de pagamento ou insultando suas pessoas, transgredindo a lei da gentileza daqueles zelosos pela fé cristã”³⁷³, enquanto o responsável pela *Vita Edwardi Secundi*, escrita entre

370 Por volta do último quarto do século XII, a legislação previa que em *tempus werrae*, isto é, em tempos de guerra, o saque e a tomada forçada de bens (*seizure*) eram uma consequência inevitável do conflito, e que, portanto, deveriam ser perdoadas. STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 263.

371 SOUSA, A. M. **Os pecados dos reis: a proposta de um modelo de conduta para os monarcas ibéricos no Estado e Pranto da Igreja e no Espelho dos Reis do franciscano galego D. Álvaro Pais (1270 – 1350)**. 2008. 200f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 37.

372 As citações da obra de Álvaro Pelayo foram feitas a partir daquela encontrada na obra de Philippe Contamine. Cf. CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p. 276.

373 **THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346**. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913, p. 78.

1325 e 1326, generaliza com mordacidade o modo de conduta nobiliárquico daquele momento:



Quem você pensa que é inflamado com a maior das malícias contra o próximo do que o cortesão? Enquanto está ensoberbecido de sentimentos ruins e amargos, ele ignora a seus inferiores, desdenha aos seus semelhantes e sempre empenha-se em igualar-se a seus superiores. Em quase todos os aspectos da vida, o pajem envida sobrepujar ao cavaleiro, o cavaleiro ao barão, o barão ao conde, o conde ao rei. Além disso, quando não são capazes de arcar com suas despesas [...], voltam-se à pilhagem, saqueiam seus vizinhos, despojam seus subordinados [*subditos*], e praticam odiosas extorsões contra os servos de Deus³⁷⁴.

A partir de relatos nesse sentido, a conduta esperada dos responsáveis pela defesa e bem-estar da comunidade parece ter se apartado dos ideais normativos quando se dispunham face a sua aplicação cotidiana. A chamada “cultura cavaleiresca”, que em grande parte norteou, ou ao menos exerceu grande influência nos escritos teóricos e testemunhais sobre a guerra no período³⁷⁵, alcançou apenas parte daqueles engajados no conflito, comumente nobres, e que não necessariamente se deixaram guiar por seus princípios³⁷⁶. As crônicas, relatos nobiliárquicos por excelência, buscaram compreender as ações dos homens nas contendas através do olhar inserido em tais parâmetros, e muito embora os deveres da nobreza e daqueles não nobres inicialmente estivessem em conjunção na defesa de sua localidade ou reino de origem, seus anseios durante a realização do conflito poderiam vir a destoar consideravelmente daqueles declarados oficialmente³⁷⁷.

374 **VITA EDWARDI SECUNDI**: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 99.

375 ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991, p. 221 – 222.

376 DEVRIES, K. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities**: warfare in the middle ages. Leiden; Boston: Brill, 2006, p. 31.

377 HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966, p. 80.

No *De Re Militari*, Vegécio salientou que “é preferível subjugar um inimigo pela fome, pelos saques e pelo medo do que em batalha, em que a fortuna tende a ter maior influência do que a coragem”³⁷⁸. Edward III, possuidor de ao menos uma cópia do texto daquele pensador pagão, tem nas “cavalgadas” (*chevauchées*)³⁷⁹, que assolaram o território francês entre as décadas de 1340 e 1350, um emprego prático dessa forma de guerrear. Ali, as mortes e os prejuízos materiais ocorreram em grande escala para os padrões contemporâneos, com uma dupla função de obter um fluxo contínuo de víveres para os guerreiros sob seu pagamento durante as campanhas território inimigo, bem como com a intenção de forçar os opositores a batalharem em posição tática desvantajosa³⁸⁰, e enquanto isso não ocorria, impactava, material e “psicologicamente”, sobre o domínio dos inimigos, com a destruição dos componentes chaves de sua riqueza material: a colheita, bens móveis, animais domésticos e a morte, ou ao menos debandada, do campesinato responsável por sua manutenção³⁸¹.

Dado que as duas primeiras afirmativas se relacionam estritamente à logística e à forma tática de guerrear, interessa-nos observar com mais atenção a terceira delas. Na Inglaterra, a tomada de bens dos não nobres parece ter sido uma prática até certo ponto corrente dentro das terras onde um senhor exercia sua autoridade³⁸². No contexto do conflito, essa tomada de bens gerou insatisfações intra-reinóis quando da instituição das *purveyances*. Mas o que se pode cogitar é que a própria forma de fazer guerra implicava que, quando os guerreiros estivessem dentro das terras do rei ou daquele responsável por seus estípidios, tivessem seu sustento garantido

378 VEGETIUS. **Epitome of military science**. Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011, p. 116.

379 As *chevauchées* tiveram suas origens nas campanhas iniciais de Edward III na Escócia. A acepção da palavra é variável, pois, segundo seu emprego em documentos contemporâneos, poderia vir em conjunção com *l'aventure* para descrever as atividades de pilhagem, ou mesmo com *de guerre* para referir-se especificamente à operação militar. De qualquer forma, ao longo do período trecentista, ela abarcou não apenas a atividade bélica, o roubo de animais e o saque de alimentos, bens e víveres intrínsecos a mesma, mas também a destruição advinda de sua realização, a qual foi parte importante das campanhas inglesas naquele momento. SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by battle**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 181.

380 ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 90, 1994.

381 STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 259.

382 PANTIN, W. A. **The English church in fourteenth century**: based on the Birkbeck Lectures, 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 205 – 206; 208.

pelo pagamento diário; porém, em terras inimigas, poderiam e até mesmo deveriam subsistir com o que pudessem obter à força³⁸³.

Na carta enviada por Edward III a Philippe VI em 1346, durante a campanha que culminaria na batalha de Crécy, o último é acusado pelo primeiro de evitar o enfrentamento direto, e ali é corroborada a ideia de que, graças a esse procedimento, todos dentro dos domínios do adversário estariam passíveis de se tornarem alvos de ataques dos ingleses. Edward III assevera seu direito de empregar a força, inclusive contra não combatentes, ao sustentar que “[...] não pudemos engajá-lo em batalha, e assim decidimos continuar avançando dentro de nosso reino [a França] para [...] punir os rebeldes, aos quais você falsamente denomina como seus súditos [...]”³⁸⁴. É possível que, sob o entendimento do soberano inglês, o que está sob ataque naquele momento é a comunidade francesa do reino, pois a mesma fornece os meios necessários para que seu opositor lhe ofenda nos campos teórico e prático, ou seja, moralmente e militarmente, ao não reconhecer o direito a que pleiteia em governá-la, como também provisiona suas hostes com víveres e outros bens móveis necessários à sua manutenção. Em outras palavras, Edward III põe em pauta a legitimidade das ações cotidianas dos franceses como um todo, que, ao pagarem impostos e estabelecerem relações práticas com a nobiliarquia reinol, os burgueses, clero e campesinato reconhecem a autoridade do soberano adversário através da cadeia constitutiva de poderes³⁸⁵. Dessa forma, atacam, ou ao menos causam prejuízos a seu senhor por direito sob tal perspectiva, e, portanto, tornam-se alvos potenciais para as investidas inglesas.

A partir da segunda metade do século XIII, pode-se dizer que as grandes migrações de grupos que ameaçaram a Cristandade ocidental, como muçulmanos, mongóis e, no caso inglês, os normandos, a violência justificada contra aqueles invasores estrangeiros tende, lentamente, a ser direcionada contra grupos internos à Cristandade, como os escoceses e franceses.

383 HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966, p. 101.

384 O texto completo em anglo-normando pode ser encontrado no *Calendar of Patent Rolls*, pertinente aos anos de 1345 a 1348, porém decidimos empregar a tradução mais recente realizada por Clifford Rogers presente em seu artigo acerca da campanha de Crécy em 1346. ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 97, 1994.

385 Cf. REYNOLDS, S. **Fiefs and vassals: the medieval evidence reinterpreted**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Por isso, a escrita da história em tempos de conflito tendeu a deslegitimar suas ações com vias a justificar os antagonismos em questão³⁸⁶. Entretanto, no caso das crônicas aqui analisadas, observamos a realização de descrições – se não categorizadas como depreciativas, ao menos reprobatórias –, não apenas contra o inimigo, mas também contra ingleses e homens de outras regiões que lutam em nome de Edward III. Relatos, como o de Jean le Bel, de que em certa altura da campanha na Britânia, na década de 1350, a cidade de Guémené “foi tomada de assalto, pilhada, destruída e queimada por completo, [...] onde homens, mulheres e crianças foram mortos em grande número, causando grande aflição ao rei”, ou mesmo o Thomas Gray, ao descrever que Edward III “ateou fogo a tudo o que estivesse em seu caminho”³⁸⁷, levantam a seguinte questão: uma vez que os “abusos”³⁸⁸ contra não combatentes não passam despercebidos pelos cronistas, tais ações poderiam ser compreendidas como um elemento contrário à construção do *casus belli* inglês, ao empregarem a força contra grupos desarmados e, portanto, em tese, inaptos para o conflito? Ou, sob um ponto de vista inverso, tais práticas guerreiras estariam igualmente inseridas nos parâmetros de guerra justa e seriam, portanto, moralmente e legalmente praticáveis dentro de tal contexto?

Geoffrey le Baker, Jean le Bel e Thomas Gray, embora não partilhem um “universo em comum”, como ressaltado anteriormente, parecem erigirem de forma similar sua argumentação sobre as diversas ações violentas praticadas em solo francês. De modo geral, quando os “comuns” (*commons*), no sentido de abarcar os setores mais empobrecidos, são citados nas narrativas, têm relacionado a si uma figura narrativa com vistas a enfatizar o grande estrago ocorrido após o evento bélico. Além disso, seu papel no conflito é evidenciado por tomarem parte ativa do combate aos ingleses,

386 BARAZ, D. **Medieval cruelty**: changing perceptions, late antiquity to the early modern period. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003, p. 123 – 124.

387 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 108.

388 Recentemente, Kelly DeVries argumentou que os líderes militares da Idade Média tinham em grande estima o valor da vida humana, e por esta razão a guerra tornou-se amplamente defensiva, com o emprego de melhores armaduras, táticas de cerco e a ampliação do uso de homens responsáveis pelo tratamento “médico” dos guerreiros. Tal visão, entretanto, vai na contramão de outros estudos sobre o tema, uma vez que ao emprego de estratégias defensivas são associados fatores materiais, como o custo na manutenção e ressarcimento de guerreiros, além da dificuldade de locomoção de máquinas de cerco. A isso soma-se a perspectiva de ganhos mais fáceis de butim ao se derrotar camponeses e clérigos com equipamentos de batalha de qualidade inferior aos da nobreza. DEVRIES, K. **Medieval warfare and the value of a human life**. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities**: warfare in the middle ages. Leiden; Boston: Brill, 2006, p. 27 – 55.

no qual ocorrem decessos daqueles homens em grande escala. Geoffrey le Baker arrola o número de nobres mortos em uma batalha datada de 1352, apurado em “140 cavaleiros e 500 pajens, [...] mas o número de comuns mortos não foi contado”, assim como na tomada do castelo de Romorantin em 1356, não são os nobres que sofrem as maiores baixas, uma vez que “[os ingleses] entraram no castelo e mataram um grande número [*band*] de cidadãos, enquanto dois senhores franceses fugiram para a torre principal com vários de seus cavaleiros”³⁸⁹. Thomas Gray alude à campanha de 1326 contra os escoceses, na qual “encontraram um grande número de comuns marchando contra a hoste inglesa, que os eliminou quase que por completo”³⁹⁰, e ao cerco de Berwick em 1333, realizado pelos “Deserdados” (*Disinherited*), em que “[...] quase todos os barões, cavaleiros e comuns morreram em grande número”³⁹¹.

Independentemente do engajamento de uma parcela dos indivíduos de uma localidade no conflito, seja para a defesa de seus bens materiais ou mesmo de suas próprias vidas, o contexto marcial no qual estão inseridos faz com que sejam descritos por ambos os cronistas, assim como por Jean le Bel, como aqueles fadados à fortuna de guerreiros derrotados, mesmo que não tenham participação ativa nas contendidas. Tal argumento pode ser reforçado ao observarmos três momentos de sua crônica em que essa afirmação se torna evidente. No primeiro deles, durante a tomada de Calais, seis burgueses, “os homens mais ricos da cidade”, submetem-se e prostram-se frente ao monarca “com o desejo de salvarem a vida das pessoas da cidade”. Edward III decide perdoá-los por suas ofensas, isto é, por permanecerem sob cerco e não se renderem ao seu monarca de direito, porém, não antes sem impor uma condição aos seus habitantes: “ele ordenou que *Sir* Jean de Vienne e seus companheiros de cavalaria fossem enviados à Inglaterra, enquanto todos os outros guerreiros e pessoas da cidade deveriam ser expulsas com nada mais do que suas roupas a serem carregadas sobre os

389 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 104 - 191

390 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 58.

391 *Ibid.*, p. 68.

ombros”³⁹². Tal destino, ou situação similar, ocorreria anos antes no cerco à cidade de Tournai. Ali, os sitiados, por temerem escassear os suprimentos e não receberem auxílio do rei da França, “discutiram como agir, e fizeram partir da cidade, através das linhas inimigas, [...] homens, mulheres e crianças, que não teriam utilidade nem meios para subsistirem por conta própria”³⁹³. Finalmente, Jean le Bel atenta para as mortes em grande escala, que em certo caso “levou de uma só vez mais de seiscentos homens, dentre eles taverneiros, açougueiros e mercadores”³⁹⁴. Se a perda de suas vidas e do local de habitação era um receio constante a rondar aqueles indivíduos, um outro flagelo impingido pelos ingleses ou mercenários sob seus auspícios assolou as regiões: a violação de mulheres, não apenas camponesas, mas também aquelas enclausuradas, nobres ou não, além da destruição constante que assola tanto bens eclesiásticos como vilarejos e cidades.

Durante tais expedições, ambas ações parecem estar associadas à conduta dos guerreiros, com ou sem origem nobiliárquica, em que as leis do reino da Inglaterra, assim como a teorização sobre a mesma, parece não ter obstado sua prática durante o período em que estiveram em solo francês³⁹⁵. O jurista inglês Henry of Bracton (c. 1210 – c. 1268), na primeira metade do século XIII, destaca que:



[...] o estupro é um crime imputado por uma mulher a um homem pelo qual ela alega ter sido forçosamente violada [...]. Nesse caso, uma punição severa seguir-se-á, considerando-se inicialmente se ela é casada ou uma viúva com vida respeitável, uma freira ou matrona, [...] todas as quais o rei deve proteger para a preservação de sua paz [...]”³⁹⁶.

392 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 202 – 203.

393 Ibid., p. 89.

394 Ibid., p. 188.

395 HANAWALT, B. A. **Of good and ill repute**: gender and social control in medieval England. New York: Oxford University Press, 1998, p. 126.

396 SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001, p. 54.

Igualmente, segundo o Estatuto de Westminster, datado de 1275, “o rei proíbe a todos que estuprem ou tomem à força uma donzela de pouca idade, com ou seu consentimento, assim como mulheres casadas, donzelas de quaisquer idades e quaisquer outras mulheres contra sua vontade”³⁹⁷. Os relatos de Jean le Bel, entretanto, indicam que, se tal legislação vigorava, não era cumprida, e se não é possível saber ao certo até que ponto seus relatos se aproximam dos acontecimentos descritos, não destoam do que pode ter ocorrido durante a época do conflito, em que bandos armados tinham sob sua mercê regiões inteiras sem defesa apropriada. Dessa forma, Jean le Bel escreve: “A cidade inteira [Poitiers] foi pilhada e saqueada, suas igrejas profanadas, e tudo destruído; além disso, as mulheres [*townswomen*] foram violadas, motivo que enfureceu o conde de Derby [responsável pela expedição], mas que foi incapaz de preveni-la”³⁹⁸. Independentemente da cumplicidade ou mesmo da capacidade dos líderes militares em limitarem tal prática³⁹⁹, ou mesmo da categorização sobre quais casos específicos poderiam ser assim enquadrados⁴⁰⁰, o fato é que, sob a perspectiva do cronista, a linha entre normas coercitivas e a prática executada pelos guerreiros era tênue e com frequência ultrapassada, pois, no afã de tomar para si o máximo de riquezas que pudesse carregar, os excessos inevitavelmente viriam a ocorrer. Em uma das passagens mais vívidas de sua narrativa, acerca do saque na vulnerável cidade de Caen, todos esses elementos encontram-se presentes. Os comandantes ingleses “saem pela cidade para prevenirem e reprimirem a grande matança que estava a caminho e para salvarem as mulheres e garotas da cidade do estupro e abusos”, porém, em meio a desordem imperante nas tropas, era “deplorável ver os habitantes e suas mulheres, filhas e crianças sem saberem para onde irem, e assistirem as suas mães serem mortas ante seus olhos, ou suas esposas e mulheres violadas, suas casas postas abaixo e todos os seus bens saqueados”, destino

397 **STATUTE OF WESTMINSTER I** (3 Edw. I), 1275. In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London: New York: Routledge, 2001, p. 400.

398 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 188.

399 REID, P. **By fire and sword: the rise and fall of English supremacy at arms, 1314 – 1485**. London: Constable, 2007, p. 47.

400 SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001, p. 56.

igualmente partilhado por uma abadia “de mulheres respeitáveis, [...] que foram igualmente estupradas”⁴⁰¹.

Tal perspectiva, entretanto, é descrita por homens comissionados por aqueles que lideraram ou mesmo cometem tais ações, e por isso requeriam cautela do cronista caso decidisse por relatá-las. Além disso, suas ponderações poderiam refletir o lugar social de onde falava, isto é, no caso de homens ligados à Igreja, como o era Jean le Bel, não é de se espantar que ficassem atônitos às notícias acerca da destruição de edifícios religiosos e ao assédio que seus ocupantes sofriam dos guerreiros, fossem nobres ou não. Dessa forma, aos olhos dos cronistas, era necessário fazer compreender que, em última instância, tais excessos, embora condenáveis, eram parte constituinte do conflito, ou como bem coloca Jean le Bel: “[...] de fato, qualquer um que estivesse em posição para protegê-los e falhasse em fazê-lo não seria um bom cristão, [...] porém, estas coisas acontecem na guerra e devem ser aceitas”⁴⁰². Entretanto, é necessário inserirmos tais relatos dentro de um contexto em que o emprego da violência contra os não combatentes é entendido como o uso da força autorizada para a resolução de animosidades e a restituição da paz, seja pela lei ou pelos costumes, e paralelamente como a demonstração de um direito moral⁴⁰³.

Em um diário sobre a campanha de 1355 – 1356 realizada pelo Príncipe Negro e inserida por Geoffrey le Baker em sua crônica, é relatado que, em certa ocasião, ao herdeiro da coroa foi oferecida uma grande quantia em dinheiro para que poupasse a cidade de Carcassonne da destruição pelo fogo. Ele, entretanto, teria respondido que “não havia se dirigido até lá em busca de ouro, mas sim de justiça, e não para vender cidades [de forma similar ao que fez John of Doncaster com o castelo de Guines], mas para capturá-las”, e pela recusa dos cidadãos em se submeterem a seu domínio, “o príncipe deu ordens para que o burgo fosse queimado”⁴⁰⁴. A associação dos súditos franceses como “rebeldes”, ou o destaque para sua disposição

401 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 173.

402 Ibid.

403 WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009, p. 86

404 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 114.

a contrariar a realeza de Edward III, como feita na carta enviada a Philippe VI, também é observada em um episódio similar narrado por Jean le Bel, quando os habitantes da cidade de Poix “negociaram [...] e aceitaram pagar uma certa quantia [...] para pouparem a cidade de ser queimada”. Entretanto, ao invés de cumprirem com o acordado, reuniram-se após a partida da hoste e insurgiram-se, matando os guerreiros que ficaram para trás (encarregados de receberem tal pagamento). Alguns deles, entretanto, “escaparam e avisaram ao rei, que retornou, exterminou a população sem piedade e ateou fogo à cidade”; de acordo com o cronista, “justificadamente”⁴⁰⁵.

Dessa forma, as aparentes sensibilidades dos cronistas para com as ações de violência contra não combatentes pode não passar de um reflexo de uma reação subjetiva, pois, afinal, estiveram em contato direto com o conflito ou mesmo acederam aos testemunhos daqueles que em algum momento ali se encontraram. Sob um outro viés, entretanto, é possível que as atitudes dos guerreiros contra homens, mulheres e crianças concebidas em suas narrativas reflitam uma percepção conjugada entre cronistas, teóricos e outros indivíduos que inquiriam e relatavam o conflito de que as regras e, por assim dizer, convenções de guerra do período, não surtiam o efeito esperado de fornecerem um código de conduta que de fato fosse rigidamente seguido por aqueles que a praticavam⁴⁰⁶. A formalização da guerra, por assim dizer, com atitudes que declaravam publicamente as intenções das hostes durante as campanhas, como o desfraldamento de estandartes⁴⁰⁷, nem sempre eram a garantia de que seriam cumpridas, e muito embora houvesse oficiais encarregados da manutenção prática da ordem, não havia quaisquer salvaguardas que sucederiam em sua tarefa⁴⁰⁸.

405 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 176.

406 KEEN, M. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965, p. 245.

407 Geoffrey le Baker fornece um testemunho elucidativo nesse sentido, quando narra que os homens liderados pelo Príncipe Negro, ao marcharem por uma região aliada, “ordenou que deveriam marchar com os estandartes enrolados, pois estavam em um território pacífico”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 118.

408 ALLMAND, C. **The hundred years war**: England and France at war, c. 1300- c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 50.

De qualquer maneira, a guerra propriamente dita não recebe sanções em suas narrativas, mas certas práticas individuais⁴⁰⁹. O *casus belli*, portanto, não é colocado em xeque, uma vez que o conflito atende aos requisitos para ser compreendido como justo em seu tempo: possui uma causa a ser perseguida, um agravo a ser reparado e o emprego da força contra aqueles entendidos como contrários a tais prerrogativas, isto é, os súditos das Coroas escocesa e francesa, fossem nobres ou não. “O príncipe, que estava ávido pela guerra em razão da paz que sempre se segue a mesma”⁴¹⁰, juntamente com o rei e toda a nobreza inglesa, não são culpabilizados por ações pontuais, que embora possam provocar reações adversas nos cronistas, não inviabilizam a justeza do conflito. Vantajoso, tanto no âmbito de “feitos de armas” como de ganhos materiais, as atividades em solo francês ganham tom reprobatório pelos três cronistas apenas quando praticadas por aqueles não autorizados para tal, isto é, pelas chamadas companhias de mercenários, bem como agrupamentos de camponeses e burgueses.

Os estragos causados na guerra eram, portanto, aceitáveis, desde que provocados em uma guerra liderada com o consentimento de uma autoridade legítima⁴¹¹, o que não era o caso de tais grupos. O ensinamento de Vegécio de que “é menos dispendioso treinar seus próprios homens em atividades marciais do que contratar mercenários estrangeiros”⁴¹², fora associado no ocidente trecentista à necessidade de proteção do bem comum pelos próprios membros daquelas comunidades⁴¹³, pois, como fora observado na prática, poderiam agir fora do controle das autoridades instituídas, causando danos além dos previstos na época da instauração do conflito.

Portanto, os mesmos danos à honra, à propriedade e à vida apontados anteriormente ganham outra nuance quando atribuídos a tais indi-

409 LYNCH, L. Protecting the non-combatant: chivalry, codes and the just war theory. **Ex Historia**, Exeter, v. 6, 2014, p. 59 – 68. Disponível em: < <http://humanities.exeter.ac.uk/history/research/exhistoria/current/>>. Acesso em: 12 mar. 2014; RUSSELL, F. H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975, p. 273 - 275.

410 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 121.

411 RUSSELL, F. H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975, p. 267 – 268; WHEATHAM, D. Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009, p. 38 – 39.

412 VEGETIUS. **Epitome of military science**. Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011, p. 28.

413 ALLMAND, C. **The De Re Militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the middle ages. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011, p. 26.

vídus. Thomas Gray descreve a situação após a batalha de Poitiers, que pode ser entendida como um retrato do que ocorreu em certas regiões da França nos anos subsequentes: “muitos ingleses, que não passavam do ajuntamento de comuns e subsistiam da guerra, rumaram à Normandia, [...] apoiados por homens da comunidade do reino, que se juntavam a eles [...] contra as ordens do rei [...]”⁴¹⁴. Quando se referem aos eventos das *Jacqueries*⁴¹⁵, as ações de pilhagem, queima de edifícios diversos e estupros não são ações marciais passíveis de compreensão, por serem métodos para o ataque e desmoralização do inimigo, mas igualmente atos de rebeldes. Nesses casos, na visão dos cronistas, a dicotomia entre ingleses contra seus adversários transparece quando descrevem o conflito entendido como justo, mas quando se trata da oposição entre nobres e comuns, o ponto de vista torna-se favorável à ação da nobiliarquia inimiga contra tais grupos. Geoffrey le Baker, por exemplo, cita ações ocorridas em meados de 1340, quando:



Quase toda a região fronteira [entre Inglaterra e Escócia] foi vítima das matanças e queimadas daqueles saqueadores. Os senhores da região não tomaram quaisquer medidas [...] para engajá-los em batalha, [...] embora tivessem recebido grandes somas do rei para protegê-la. Foram os comuns que bravamente os atacaram, recuperando o butim, matando muitos dos inimigos e aprisionando para resgate acima de oitenta dos mais importantes escoceses⁴¹⁶.

Retirada de seu contexto, tal descrição poderia muito bem ser confundida com aquelas dos insurretos de pouco mais de duas décadas depois, quando “as comunidades dos vilões e trabalhadores [*laborours*] [...] reuni-

414 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 90.

415 As *Jacqueries* normalmente são interpretadas como uma resposta dos camponeses à pobreza e instabilidade social causada pelos constantes saques ingleses a suas terras, à incapacidade de proteção de seus senhores e mesmo ao ataque da nobreza francesa contra vilarejos dentro de seu próprio território, como forma de antecipar a tomada de bens do inimigo ou mesmo punir descontentamentos com a condução da política real para o conflito. Entretanto, é preciso atentar que não apenas camponeses teriam figurado dentre seus protagonistas, sendo parte do esforço dos cronistas do período para diferenciá-los e caracterizá-los dentro de uma perspectiva de alteridade. Há evidências de que, para além dos camponeses e artesãos, mercadores, burgueses, oficiais régios e mesmo alguns nobres participaram de tais ações. BARAZ, D. **Medieval cruelty**: changing perceptions, late antiquity to the early modern period. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003, p. 125.

416 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 61.

ram-se em bandos [...], desdenhando os nobres e maltratando-os quando caíam em suas mãos [...]”⁴¹⁷. Sem a anuência da nobreza para a realização de tais ações, as mesmas são entendidas como uma “grande rebelião e conspiração dos vilões comuns [*vileins comunes*]”⁴¹⁸, a qual precisava ser controlada para o reestabelecimento da ordem social. Quando esses “bandos de homens sem liderança prosseguem com as queimadas, saques, matanças e estupros sem qualquer tipo de piedade para com membros da nobreza”, até então o inimigo a ser combatido, a menção reprobatória de Jean le Bel é notável. Ele classifica tais ações como “diabólicas, [...] perpetradas de forma que nenhum ser humano deveria conceber sem vergonha e horror”, mas que eram “estimadas entre eles”. Se agem sem o aval nobiliárquico, transgridem as normas constitutivas da hierarquia social, e não buscam uma finalidade para suas ações, o que certamente despertou o pavor de que “instituiriam o caos até que destruíssem a nobreza, a Santa Igreja e os ricos por toda parte”. Para o alívio do cronista e de seu público-alvo, entretanto, “Deus interveio, pelo qual todas as pessoas boas devem agradecê-lo”, permitindo o contra-ataque da nobiliarquia francesa, “que os destruiu, enforcou e matou cruelmente em grande número, de modo que seria maravilhoso registrar”⁴¹⁹.

Levando-se em consideração seus eventuais leitores e a sua estruturação do *casus belli*, tais narrativas reforçam a ideia de que as práticas bélicas se tornam legítimas quando circunscritas à condução nobiliárquica, aplicadas a alvos delimitados dentro de uma região que ampara os ultrajes a Edward III e sua comunidade do reino, e que, portanto, requer condutas punitivas. Uma vez que parece não ter havido a composição de tratados sistematizadores do conflito na Inglaterra do século XIV, coube em grande parte aos cronistas elaborarem, a partir de escritos de outras proveniências, reflexões nesse sentido, que, através dos filtros inerentes à escrita da história naquele momento, deram certa coesão à forma como o conflito fora concebido e entendido como válido entre seus contemporâneos.

417 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 90.

418 *Ibid.*, p. 98.

419 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 235 – 237.

Assim, exposto engendramento sobre o conflito e sua aplicação dentro de princípios jurídicos e morais naquelas crônicas, resta-nos um último elemento a ser trabalhado para a conclusão do capítulo: se à nobreza são dadas as rédeas da condução marcial contra um inimigo externo, fazem-no sob a égide da autoridade instituída de Edward III. Entretanto, considerando-se o entendimento e as balizas sobre os limites no exercício de seu campo de atuação, sobre quais pressupostos o monarca é alçado à condição de líder por excelência da comunidade do reino? Argumentamos que, para além de sua autoridade institucionalizada, outros elementos na construção da sua imagem são reforçados pela escrita cronística com vistas a angariar o apoio da nobiliarquia aos conflitos em questão. De que forma, portanto, tais textos teriam auxiliado na sua afirmação junto à comunidade reinol, em um sentido mais amplo que apenas o “econômico”, ou seja, especificamente sobre o compromisso do soberano no combate a dois inimigos tenazes?

3.3 O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO ACERCA DE UM REI IDEAL

Em 1327, ano da ascensão de Edward III ao trono, o reino da Inglaterra vivia um dos momentos de maior instabilidade política observados naquele século. Com a deposição e morte de Edward II, seu sucessor não estava habilitado a assumir o trono devido à sua pouca idade, e o governo reinol foi exercido de fato pela rainha Isabela e pelo conde Roger Mortimer. Ao norte, os escoceses forçavam o reconhecimento da distinção das Coroas, unificadas por Edward I décadas antes, enquanto, ao sul, a posição militarmente fragilizada dos ingleses leva à submissão do então herdeiro a Carlos IV, pelo ducado da Gasconha, com o consentimento de seu pai.

Diante deste cenário, a dissensão quanto à maneira de condução da política reinol, intrinsecamente ligada ao sucesso bélico, parecia exigir a tomada do poder por um indivíduo apto para tal. Roger Mortimer, embora renomado por sua capacidade em ambos os sentidos, não possuía laços consanguíneos que lhe permitissem assumir o trono, e acabou sufocado

por sua ambição ao exceder os limites de sua função regencial⁴²⁰. Com a ascensão de Edward III não apenas à Coroa em 1327, mas ao governo de fato em 1330, a comunidade do reino anseia por um monarca capaz de reverter sucessivos fracassos nos campos político e militar, ou assim nos levam a crer os registros contemporâneos, dentre eles as crônicas em questão. De modo geral, duas capacidades são destacadas por seus responsáveis como fulcrais ao pleno exercício régio daquele momento: a justa governança, na qual o rei deve exercer sua autoridade dentro dos acordos políticos em vigência, de forma mais ou menos continuada desde a assinatura da *Magna Carta*, bem como a capacidade administrativa, função fortemente entrelaçada à sua competência para garantir a estabilidade do reino tanto em tempos de paz como nos de guerra.

Walter de Milemete, em seu supracitado *speculum*, aponta para ambas as questões. Seu escrito, composto especificamente para Edward III⁴²¹, salienta a necessidade de o monarca contemplá-las caso deseje governar “com sucesso triunfante em suas ações”:



Vossa reverenciada alteza sabe que a honra e nobreza reais precedem todas as outras formas de nobreza e honra existentes. Os súditos e senhores devem diligentemente [...] e continuamente refletirem em seus corações como podem proveitosamente acrescentar à honra, ganhos, e proveitos de seus senhores através de auxílios e conselhos constantes, uma vez que o acréscimo da honra e do suces-

420 Jean le Bel, devido a sua proximidade com John of Hainault, cavaleiro que auxiliou Isabela e Mortimer na deposição de Edward II e sua subsequente ascensão ao poder, retrata o governo da Inglaterra entre 1327 e 1300 como sendo dirigido de fato pelo conde de Kent, pela rainha e Mortimer, “que, segundo rumores, era muito íntimo da mãe do rei de diversas maneiras”. De acordo com Geoffrey le Baker, “Mortimer, o amante da rainha e mestre do rei, planejava destituir o sangue real e usurpar sua majestade real”. Devido ao boato de que Edward II ainda estaria vivo, o conde de Kent foi responsabilizado e morto, “e não há por que se perguntar se o rei ficou zangado e furioso” com tal situação, ressalta o cronista. Com dezoito anos em 1330 e com condições de assumir o governo de fato, Edward III ordena a prisão e julgamento de Mortimer, que, considerado culpado pela execução do conde de Kent, é sentenciado a “ser arrastado através das ruas de Londres [...] e amarrado a uma escada no local de execução. Cortaram-lhe o pênis e os testículos, abriram-lhe a barriga, arrancaram-lhe as entranhas e as queimaram, deceparam-lhe a cabeça e o dependuraram pelas pernas”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 41. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 59; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 220 – 223.

421 NEDERMAN, C. J. Introduction to on the nobility, wisdom, and prudence of kings by Walter of Milemete. In: _____. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 19.

so bélico de seus senhores em geral visa o proveito da república e o benefício de todos os súditos⁴²².

Por trás do conselho de Milemete transparecem as pretensões nobiliárquicas e mesmo clericais de que o rei deve governar com o auxílio daqueles que compõem as camadas dirigentes do reino, uma vez que a prudência, característica tão almejada entre os mandatários, provinha da observação dos bons conselhos “no contexto de parlamentos e outras assembleias reais”⁴²³. Os escritos de Milemete tinham, inicialmente, pretensões díspares em relação às crônicas de Thomas Gray, Geoffrey le Baker e Jean le Bel, porém tais ideias parecem ter igualmente entremeadado a maneira como concebem a figura régia de Edward III, isto é, para além da validação de seu governo através da memória e de uma longa tradição fundada em elementos como a suposta descendência do rei Artur. Suas ações presentes devem levar em consideração os anseios da comunidade reinol pela estabilização das políticas externas e da resolução das querelas internas ocasionadas pelos desentendimentos sobre a distribuição de poderes, favores e riquezas.

Nas crônicas em questão, a imagem de Edward III, por um lado, é pintada simultaneamente a muitos dos eventos ocorridos nas décadas finais de seu governo, mas, por outro, é ilustrada em retrospecto, quando se trata dos anos iniciais de seu reinado. Ao comporem, dentro de um contexto em que os ingleses vêm impingindo duras derrotas a escoceses e franceses, os cronistas tendem a associá-lo a um monarca ideal, que desde os primórdios de seu domínio teria sido um governante hábil e predestinado para sua função. Geoffrey le Baker é, dentre eles, aquele que melhor sintetiza as glórias que recairão sobre Edward III, quando afirma que “foi cingido com a coroa de seu predecessor, o sagrado e abençoado Edward, o Confessor [...]. Embora [...] fosse grande e pesada, ostentou-a de modo tão varonil que aqueles que sabiam o quão jovem era [...] ficaram maravilhados”⁴²⁴. De sua narrativa sobre a cerimônia de coroação, possivelmente

422 MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 27.

423 *Ibid.*, p. 35.

424 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 33.

tomada de Thomas de la More ou algum nobre de seu círculo, são destacados dois aspectos importantes: a origem, traçada desde Edward, o Confessor, e sua “hombridade”, que em conjunto o tornam apto para o exercício de sua função marcial nos anos subsequentes⁴²⁵, “pressagiada” em função do ponto de vista retrospectivo do cronista. Em oposição a ele, ambos os monarcas adversários, sob o olhar do cronista, não apresentam características à altura de suas posições. Ao referir-se a Philippe IV (*Philippus*), por exemplo, reproduz jocosos versos contemporâneos sobre o significado de seu nome: “‘Phi’ denota sujeira, e ‘lippus’, olhos doloridos, [...]. Tanto a sujeira como os olhos doloridos são ruins. Então, em qualquer forma que seja, ‘Phi-lippus’ é algo pungente”⁴²⁶. Quanto a David II, o cronista remete à estreia inglória no exercício de sua função ao “ser conhecido por ter defecado no altar durante a coroação”⁴²⁷.

Ao destacarmos os feitos da nobreza inglesa sob os olhares dos cronistas, ao invés de focarmos nas relações de alteridade que permeavam seus relatos sobre o inimigo, trilharemos um caminho diferente, enfatizando não a construção da imagem dos monarcas inimigos e suas implicações, mas sim aquela feita sobre Edward III. Tal abordagem é válida para tentarmos nos deslocar de um lugar comum a respeito das análises feitas sobre o outro para pensarmos sobre as formas de narrar, selecionar e efetivamente descrever o soberano ao qual todos os cronistas, de alguma forma, estavam ligados através das relações interpessoais dos nobres aos quais serviam. De modo similar, as crônicas em questão trazem à tona não apenas as tensões existentes em um período intermitente de conflitos, mas também as concepções coevas sobre as funções do monarca. Na tentativa de circunscrever tais funções, são evidenciados os métodos dos cronistas em sua empreitada,

425 Na diferenciação entre as idades nas quais o garoto se tornava um homem de fato, isto é, tanto fisicamente como socialmente, a primeira tinha uma preponderância para a determinação da segunda. A hombridade, por assim dizer, estava intimamente ligada com o desenvolvimento das capacidades corporais, em especial àquelas ligadas a força e a sexualidade, ou ao menos é o que nos diz o discurso médico produzido no período, onde descrevem as expectativas daquela sociedade para como os corpos deveriam ser. Dessa forma, a “masculinidade” estava ligada a características definidas, onde apresentavam-se, em primeiro plano, dimensões de disposição dos membros, o caráter, as formas de agir rotineiramente, e, em suma, não estavam ligadas apenas a conduta sexual, mas também a compleição e aparência do indivíduo. NEAL, D. G. **The masculine self in late medieval England**. Chicago: University of Chicago Press, 2008, p. 126 – 130.

426 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 58.

427 *Ibid.*, p. 37 – 38.

assim como a utilidade de realização e emprego daqueles registros nas redes de poder da sociedade coetânea.

Dito de uma outra maneira, se a imagem reproduzida no século XIV sobre Edward III foi a de um capitão que conduziu o navio inglês a grandes vitórias, isto é, a de um líder com atributos excepcionais no campo bélico, tal fato por si só seria insuficiente para elucidar por que tanto os cronistas como outros homens daquele momento o concebem em alta reputação. A historiografia produzida após sua morte ressalta, em grande medida, seu lado marcial⁴²⁸, porém ela se mostra insuficiente caso não releemos outros fatores que contribuíram diretamente para a estabilidade de seu poder e, conseqüentemente, para o modo como sua imagem é concebida naquelas crônicas. Nesse sentido, junto ao discurso cronístico sobre as pujantes vitórias ao longo das décadas de seu reinado, vem imbricada a ideia de justa governança e grande habilidade administrativa, pois, ao serem contrapostas à sua aptidão guerreira, fornecem a estrutura sobre a qual se apoia a figura responsável por angariar o apoio da comunidade do reino para a realização de “tantos conflitos de uma só vez, como nunca se ouviu falar até então”⁴²⁹.

A preocupação com ganhos materiais dos escritores coevos, por assim dizer, imputava aos governantes o bem-estar da comunidade, e tanto a justa governança como a boa administração estavam relacionadas àqueles que se equilibravam na promoção de dividendos favoráveis aos seus súditos, ao mesmo tempo em que buscavam não se excederem na imposição e exercício de mecanismos de arrecadação de recursos em épocas de conflito que suplantassem os costumes e lei⁴³⁰. Juntamente com os proventos materiais, a possibilidade de exercício da honra também corrobora para preservar os regulamentos, a ordem e as virtudes; fatores em destaque em sua descrição pelos cronistas.

Nos anos iniciais de seu governo, Edward III teve de lidar com a manutenção da paz interna e a prática da justiça entre seus súditos, ponto em que seu antecessor havia falhado, levando à sua deposição. Um desses mo-

428 MORGAN, D. A. L. The political after-life of Edward III: the apotheosis of a warmonger. *The English Historical Review*, v. 112, n. 448, p. 856 – 881, set. 1997.

429 BEL, J. *The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360*. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 128.

430 NEDERMAN, C. J. The opposite of love: royal virtue, economic prosperity, and popular discontent in fourteenth-century political thought. In: BEJCZY, I. P.; NEDERMAN, C. J. (Eds.). *Princely virtues in the middle ages, 1250 – 1500*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 178 – 181.

mentos ocorreu na expedição privada dos “Deserdados, aos quais Thomas Gray muito possivelmente esteve ligado”⁴³¹. O cronista, já desempenhando seu papel político administrativo ao norte do reino, onde se desenrolam as ações daquele grupo, é enfático quando afirma que, ao tratar da solicitação de Edward Baliol para atacar a Escócia, “os conselheiros do rei orientaram-lhe a não agir contra seus próprios homens, que haviam sido deserdados em seu nome e de seus ancestrais, e que haviam recomeçado por vontade própria a reconquistar sua herança”⁴³². A justificativa para a retomada das animosidades contra os escoceses é um elemento chave para a concepção profícua de Edward III, pois, se no período regencial ele fora forçado a aceitar forçosamente a paz com aqueles inimigos, agora, em auxílio a seus súditos, como descreve Thomas Gray, ele novamente retomará o conflito por razões probas. Geoffrey le Baker ilustra aquele momento com o meticuloso elencamento das razões pelas quais o outrora passivo monarca, mantenedor de uma “paz vergonhosa”⁴³³, busca restaurar sua dignidade monárquica:



O rei da Inglaterra ponderou sobre os vários insultos que ele e seus predecessores sofreram nas mãos dos escoceses. Ele considerou que a causa do senhor Edward Baliol, rei da Escócia através da conquista, era justa, e a concórdia que existia entre ele os escoceses foi traída ao ser publicamente tratado como inapto para exercer o cargo [por estar] sob custódia de sua mãe [...]. Ele alegou não a defesa ou o estabelecimento de seus próprios direitos, mas a prerrogativa e apoio a um pleito justo de seu amigo Edward [Balliol] ao trono daquele reino [...]⁴³⁴.

431 Andy King conjectura que a primeira batalha da qual o cavaleiro teria participado foi a de *Duplin Moor*, em 1332, juntamente com os Deserdados. Muito embora não existam registros sobre os nobres participantes daquele embate, seu registro se assemelha a um testemunho de alguém que esteve ali presente, bem como inclui detalhes não encontrados em outras crônicas coevas. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 17.

432 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 63 – 64.

433 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 36.

434 *Ibid.*, p. 45.

Essa transformação de indivíduo passivo e manipulável por Isabela e Roger a outro com plena autonomia em suas ações é um marco de sustentação da figura que foi delimitada pelos cronistas, em que, por um lado, busca a desassociação dos regentes e, por outro, o apoio dos “pares” (*peers*) do reino, o que daria coesão ao círculo de poder governamental. A nobreza era compreendida como um “grupo social” fraturado, isto é, cujo equilíbrio residia justamente na partilha de poderes e no tácito reconhecimento de que determinados membros deveriam ser agraciados com a convocação e posterior ingresso nas discussões sobre as políticas reais do Parlamento. A uma elite ainda mais restrita, eram delegadas posições para integrarem o conselho real, uma vez que a vontade de Edward III é uma forma de expressão daquela comunidade e, portanto, o soberano necessitava e deveria contar com apoio substancial dos homens com mais haveres para o exercício de sua política externa contra escoceses e franceses⁴³⁵.

Dessa forma, duas práticas comuns que viabilizaram a governança foram a concessão de favores reais e o custeamento das perdas materiais decorrentes das atividades bélicas em nome da Coroa. A aderência ao monarca, ou melhor, à Coroa, e a sua causa contra os inimigos externos provia os membros mais destacados da elite territorial, incluindo aqueles do clero, dos benefícios materiais e honoríficos tão cobiçados destacados até aqui, muito embora essa coesão não estivesse livre de atritos que, por vezes, tornavam latente a estratificação dentro da própria nobiliarquia⁴³⁶. As crônicas, tendo como uma de suas funções primordiais a disseminação de seus ensinamentos, não apenas pósteros como também presentes, poderiam estar em consonância com a posição de seus responsáveis ao relatarem os modos de conduta do rei. Os contornos da configuração do monarca naquelas narrativas, portanto, estavam em estreito laço com o acolhimento dos interesses daqueles homens, e disputas internas poderiam incidir no modo como enxergavam aqueles não contemplados com suas graças. Talvez esse tenha sido o caso com Thomas Gray e seus aliados, quando relata que:

435 BOTHWELL, J. S. **Edward III and the English peerage**: royal patronage, social mobility and political control in fourteenth-century England. Woodbridge: Boydell Press, 2004, p. 4.

436 WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 123 – 124.



O rei repartiu suas posses tão generosamente para certos condes e seus favoritos que ele mal preservou para si próprio quaisquer das terras pertencentes à Coroa, fato que o obrigou a viver da sorte inesperada [*windfalls*] e subsídios de grande custo para o povo. Ele retinha uma grande parte do dízimo da Santa Igreja, a décima quinta parte das receitas dos homens leigos, [...] e foi-lhe concedido um subsídio [sobre as sacas de lã] por um tempo determinado, mas que se estendeu além do limite [acordado] [...] ⁴³⁷.

Embora a generosidade para com os pares fosse uma das qualidades exaltadas dentre os que nutriam gosto cavaleiresco, e por isso mesmo com maior expectativa de realização pelo homem com posição mais elevada dentro do círculo nobiliárquico reinol, a representação de sua figura nos textos coevos poderia muito bem trazer consigo um efeito inverso, como observado na narrativa do cavaleiro. Contemporâneo aos cronistas e a Walter de Milemete, William of Pagula, que igualmente tem seu *speculum* direcionado ao monarca, escreveu nos primórdios do reinado de Edward III, e é possível que esteja se referindo diretamente às ações supracitadas, quando aponta ao monarca que:



Aquele que provém de seus próprios bens em tempos de necessidade [...] é um rei nobre para com seus súditos e para consigo mesmo, e seu reino prosperará, [...]. Porém, senhor rei, se considerasse bem o seu poder, não faria grandes doações, pois [...] seus bens móveis não são suficientes para [quitar] seus débitos e os de seu pai, [...] e, portanto, deve evitar doações tolas e excessivas [...] ⁴³⁸.

A justa governança e a habilidade para a condução bélica, política e econômica foram colocadas à prova quando da necessidade de constituição de um fluxo contínuo de recursos, tanto em bens móveis ou não, expressa pela instituição das *purveyances*, que atingiriam não somente aqueles habituados ao pagamento de uma diversidade de impostos, mas também o

437 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 70.

438 PAGULA, W. Mirror of King Edward III. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 115.

público-alvo daqueles cronistas. Aquele direito arraigado à tradição, que originalmente permitia que o rei, os membros de sua família, oficiais reais e a alta nobreza se apropriassem de víveres e requisitassem meios de transporte para seu uso pessoal, gradativamente transformou-se em um elaborado mecanismo para suprir as hostes de Edward III, lutando na Escócia, França e alhures. O descontentamento parece ter sido geral⁴³⁹, e diversos métodos para restringir tais práticas foram elaborados⁴⁴⁰, porém tais esforços foram retardados até meados da década de 1360, devido à natureza ambígua dos direitos régios sobre a solicitação daqueles bens, podendo ser tanto entendidos dentro dos parâmetros de prerrogativas reais como simples atos de compras de pertences para o rei e sua corte⁴⁴¹. Poderíamos pensar que as ligações daqueles cronistas com nobres relacionados a Edward III teriam minorado sua escolha sobre o como abordar aquele tema, ou mesmo, no caso de Thomas Gray, tê-lo suprimido por completo de sua narrativa, porém não parece ter sido o caso. Geoffrey le Baker relata que, em 1330, a morte do conde de Kent, tio do rei, e, portanto, um indivíduo de alto renome, “não foi particularmente desagradável [...], visto que os malditos homens de seu séquito vagaram pelo reino, tomando à força pertences das pessoas e pagando-lhes o ‘preço’ real [*royal*], isto é, pagando pouco ou mesmo nada por suas compras”⁴⁴². O Anônimo de Canterbury é mais enfático ao apontar para “o grande ônus sofrido por toda aquela cercania”⁴⁴³, quando os *purveyors* “por lá permaneceram por todo o outono, confiscando alimentos e outras coisas por toda parte, seja lá no que pudessem pôr suas mãos [...]”⁴⁴⁴.

De qualquer modo, os contornos da imagem de Edward III parecem ter sido não a de um tirano que onerava seu reino com taxas abusivas

439 PAGULA, W. *Mirror of King Edward III*. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 88 – 89.

440 ASHLEY, W. J. **Edward III & his wars: 1327 – 1360**. London: D. Nutt, 1887, p. 72.

441 JONES, W. R. *Purveyance for war and the community of the realm in late medieval England*. **Albion: A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 300, 1975.

442 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 40.

443 **CHRONICON** anonymi cantuariensis: *The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365*. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008, p. 51.

444 *Ibid.*, p. 50 – 51.

e, portanto, nocivas ao bem comum, mas sim a de alguém que igualmente era vítima dos desvios e abusos cometidos por seus agentes, pois suas tropas não receberiam os víveres necessários para o bom desenrolar das atividades bélicas para as quais aqueles bens estavam destinados. Até o momento de tomada da decisão de que deveria declarar guerra aos franceses e, por conseguinte, aos seus aliados escoceses, Edward III apresenta-se como um rei promissor, porém que ainda carece de afirmar sua posição na governança do reino através de ações concretas, uma vez que até então sua figura estava associada à de seus regentes.

Conjuntamente às campanhas vitoriosas, em sua maior parte, e à administração régia colocada nos eixos, ainda que as taxações não despertassem a simpatia de seus contemporâneos, talvez a grande guinada sobre a concepção de sua representação tenha se dado a partir da narrativa a respeito dos eventos do ano de 1346, nos quais as vitórias em *Neville's Cross* e *Crécy* aumentaram sua reputação marcial e sua honra, pois as duas faces da guerra narrada pelos cronistas, isto é, a cavaleiresca e a pragmática, coexistiam confortavelmente e sem aparente contradição. Como destacamos, a importância dada àqueles eventos é parte da construção de uma memória, que resulta da seleção do que seria válido de recordação, dos interesses dos cronistas, dos seus estilos de escrita, das expectativas daqueles que encomendavam as crônicas e dos eventuais destinatários⁴⁴⁵.

Jean le Bel, ao narrar retrospectivamente os eventos relativos àquele ano⁴⁴⁶, fornece indicativos nesse sentido:



Ao ouvirem a leitura desta história, alguns se perguntam por que denomino o rei da Inglaterra de “nobre rei Edward”, ao passo que ao rei francês chamo simplesmente de “rei Philippe da França”; e eles podem imaginar que me inclino parcialmente ao primeiro. Peço perdão aos ouvintes, mas não se trata de escolher um dos lados; faço isso para honrar aquele que se comportou mais nobremente nesta

445 AYTON, A. *Crécy and its chroniclers*. In: AYTON, A.; PRESTON, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005, p. 4; 291.

446 Acredita-se que a narrativa compreendida entre os capítulos 40 e 94 tenha sido escrita posteriormente a 1346, e o capítulo em questão muito possivelmente após 1356, uma vez que o cronista refere-se ao monarca francês como “um cativo”, isto é, em referência a sua captura após a batalha de Brétigny em 1356. BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 15.

história [...], pois em todos os seus feitos seguiu os conselhos mais prudentes, [...] honrou cada homem em concordância com seu status e defendeu suas terras contra seus inimigos [vencendo boa parte deles], bravamente arriscou sua vida junto a seus homens, tanto dentro como fora do reino, pagou suas tropas e aliados, e distribuiu riquezas providas de seu tesouro; por tais razões, todos devem se contentar em servi-lo e ele assim merece ser chamado de “nobre monarca”⁴⁴⁷.

Na fala do cronista de Liège, Edward III conjuga os valores da justa governança, ao apontar para suas ações delimitadas segundo os bons conselhos que recebeu e a observação das distinções nobiliárquicas, outrora enfatizadas por Thomas Gray de forma demeritória, ao referir-se à distribuição de riquezas para possíveis grupos rivais dentro da nobiliarquia reinol. A boa governança é retomada no destaque que pagou as suas tropas e os aliados, uma vez que a quebra de um contrato com guerreiros profissionais poderia acarretar em grandes desventuras.

Geoffrey le Baker, cuja participação ativa no conflito deu-se por volta daquele período, como observamos anteriormente, enxerga nas ações de Edward III a bravura requerida por um monarca guerreiro. Na campanha de 1346, o rei “estava sempre pronto para a batalha”, ao contrário de Philippe, “que outrora havia ameaçado persegui-lo, mas agora estava coberto de medo e recusava-se a enfrentá-lo”⁴⁴⁸. Sua perspectiva, entretanto, não é tão laudatória como a de Jean le Bel, uma vez que as sucessivas ações bélicas vitoriosas nas quais Edward III está envolvido apresentam uma participação decisiva de sua nobreza, e principalmente de seu filho, “que tinha apenas dezesseis anos, mas demonstrou uma proeza notável, ao lutar na linha de frente”⁴⁴⁹. Para além de sua experiência subjetiva em ao menos parte daquelas ações, é importante lembrarmos que sua crônica conta com uma inserção substancial de documentos oficiais de campanha, e, em um momento de grandes triunfos, sua intenção possivelmente seria a de

447 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 167 – 168.

448 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 72.

449 Ibid., p. 74.

encorajar o apoio da comunidade do reino para a guerra contra os inimigos externos⁴⁵⁰.

Contando com citações de um dos quatro diários dos quais se tem conhecimento que teriam sido produzidos naquele momento, Geoffrey le Baker também apresenta referências diretas a um dos três documentos oficiais sobre o assunto, amplamente disseminados ao final da década de 1340: os “Atos de guerra de Eduardo III” (*Acts of war of Edward III*), compostos por Bartholomew Burghersh (c. 1329 – 1369), um dos líderes que acompanharam o Príncipe Negro, e que foram lidos perante o Parlamento em 13 de setembro de 1346⁴⁵¹. É possível conjecturarmos, então, que o cronista, ao escrever em retrospectiva àquele momento⁴⁵², opta por uma visão partilhada da responsabilidade pela condução militar, e subsequentemente pela vitória, entre o rei e seus comandados. Se na primeira parte daquela crônica uma narrativa mais direcionada aos anos finais de Edward II e aos motivos de sua queda se evidencia, o relato feito sobre Edward III não está focalizado em sua figura, mas em um reinado marcado pela sua boa governança, e graças à sua aptidão para o desempenho de atividades administrativas e bélicas, culminam nas decisivas vitórias realizadas sob seu comando, com grande ênfase, entretanto, na participação dos outros membros da nobreza. Como também ressaltamos outrora, seu texto não foi escrito em anglo-normando, como as narrativas de Thomas Gray e Jean le Bel, mas em um latim rebuscado e intrincado, o que, em conjunção com referências a poemas também naquele idioma e voltados à exultação das vitórias inglesas, sugere que seu público-alvo tenha sido os altos membros da administração reinol, portanto, próximos do monarca, bem como outros grandes nobres e seus respectivos séquitos que, embora formasse um círculo restrito, era altamente influente⁴⁵³.

Nessa hierarquia do narrar, a apresentação, ou mesmo referência a outros símbolos representativos da capacidade e direito de governança do

450 BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. XIX.

451 AYTON, A. Crécy and its chroniclers. In: Ayton, A.; Preston, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005, p. 312 – 314.

452 GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. 37.

453 BARBER, op. cit., p. XXV – XXVI.

soberano, concebe mais um elemento na constituição de sua figura. Dentro das crônicas, a menção aos símbolos heráldicos da nobreza como um todo são uma constante, em especial na crônica de Jean le Bel, o qual demonstra particular interesse em seu registro. Uma vez que tais narrativas cronísticas constituem-se como elementos para a demonstração e rememoração de poderes, a heráldica reforça alguns de seus alicerces, pois também estão atreladas a tais preocupações. A organização espacial do texto delega ao conjunto de figuras que ilustram os entornos daqueles fólhos a função auxiliar na fixação e entendimento da mensagem a ser transmitida, ou mesmo o contrário poderia ser pensado, dado que o texto se apresenta como uma forma de expressão em palavras daquilo que se desejava dizer pictoricamente. Em uma sociedade na qual a capacidade de leitura e escrita em bons níveis não atingiu grande parte de seus indivíduos, símbolos visuais como armas e estandartes possuíam um significado mais profundo, possível de ser lido e interpretado por especialistas⁴⁵⁴, mas ao mesmo tempo eram discerníveis pela maioria. Seu emprego, então, atenuava visualmente afirmações de lugares sociais, demonstrando a autoridade e tomadas de posições, principalmente políticas⁴⁵⁵.

No caso de Edward III, o momento mais significativo nesse sentido foi em 1337, ao apresentar seu pleito ao trono francês, ou até mesmo em 1340, quando assume formalmente o título de rei da França, amparado em um aparato legal que visava desassociar sua imagem de um possível vassalo rebelde, que rompera com os termos de seu juramento de fidelidade anos antes, e o colocava como um nobre com direitos a reivindicar o trono no mesmo patamar que Philippe IV⁴⁵⁶, uma vez que um paralelo poderia ser estabelecido entre sua ação e aquela de John Balliol anos antes, ao igualmente voltar atrás em seu juramento para com seu avô, Edward I. Dentro desse contexto, a heráldica, ou melhor, a menção recebida pela tomada das armas francesas por Edward III assume sua função como um símbolo

454 COSS, P. *Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England*. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002, p. 40.

455 AISLES, A. **Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda**. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). *Heraldry, pageantry and social display in medieval England*. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002, p. 83.

456 PRESTWICH, M. **The three Edwards: war and state in England, 1272-1377**. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980, p. 169 – 170.

ligado ao seu pleito, colaborando para fixá-lo dentre seus contemporâneos, fosse ler ou ouvir as narrativas cronísticas.

Nos primórdios de seu reinado, um bom número de famílias francesas estava adotando a flor-de-lis em seus brasões para proclamarem sua descendência de São Luís, e, na Inglaterra, principalmente a partir do período regencial, aquele símbolo dinástico foi incorporado à iconografia oficial do reino de forma esquadrelada, muito embora com as armas inglesas precedendo as francesas, denotando heraldicamente a hierarquia dos títulos⁴⁵⁷. Em 1340, portanto, tal ideia não era inovadora nos círculos cortesãos ingleses, embora a partir daquela data Edward III estivesse publicamente adotando o título de rei da França e as armas reais daquele reino, combinando-as com o leopardo não tão somente em seus símbolos oficiais, como também, por exemplo, na cunhagem de moedas para a região da Aquitânia em 1348, como uma forma de difundir seu pleito o máximo possível⁴⁵⁸.

Dentro desse contexto, os cronistas não deixaram de notar a importância do ato, mais especificamente Jean le Bel e Geoffrey le Baker. O cronista de Liège ressalta a necessidade do apoio flamengo para as expedições contra os franceses, porém, uma encruzilhada colocava-se no caminho do monarca para tanto, uma vez que os primeiros juraram perante representantes papais que não guerreariam contra o rei francês, e caso o fizessem teriam confiscada uma grande quantia em dinheiro. A solução encontrada por eles foi exigir de Edward III que “fosse denominado rei da França em suas cartas”, ou seja, em documentos oficiais, garantindo o estatuto legal de seu pleito a rei da França, “pois assim obedeceriam a seu senhor soberano, uma vez que o condado de Flandres devia homenagem ao monarca francês”, compreendido a partir de então na figura de Edward III; portanto, “auxiliando-o a defender seu reino ao mesmo tempo em que ele os absolveria de seu juramento e seu dinheiro não seria assim confiscado”. Ao ouvir tal resposta, o rei teria ponderado sobre a questão, uma vez que:



[...] seria uma questão de muita relevância e um passo importante assumir as armas e o título de um reino do qual ele [até então] não

457 AISLES, op. cit., p. 89 – 91.

458 ALEXANDER, J.; BINSKI, P (Eds.). **Age of chivalry**: art in Plantagenet England, 1200 – 1400. London: Royal Academy of Arts in association with Weidenfeld and Nicolson, 1987, p. 490 – 492.

havia conquistado parte alguma [...]. Por fim, após os prós e contras serem considerados, ponderados e medidos, ele assumiu as armas da França e as esquadrelou juntamente com aquelas da Inglaterra, e doravante denominou-se rei da França e da Inglaterra⁴⁵⁹.

No início daquela década, Edward III passou a contar os anos de seu reinado tanto nas formas inglesa como francesa, isto é, tomava-se o ano de 1327 como aquele de início de seu governo na Inglaterra, ao passo que o de 1340 era o primeiro de seu reinado francês. Além disso, as aspirações reais e o contexto de composição delimitavam o emprego dos títulos e suas precedências. Dito de outra forma, documentos oficiais produzidos entre 1340 e 1360 alternavam a ordem como os títulos eram dispostos, ou seja, quando se tratava de questões relacionadas a monarcas continentais ou súditos em território francês, ele era denominado como “Edward, pela graça de Deus, rei da França e Inglaterra e senhor da Irlanda”, porém, ao comunicar-se com membros da nobiliarquia inglesa ou assuntos pertinentes à Escócia, era denominado “rei da Inglaterra e França e senhor da Irlanda”, pois é possível que seus súditos na ilha encarassem com suspeita e pouca simpatia uma guerra empreendida para colocar seu rei em um trono estrangeiro⁴⁶⁰. Tal argumento pode ser reforçado se observarmos o relato de Geoffrey le Baker sobre aquele episódio, isto é, o esquadrelar das armas reais e a tomada de posição de Edward III como rei não apenas da Inglaterra, mas também da França. Em um primeiro momento, o cronista apresenta, de forma similar a Jean le Bel, a atitude tomada por seu soberano, quando relata que os flamengos “estavam prontos a jurarem completa obediência e a prestar-lhe homenagens, desde que se autodenominasse rei da França e dali por diante apresentasse um brasão decorado com a flor-de-lis como um sinal daquela realeza”, fato esse consumado “sob o conselho da nobreza”⁴⁶¹. A disposição de seu brasão, entretanto, apresentava as armas inglesas do lado esquerdo, enquanto as flores-de-lis foram dispostas do lado direito,

459 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 82.

460 ORMROD, W. M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J. S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2001, p. 135 – 136; PRESTWICH, M. **Plantagenet England**: 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005, p. 308.

461 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 58.

o que poderia ser interpretado como um sinal claro de preponderância e hierarquia em relação aos títulos.

Além disso, o cronista adiciona um outro elemento, recorrendo ao suposto testemunho de enviados a Philippe IV, no qual denota a resposta dada pelo monarca sobre o ocorrido:



Não estamos ofendidos com o fato de nosso primo usar as armas esquarteladas da França e da Inglaterra. De bom grado permitiríamos que ele portasse parte de nossas armas régias, tendo em vista que ele é um mero indivíduo inferior [*bachelor*] do lado mais distante de nossa linhagem. O que nos incomoda, entretanto, é que em seus selos e cartas ele se proclama rei da Inglaterra antes de denominar-se rei da França, e que ele coloca o quarto [*quarter*] de suas armas com leopardos precedendo aquele da flor-de-lis. Sob nosso entendimento, ele assim julga a pequena ilha da Inglaterra como mais digna de honra do que o grande reino da França⁴⁶².

Independentemente da reivindicação contemporânea da monarquia francesa de uma superioridade moral sem relação a outros reinos europeus, a tomada das armas francesas, ora dispostas ao lado esquerdo, ora ao lado direito, indicava não apenas a flexibilidade à qual a diplomacia inglesa teve de adaptar-se para atender as demandas de aliados e súditos daquele momento, mas também o claro intuito de Edward III em legitimar sua contenda contra os franceses⁴⁶³. Comparativamente, as armas do outro grande adversário daquele momento, isto é, a Escócia, não foram assumidas, e embora tivesse reconhecido sua existência como um reino independente, não houve tentativas de empregar novamente tal mecanismo, e a via utilizada para justificar seu confronto com aqueles inimigos foi o apoio a Edward Balliol e, posteriormente, o reconhecimento de David II como seu rei legítimo, capturado em batalha e, portanto, um prêmio de guerra meritório de um monarca guerreiro. Para além das implicações políticas, a atenção dos cronistas ao uso de símbolos visuais relacionados ao poder,

462 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 58 – 59.

463 ORMROD, W. M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J. S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk: Rochester, NY: York Medieval Press, 2001, p. 143.

pleitos e conquistas pode indicar uma percepção daqueles homens para sua importância ou mesmo sua utilização de forma deliberada, porém não é possível afirmar que houvesse qualquer tipo de aparato que os organizasse de uma forma mais ou menos esquematizada. Assim mesmo, o comissionamento local, fosse de cronistas, heraldistas e outros responsáveis por registrar e disseminar tais ideias, acabou por auxiliar a Coroa, ainda que indiretamente, na tentativa de tornar conhecida a todos os seus ensejos e desígnios na guerra contra ambos os inimigos.

Isso não significa que, no caso específico dos cronistas, não houvesse espaço para apontarem outros pontos de vista que aquele da Coroa, ou seja, diferentemente do que a historiografia inglesa chamaria de “propaganda oficial”, podemos dizer que, uma vez que suas crônicas foram escritas com o uso mais ou menos constante de documentação oficial produzida pela administração reinol, bem como pelos testemunhos de homens em diferentes esferas de ligação com o rei, isso acabaria por circunscrever certas visões como mais verdadeiras. As narrativas dos cronistas, por terem sido finalizadas em momentos chave da carreira de Edward III, auxiliam na construção da imagem bem-sucedida de um dos monarcas mais afamados da história inglesa. Após o tratado de Brétigny, Jean le Bel aponta para a situação oposta que vivem os reinos da Inglaterra e França. Enquanto o primeiro recebe seu rei “com todas as honrarias e veemências possíveis”, o segundo observa, impassível, o caos generalizado que se espraiava, “com hordas de bandidos e ladrões assolando aquelas terras”⁴⁶⁴. Thomas Gray realiza um relato similar, no qual o rei, em 1362, “devido à sua benevolência, perdoou todos os súditos de quaisquer dívidas que tivessem para com ele [...], pois também aquele era o ano de graça espiritual, ao completar cinquenta anos de sua encarnação”⁴⁶⁵, ao passo que David II enfrentava revoltas internas de nobres descontentes. Geoffrey le Baker, por sua vez, encerra sua crônica com um relato empolgante sobre a vitória inglesa em Poitiers em 1356, na qual o inimigo se demonstra valoroso, principalmente na figura de seu monarca, que “partia crânios, esfacelava rostos, eviscerava alguns e decapitava outros, o que em suma mostrou que ele não era um descendente

464 BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 259 – 260.

465 GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 118.

te completamente degenerado da linhagem real da França”, ao passo que Edward III, embora não estivesse presente na batalha, tinha em suas fileiras guerreiros leais a ponto de “sangrarem em grandes quantidades para que o rei da Inglaterra obtivesse justiça e mantivesse intacta sua honra”⁴⁶⁶.

Durante sua carreira bélica, Edward III foi apontado como aquele que fora ungido e que guerreava por uma causa justa, pelo bem da comunidade do reino, sob os conselhos de seus pares, com atenção para as vicissitudes de seus homens durante o conflito e, portanto, aptidão para o desempenho de suas funções. Nenhuma daquelas narrativas, entretanto, descreve os anos finais de sua vida, uma vez que os três cronistas, anteriormente ao monarca, “seguiram pelo caminho de todos aqueles que são de carne”, como alude Geoffrey le Baker. O contraste com os anos abarcados nas crônicas é evidente pelo fim melancólico de seu reinado, quando o Príncipe Negro, próximo membro da linhagem sucessória real, morre um ano antes, em 1376. As animosidades contra os franceses são retomadas sem o sucesso do período prévio, agitações internas são expressas nas reclamações feitas ao “Bom Parlamento” (*Good Parliament*)⁴⁶⁷, e o monarca apresenta sinais de senilidade⁴⁶⁸ até sua morte, em 1377. Segundo o relato contemporâneo da *Chronicon Angliae*, de Thomas Walsingham (? – c. 1422), Edward III, em seu leito de morte, viu arrancado dos dedos seus anéis pela concubina real Alice Perrers (1348 – 1400), que o abandona praticamente só, não fosse a companhia de um padre. Este coloca-lhe um crucifixo entre as mãos, ao que o monarca demonstra sinais de contrição, vindo a falecer em seguida⁴⁶⁹. Durante cinquenta anos, a Inglaterra “não temeu qualquer tempestade, seca ou chuva”, como aponta um contemporâneo de Richard II⁴⁷⁰, seu sucessor, que prossegue: “e assim, bons senhores, tomem em consideração o seu valente rei, que morreu em idade avançada, e seu corajoso filho, o

466 BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012, p. 131 – 132.

467 OLIVER, C. The Good Parliament and the first political pamphlet. In: _____. **Parliament and political pamphleteering in fourteenth-century England**. Woodbridge: Rochester, NY: York Medieval Press, 2010, p. 29 – 55.

468 EVANS, M. **The death of kings**: royal deaths in medieval England. London; New York: Hambledon and London, 2003, p. 11.

469 PRESTWICH, M. **The three Edwards**: war and state in England, 1272-1377. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980, p. 293.

470 Ricardo II.

príncipe Edward (o Príncipe Negro)”, uma vez que “não encontraremos dois senhores de tão alta linhagem nesta terra. Agora que sua perda começa a esmorecer, aqueles raramente vistos logo são esquecidos”⁴⁷¹.

Por ao menos mais dois séculos, coube majoritariamente aos relatos cronísticos agirem como depositários da memória, não tão somente sobre os tempos de Edward III e de sua nobiliarquia guerreira, e coube-lhes dar forma ao registro histórico daquele momento⁴⁷². Aqueles textos, cuja centralidade temática foi marcada pelos conflitos, são ilustrativos das preocupações de homens que não apenas reuniram experiências diversas, próprias e de outrem, mas também redigiram sobre questões gerais que inquietavam os homens do seu tempo. Dessa maneira, eles selecionaram para suas narrativas, fosse ou não de forma deliberada, elementos como: o registro de ações compreendidas como honrosas, conforme os ditames de manuais cavaleirescos; o fazer bélico em prol da comunidade do reino; e a capacidade marcial e administrativa de Edward III e de seus comandados. Pontos que, quando considerados em conjunto, permitem notar a elaboração de uma imagem da nobreza como condutora por excelência do reino.

Frutos de uma longa tradição de escritos, as crônicas analisadas conjugam todas essas questões não apenas com lugares comuns de tempos passados, mas igualmente afirmam os lugares de poder da parcela mandatária do reino no século XIV. Embora a princípio sua circulação tenha sido limitada – ao menos não dispomos de dados que nos permitam conjecturar o contrário –, o simples intento de produzi-las pode ser entendido como um indício de que, sob o entendimento contemporâneo, a pena e a tinta, quando colocadas nas mãos daqueles que efetivamente participaram da guerra, ou ao menos acederam àqueles com conhecimento empírico sobre os combates em questão, poderiam tornar-se instrumentos eficazes no combate ao inimigo. Da mesma forma que afamavam e exultavam certos guerreiros, igualmente poderiam destruir reputações, denegrir indivíduos e expurgá-los dos espaços da memória pedagógica, que se pretendia mantenedora de seus feitos em tempos presentes e vindouros. Pode-se dizer então

471 THE DEATH OF EDWARD III. In: TUMA, G. W; HAZELL, D. (Ed.). **The wicked age: Middle English complaint literature in transition**. Disponível em: <https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/death_edward3.html>. Acesso em: 07 mar. 2015.

472 GIVEN-WILSON, C. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008, p. 14.

que Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray serviram a seus nobres de maneira belicosa por duas vezes: uma, ao brandirem a espada, empunharem o arco e a flecha ou cavalgarem sobre as hostes adversárias durante suas participações diretas no conflito; e outra, figurativamente, na composição dos relatos cronísticos, tomados como um dos meios para a circulação de informações sobre os resultados da guerra para a comunidade do reino. Essa segunda forma era mais um dos elementos a comporem o combate, porém, desta vez, na guerra de palavras que ditava o enfrentamento efetivo contra inimigos, não apenas de Edward III em busca de seus pleitos ou da Coroa, mas sim, em última instância, de toda a comunidade do reino da Inglaterra.

CONCLUSÃO

O reinado de Edward III é costumeiramente definido como aquele em que se iniciam as animosidades, denominadas como Guerra dos Cem Anos, conflito que produziu alterações significativas naquele momento, e que por isso mesmo não poderia passar despercebido para aqueles diretamente ligados à realização de suas ações, seja no campo bélico, seja no administrativo. Nosso intento, entretanto, não foi refletir sobre o conflito ou suas implicações para o reino da Inglaterra, mas evidenciar a estruturação que uma escrita da história de cunho laico engendrava naquele momento, tendo em vista que os questionamentos e afirmações das crônicas auxiliam, em certa medida, a desvelar concepções de seus responsáveis acerca de componentes essenciais daquela sociedade belicosa.

Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, mais do que ajuntarem testemunhos de outros aos seus próprios entendimentos sobre as atividades marciais contra escoceses e franceses, produzem relatos em que pautam, de forma consciente ou não, traços de uma tradição histórica monástica de longa data e que não se esvai durante o período trecentista, mas se altera em função das próprias transformações que a sociedade vem realizando no campo das ideias, das técnicas e tecnologias da produção material de escritos – as quais permitem acesso a seus conteúdos por homens outra excluídos de tal privilégio. As perspectivas lançadas acerca da atividade cronística, aqui entendida como parte fundamental do fazer histórico contemporâneo, foram tomadas como amostras do pensamento, tanto daqueles cronistas cujas ações pessoais durante o conflito figuraram nos fôlios de seus registros como também de outros participantes ativos das contendas que não reproduziram suas experiências através da escrita ou de símbolos visuais variados, e que acabaram por evanescer com a fugacidade do tempo.

O que pudemos inferir a partir do exame das características de tessitura dos relatos cronísticos estudados? Inicialmente, a preocupação com a forma de seus registros, fosse na disposição de informações ou no arranjo em prosa, estava diretamente conectada ao desejo, tão característico do período, de busca pela Verdade. Uma vez dito “o que de fato ocorreu”, segundo sua perspectiva, tais relatos mostravam-se como afirmações do

poder nobiliárquico, pois se a veracidade estava imbuída em seus textos, contradizê-los seria colocar em xeque não apenas a palavra do cronista em questão, como também a respeitabilidade daqueles indivíduos cujas ações foram ali eternizadas.

Além disso, é preciso levarmos em conta que, embora o momento trecentista tenha observado um crescimento na difusão das capacidades de escrita e leitura, por razões que fugiriam ao escopo deste estudo, aquelas crônicas ainda eram produtos privilegiados de uma cultura restrita a círculos nobiliárquicos específicos. Com exceção daquela de Jean le Bel, que fora continuada por um escritor afamado como Jean Froissart, as outras parecem ter permanecido arquivadas, aguardando por continuadores que nunca vieram, apenas para serem redescobertas pelo furor positivista de catalogação de documentos ao longo do século XIX. Seja como for, a seleção de temas e sua abordagem por aqueles cronistas apontam para um período em que a escrita ainda não sobrepujou totalmente a oralidade, e também poderíamos dizer que foi acessória à mesma para atestar a fidedignidade daqueles relatos.

Por fim, essa mesma seleção, quando observados os temas que mais foram realçados durante as narrativas, aponta para uma descrição da guerra em consonância com preceitos do período, em que a busca pelos ganhos honoríficos e “materiais” está em conjunção com o interesse na defesa do bem público, isto é, do reino da Inglaterra e da Coroa, personificada por Edward III. Sob o ponto de vista dos cronistas, aqueles guerreiros, aos quais eles também se juntaram, ora se comportaram de modo galante e memorável, mostrando-se dignos, portanto, de serem respeitados e recordados, ora cometeram atos de crueldade contra antagonistas que partilhavam de uma proximidade geográfica e da mesma fé. Embora tenham julgado tais ações, e mesmo que pretensamente tenham declarado intenções no sentido contrário, seu desígnio maior foi o de assentarem tais atos para que seu leitor julgasse por conta própria o demérito ou validade das mesmas.

A nobiliarquia, assim, teve na produção cronística uma de suas armas para a manutenção e perpetuação de seus privilégios, como camada detentora de poderes, pois introjetava em seus leitores a normatização de seus atos durante o conflito. Não podemos afirmar que isso ocorria de modo calculado, onde tais registros, antes de serem meros instrumentos de legi-

timação e perpetuação do poder, eram frutos das condições coevas para a produção da história, que de qualquer forma servia a utilidades mais ou menos específicas. No caso da escrita cronística, isso era feito ao reforçarem ideias e retomá-las como naturalizadas, criando assim precedentes, caso voltassem a praticar tais atos em vida, bem como quando seus descendentes buscassem prerrogativas para agir de forma similar. Desse modo, fosse na arrecadação de impostos extras, arregimentação de guerreiros, imposição do treinamento e aquisição de armamentos, ou mesmo nas táticas de batalha que envolviam a aniquilação de inimigos não necessariamente ligados à guerra, as narrativas cronistas eram o depósito de uma forma comum de pensamento do período sobre os privilégios da nobiliarquia, seu lugar e funções sociais.

Contudo, mesmo que as crônicas tivessem em comum objetivos ou mesmo elementos em sua composição, a subjetividade de cada cronista fez com que em cada uma transparecesse contornos que as tornam díspares entre si. Jean le Bel e Thomas Gray, como membros da alta nobreza, com conhecimento empírico no manejo de armas e fortes contatos com homens ligados aos círculos cortesãos, apresentam forte influência dos ideais cavaleirescos em voga, muito embora os destaquem por meios diferentes. O primeiro enaltece a figura de Edward III, John of Hainault e outros cavaleiros de sua região de origem, enquanto o segundo, pertencente à elite setentrional, põe em voga a bravura dos homens daquela região, principalmente de seu pai, obstinados guerreiros que, mesmo em momentos de derrotas, como no desastre de Bannockburn, permanecem tenazes à defesa do reino. Geoffrey le Baker, por sua vez, aborda os acontecimentos com o vislumbre do “comum”, como seus contemporâneos denominavam os não nobres, e estava sujeito às vicissitudes que os grupos senhoriais impunham pela lei ou pela força àqueles de baixo nascimento. Nem por isso, entretanto, seu testemunho deixa de figurar em um mesmo plano que o de seus outros dois coetâneos.

Assim sendo, a composição cronística na Inglaterra trecentista foi marcada pelo conflito, ordenada pela tradição, amparada pelas camadas mandatárias e composta por homens com experiência na guerra e na escrita. Muito além do que testemunhos chave acerca de um momento crucial na história daquele reino, os relatos de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas

Gray são fragmentos de um conjunto textual maior sobre a guerra e, como observamos ao longo dos capítulos apresentados, quando confrontados, destacam-se elementos constitutivos da sociedade nobiliárquica daquele momento. Ao vasculharmos suas reminiscências através de um escrutínio comparativo rigoroso, deparamo-nos com ecos de suas vozes extintas⁴⁷³, que, se não podem trazer à tona a tão pretendida veracidade almejada por aqueles cronistas sobre os anos de combates devastadores contra escoceses, franceses e seus aliados, ao menos permitiu-nos ouvi-los uma vez mais, na tentativa de percebermos, tanto quanto possível, os anseios que ajudaram a forjar as narrativas sobre o conflito.

473 DUBY, G. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques; revisão técnica de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 61.

REFERÊNCIAS

FONTES CRONÍSTICAS

BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360.** Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363.** Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

FONTES AUXILIARES

AQUINAS, T. **Summa Theologica.** [S.d. : S.l.]. Benziger Bros. Edition, 1947. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

ASHLEY, W. J. **Edward III & his wars: 1327-1360.** London: D. Nutt, 1887.

BAKER, G. *Chroniculum Ejusdem.* In: _____. **CHRONICON Galfridi le Baker de Swynebroke.** Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889.

BALAU, S. (Ed.). **Chroniques liégeoises.** Vol. 2. Bruxelles: Imbreghts, 1931.

BARBOUR, J. **The Bruce: being the metrical history of Robert the Bruce, King of Scots.** Compiled A.D. 1375, by Master John Barbour; translated by George Eyre-Todd. London: Gowans & Gray, 1907.

BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet.** Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward I, A.D. 1272 – 1307. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1893 – 1901. 4 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward II, A.D. 1307 – [1327]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1894 – 1904. 5 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - . 16 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1350 - 1354. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Mackie and Co. Ld, 1907.

CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005.

CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

CICERUS, M. T. **De oratore**. With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942.

DESCHAMPS, E. **Selected poems**. Edited by Ian S. Laurie and Deborah M Sinnreich-Levi. Translated by David Curzon and Jeffrey Fiskin. New York: Routledge, 2003.

FOWLER, D.C; BRIGGS, C.F.; REMLEY, P.G. **The governance of kings and princes**: John Trevisa's Middle English translation of the *De regimine principum* of Aegidius Romanus. New York: Garland Pub., 1997.

FRENCH ROLL. In: WROTTESLEY, G. **Crecy and Calais**, from the original records in the public record office. London: Harrison and Sons, 1898.

FROISSART, J. **Crónicas.** Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Siruela, 1988.

GARLAND, J. **The parisiana poetria.** Edited and translated by Traugott Lawler. New Haven: Yale University Press, 1974.

GUISBOROUGH, W. **The chronicle of Walter of Guisborough:** previously edited as the chronicle of Walter of Hemingford. Edited for the Royal Historical Society by Harry Rothwell. London: Offices of the Society, 1957.

HARDY, T.D. (Ed.). **SYLLABUS** (in English) of the documents relating to England and other kingdoms contained in the collection known as “Rymer’s Foedera.” By Thomas Duffus Hardy, deputy keeper of the public records. London: Longmans, Green, 1869-85.

HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis:** together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865. v.1.

MALMESBURY, W. **Chronicle of the kings of England:** from the earliest period to the reign of king Stephen. With notes and illustrations by J. A. Giles. London: H.G. Bohn, 1847.

MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England:** treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002.

MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352.** Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em: <<https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

OCKHAM, W. Whether a prince can receive the goods of the church for his own needs, namely, in case of war, even against the wishes of the pope. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 153 – 197.

PAGULA, W. Mirror of King Edward III. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 63 – 139.

QUO WARRANTO. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents**: 1189 – 1327. London; New York: Routledge, 2001.

SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STATUTE OF WESTMINSTER I (3 Edw. I), 1275. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents**: 1189 – 1327. London; New York: Routledge, 2001. p. 397 – 410.

STONES, E. L. G. (Ed.). **Anglo-Scottish relations 1174 – 1328**: some selected documents. Oxford: Clarendon Press, 1970.

THE CHRONICLE OF JEAN FROISSART. Disponível em: <http://www.maisonstclair.org/resources/chronicles/froissart/book_1/ch_001-025/fc_b1_chap000_preface.html>. Acesso em: 07 mar. 2014.

THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913.

THE DEATH OF EDWARD III. In: TUMA, G.W; HAZELL, D. (Ed.). **The wicked age**: Middle English complaint literature in transition. Disponível em: < https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/death_edward3.html>. Acesso em: 07 mar. 2015.

THE LIFE of the black prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910.

THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T (Ed.). **Political poems and songs relating to English history:** composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861.

TRAILBASTON (1305 – 1307). In: p. 848 – 849. In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London; New York: Routledge, 2001.

VEGETIUS. **Epitome of military science.** Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

VITA EDWARDI SECUNDI: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WESTMINSTER. M. **The flowers of history**, especially such as relate to the affairs of Britain, from the beginning of the world to the year 1307. Translated by C. D. Yonge. London: H. G. Bohn, 1853.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England.** Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

ALLMAND, C. **The De Re Militari of Vegetius:** the reception, transmission and legacy of a Roman text in the middle ages. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. **The hundred years war:** England and France at war, c. 1300- c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

_____. The war and the non-combatant. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.

AYTON, A. Crécy and its chroniclers. In: AYTON, A; PRESTON, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005.

AYTON, A. **Knights and warhorses: military service and the English aristocracy under Edward III**. Woodbridge, Suffolk: Rochester, NY: Boydell Press, 1994.

BARAZ, D. **Medieval cruelty: changing perceptions, late antiquity to the early modern period**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003.

BARBER, R. Introduction. In: LE BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965.

BOITANI, P. Petrarch and the 'barbari Britanni'. **Proceedings of the British Academy**, n. 146, p. 9 – 25, 2007.

BOTHWELL, J.S. **Edward III and the English peerage: royal patronage, social mobility and political control in fourteenth-century England**. Woodbridge: Boydell Press, 2004.

BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966.

BRIGGS, C. F. Literacy, reading, and writing in the medieval west. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 26, n. 4, p. 397-420, 2000.

- BRUCE, H. **Notes on the chronicle ascribed to Geoffrey le Baker of Swinbrook**. Cardiff: W. Lewis, 1918.
- BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.
- CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENNEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008.
- CARRUTHERS, M.J. **The book of memory: a study of memory in medieval culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CASILLAS, C.J.R. La guerra medieval en su contexto: entre el mito y la realidad. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 158 - 169, 2012. Acesso em: 11 abr. 2015.
- CHAYTOR, H.J. **From script to print: introduction to medieval literature**. New York: October House, 1967.
- CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066-1307**. Oxford: Blackwell, 1993.
- CLANCHY, M. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. **Archivaria**, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- COOTE, L.A. **Prophecy and public affairs in later medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2000.
- COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004.
- COSS, P. R. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and**

social display in medieval England. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

CURTIUS, E.R. **European literature and the Latin Middle Ages.** Translated from the German by Willard R. Trask. New York: Pantheon Books, 1953, p. 79 – 105.

DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages.** Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DEVRIES, K. God and defeat in medieval warfare: Some preliminary thoughts. In: KAGAY, D. J.; VILLALON, L. J. A. (Ed.). **The circle of war in the middle ages:** essays on medieval military and naval history warfare in history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1999.

_____. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities:** warfare in the middle ages. Leiden; Boston: Brill, 2006.

DUBY, G. **A história continua.** Tradução de Clóvis Marques; revisão técnica de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EVANS, M. **The death of kings:** royal deaths in medieval England. London; New York: Hambledon and London, 2003.

FLEISCHMAN, S. On the representation of history and fiction in the Middle Ages. **History and Theory:** Studies in the Philosophy of History, Middletown, v. 22, n. 3, p. 278-310, out. 1983.

FLORI, J. **A Cavalaria:** a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

_____. **Caballeros y caballería en la edad media.** Traducción de Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001.

FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history.** London: Hodder Arnold, 2005.

FOSSIER, R. **The axe and the oath**: ordinary life in the middle ages. Translated by Lydia G. Cochrane. Oxford: Princeton University Press, 2010.

FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971.

GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951.

GALLOWAY, A. Writing history in England. In: WALLACE, D. (Ed.). **The Cambridge history of medieval english literature**. Cambridge; New Yor: Cambridge University Press, 2008.

GEARY, P. **Phantoms of remembrance**: memory and oblivion at the end of the first millenium. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1994.

GELLRICH, J.M. **Discourse and dominion in fourteenth century**: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1995.

GILSON, E. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Edward Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004.

_____. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008.

_____. **The English nobility in the late middle ages**. London, New York: Routledge, 2003.

GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 110-128, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

GRANSDEN, A. **Historical writing in England I.: c. 550 to 1307.** London: Routledge, 2000.

_____. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century.** London: Routledge, 2000.

_____. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-150, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

GREEN, R. F. **Poets and princepleasers: literature at the English court in the late middle ages.** Toronto: University of Toronto Press, 1980.

GUERREAU, A. **El futuro de un pasado: la Edad Media en el siglo XXI.** Barcelona: Crítica, 2002.

GUREVITCH, A. I. **As categorias da cultura medieval.** Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

HANAWALT, B.A. **Of good and ill repute: gender and social control in medieval England.** New York: Oxford University Press, 1998.

HARVEY, B. F. **Westminster abbey and its estates in the middle ages.** Oxford: Clarendon Press, 1977.

HEWITT, H.J. The organization of war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war.** London: Macmillian, 1971.

_____. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62.** Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966.

JONES, W. R. Purveyance for war and the community of the realm in late medieval England. **Albion: A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, Chicago, v, 7, n. 4, p. 300-316, 1975.

JORDAN, W. C. **A tale of two monasteries: Westminster and Saint-Denis in the thirteenth-century.** Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.

KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

KANTOROWICZ, E.H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KEEN, M. Chivalry, heralds, and history. In: DAVIES, R.H.C.; WALLACE-HADRILL, J.M. (Ed.). **The writing of history in the middle ages: essays presented to Richard William Southern**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

_____. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965.

KING, A. 'According to the custom used in French and Scottish wars': prisoners and casualties on the Scottish marches in the fourteenth century. **Journal of Medieval History**, v. 28, p. 263 – 290, 2002.

_____. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

_____. **Sir Thomas Gray's Scalacronica: a medieval chronicle and its historical and literary context**, 1998. 88 p. Master of Arts dissertation, Durham University, Durham, 1998. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992.

LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, p. 344 – 360, 2014.

_____. Current approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, vol. 13, n. 3, p. 89 – 109, 2015.

LAVELLE, R. **Aethelred II: king of the English 978-1016**. Stroud: Gloucestershire; Charleston, SC: Tempus Publishing, 2002.

LUSCOMBE, D.E.; EVANS, G.R. The twelfth-century renaissance. In: BURNS, J.H. (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought**: c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LYNCH, L. Protecting the non-combatant: chivalry, codes and the just war theory. **Ex Historia**, Exeter, v. 6, 2014. Disponível em: < <http://humanities.exeter.ac.uk/history/research/exhistoria/current>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources**: using historical sources to discover medieval Europe. London: Routledge, 2012.

MAYHEW, A.L.; SKEAT, W.W. **Concise dictionary of Middle English from A.D. 1150 to 1580**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

MILADA, B. **Medieval historiography and discourse: toward a topography of textuality**. New York: P. Lang, 1990.

MINNIS, A. **Medieval theory of authorship**: scholastic literary attitudes in the later middle ages. Aldershot: Scolar Press, 2010.

MORGAN, D.A.L. The political after-life of Edward III: the apotheosis of a warmonger. **The English Historical Review**, v. 112, n. 448, p. 856 – 881, set. 1997.

MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCZY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages**: commentaries on Aristotle's Nicomachean ethics, 1200 – 1500. Leiden; Boston: Brill, 2008.

MURPHY, J. J. **Rhetoric in the middle ages**: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance. Berkeley: University of California Press, 1974.

NEAL, D.G. **The masculine self in late medieval England**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

NEDERMAN, C.J. The opposite of love: royal virtue, economic prosperity, and popular discontent in fourteenth-century political thought. IN: BEJCZY, I.P.; NEDERMAN, C.J. (Eds.). **Princely virtues in the middle ages**, 1250 – 1500. Turnhout: Brepols, 2007.

NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. **Edinburgh**: Edinburgh University Press, 2010.

OLIVER, C. The Good Parliament and the first political pamphlet. In: _____. **Parliament and political pamphleteering in fourteenth-century England**. Woodbridge; Rochester, NY: York Medieval Press, 2010.

ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991.

ORME, N. **From childhood to chivalry**: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984.

ORMROD, W.M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J.S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2001.

OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writting medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005.

PANTIN, W.A. **The English church in fourteenth century**: based on the Birkbeck Lectures, 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

PATOUREL, J. The origins of the war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971.

PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder**: the rise and decline of the christian view of history. Berkeley: University of California Press, 1964.

PRESTWICH, M. **Edward I**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

_____. **Plantagenet England: 1225-1360.** New York: Oxford University Press, 2005.

_____. **The three Edwards: war and state in England, 1272-1377.** Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980.

RADULESCU, R. L. Writing nation: shaping identity in medieval historical narratives. In: Brown, P. (Ed.). **A companion to medieval english literature and culture**, c. 1350 – 1500. Chichester: John Wiley, 2009.

REID, P. **By fire and sword: the rise and fall of English supremacy at arms, 1314 – 1485.** London: Constable, 2007.

REID, R. R. The Office of Warden of the Marches; its Origin and Early History. **The English Historical Review**, Harlow, v. 32, n. 128, p. 479-496, oct. 1917.

REYNOLDS, S. **Fiefs and vassals: the medieval evidence reinterpreted.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

RICHARDSON, M. **Middle-class writing in late medieval London.** London: Pickering & Chatto, 2011.

ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 83 – 102, 1994.

RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975.

SAENGER, P. La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In: BONFIL, R. (et. al.). **Historia de la lectura en el mundo occidental.** Dirección de Guglielmo Cavallo y Roger Chartier. Madrid: Taurus, 2004.

SAUL, N. **A companion to Medieval England: 1066 – 1485.** Stroud, Gloucestershire: Tempus, 2000.

SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001.

SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974.

SOUSA, A.M. **Os pecados dos reis**: a proposta de um modelo de conduta para os monarcas ibéricos no Estado e Pranto da Igreja e no Espelho dos Reis do franciscano galego D. Álvaro Pais (1270 – 1350). 2008. 200f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUTHERN, R. **History and historians**: selected papers by R. W. Southern. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004.

SPIEGEL, G. Forging the past: the language of historical truth in Middle Ages. **The History Teacher**, Long Beach, v. 17, n. 2, p. 267-283, fev. 1984.

_____. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002.

STOCK, B. **The implications of literacy**: written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1983.

STRATMANN, F.H. **A middle-english dictionary**: containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century. London: Oxford University Press, 1941.

STRICKLAND, M. **War and chivalry**: the conduct and perception of war in England and Normandy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUMPTION, J. **The hundred years war**: Trial by battle. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

_____. **The hundred years war**: Trial by fire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen**: essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

_____. Hidgen and Erghome: two fourteenth-century scholars. In: PERROY, E. **Économies et sociétés au Moyen Âge**: mélanges offerts à Edouard Perroy. Paris: Publications de la Sorbonne, 1973.

THOMPSON, E. M. Preface. In: CHRONICON Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889.

TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922.

TYSON, D. Jean le Bel: portrait of a chronicler. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 12, p. 315-322, 1986.

VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995.

VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 842 – 867, out. 1993.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006.

WALDRON, R. Trevisa's original prefaces on translation: a critical edition. In: KENNEDY, E.; WALDRON, R.; WITTIG, J. (Ed.). **Medieval English studies presented to George Kane**. Wolfeboro, N. H.: D.S. Brewer, 1988.

WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009.

WHITING, B.J. The vows of the Heron. **Speculum**, v. 20, n. 3, p. 261 – 278, jul. 1945.



Este livro constitui-se numa contribuição importante no Brasil aos estudos sobre a Inglaterra, no período inicial da Guerra dos Cem Anos (século XIV), travada entre ingleses e franceses. Dividido em três capítulos, salienta, através da análise de documentos crônicos, um modelo de nobreza com base na honra e coragem, numa perspectiva favorável aos ingleses. Fernando Pereira dos Santos examina documentos pouco conhecidos entre nós, como as crônicas de Geoffrey le Baker, Jean le Bel e Thomas Gray, com a finalidade de compreender concepções ideais sobre a conduta e a finalidade dos guerreiros. O autor discute o modelo de cavaleiro ideal e a construção de uma memória positiva para a nobreza. Outro ponto debatido no livro é a associação entre o bom rei e o direito à guerra, sendo o rei Eduardo III apresentado por seus cronistas como um monarca ideal que merece vencer o conflito com a França. A publicação em questão contribui para o fortalecimento da História Medieval enquanto campo historiográfico, inserida nas reflexões sobre o passado para a compreensão do presente, favorecendo uma maior divulgação sobre os estudos da Inglaterra Medieval.

Prof.^a Dra. Adriana Zierer

Professora Adjunta IV em História Medieval
Universidade Estadual do Maranhão (Uema)



Fernando Pereira dos Santos é bacharel em Letras com habilitação de Tradutor pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Íbilce / São José do Rio Preto) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Também é bacharel, mestre e doutorando em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/Franca) ligada à mesma instituição. É membro discente do grupo de pesquisa “Escritos sobre os novos mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa”, sediado na FCHS/Franca. Suas pesquisas concentram-se em registros produzidos por laicos dedicados à escrita da história e reflexões lançadas sobre a ética marcial no reino da Inglaterra entre os séculos XIV – XV, notadamente durante a Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453).

